

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

Maria Aparecida da Silveira

**O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS:  
UM MOVIMENTO EM CONSTRUÇÃO 1999-2009**

Mestrado em Serviço Social

São Paulo  
2010

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

Maria Aparecida da Silveira

**O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS:  
UM MOVIMENTO EM CONSTRUÇÃO 1999-2009**

Mestrado em Serviço Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Carvalho da Silva.

São Paulo  
2010

Banca Examinadora

---

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Carvalho da Silva, por toda sua dedicação, disponibilidade e paciência em minhas orientações.

Aos Professores Dr<sup>a</sup>. Rosangela Oliveira Dias da Paz e Dr. Luiz Tokuzi Kohara, que participaram do exame de qualificação, e contribuíram imensamente com este processo.

Aos meus amigos e amigas: Eliana Sampaio, Maria da Penha da Silva, Francisco Galdino, José Farias, Ana Lúcia Sanches, Elena Maria Resende, Sônia Maria e Leila Maria que tanto me incentivaram no processo de elaboração da dissertação.

À minha irmã, Raquel da Silveira, que foi extremamente companheira, dando-me toda a assistência necessária para que eu levasse até o final esta dissertação.

À minha mãe, Terezinha Rezende Nazaré da Silveira, que tanto me motivou e animou para que eu pudesse finalizar este trabalho.

A todos os entrevistados, das direções das associações e cooperativas de São Paulo e Minas e Gerais e também à direção do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) de ambos os Estados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa recebida, que viabilizou meus estudos no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

## Resumo

A presente dissertação de mestrado tem por objeto o estudo do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: um movimento em construção - 1999/2009.

O objetivo geral visou analisar o MNCR, nessa década de existência e ação, abordando sua organização interna, relações externas, lutas, limites e desafios.

Os sujeitos da pesquisa foram sete lideranças da direção nacional e estadual do MNCR e das associações e cooperativas de materiais recicláveis.

A pesquisa foi orientada pela pergunta norteadora: Qual a importância do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e suas repercussões?

As referências conceituais da pesquisa foram:: globalização, em Boaventura Santos e Octavio Ianni, trabalho, em Ricardo Antunes e Márcio Pochmann, movimentos sociais, em Maria da Glória Gohn e Evelina Dagnino, políticas sociais, em Evaldo Amaro Vieira, Maria Carmelita Yazbek, Ivanete Boschetti e Elaine Rossetti Behring, democratização, em Francisco .C. Weffort e Maria Victória de Mesquita Benevides, autores contemporâneos das Ciências Sociais e do Serviço Social.

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, tendo a coleta de dados como instrumento a entrevista semi-estruturada, com base em roteiro. Foram realizadas também pesquisa bibliográfica, documental e observação participante da pesquisadora. Para a interpretação dos dados foi adotada a análise de conteúdo.

Os resultados da pesquisa, revelaram, principalmente, que o MNCR nesses dez anos de existência se configurou como um sujeito coletivo e político que vem efetivando, com avanços e desafios, um projeto de inclusão dos catadores nas políticas sociais, na cadeia produtiva e nas relações internacionais com outras organizações de catadores.

**Palavras-chave:** globalização, trabalho, movimentos sociais, políticas sociais e democratização.

## Abstract

The present mastership degree essay has as a purpose to study the National Movement of Catchers of Recyclable Material (MNCR) A movement in progress – 1999/2009.

The general purpose was to analyze the MNCR, into this decade of existence and action, addressing to its internal organization, external relationships, struggles, limits, and challenges.

The subjects of the research were seven people at the front of both national and state board of MNCR and the associations and cooperatives of recyclable materials.

Research was conducted by the following question: What is the importance the National Movement of Catchers of Recyclable Material (MNCR)?

Conceptual references of the research were: globalization, in Boaventura Santos and Octavio Ianni, work, in Ricardo Antunes and Márcio Pochmann, social movements, in Maria da Glória Gohn and Evelina Dagnino, social policies, in Evaldo Amaro Vieira, Maria Carmelita Yazbek, Ivanete Boschetti and Elaine Rossetti Behring, democratization, em Francisco .C. Weffort and Maria Victória de Mesquita Benevides, all of them conemporary authors in the areas of Social Sciences and Social Work.

Methodology used was qualitative survey, being the data collection as an instrument the semistructured interview, based on a script. Bibliographical research, survey based on documents and participating observation of the researcher were made too. To interpret data, it was made the following contents analysis.

Results of the survey have specially revealed, that what MNCR, after these ten years of existence, was configured as a collective and politic subject, increasingly making, with advancements and challnges, the social inclusion of catchers into social policies, into the productive chain and into international relationships with other organization of catchers.

**Keywords:** globalization, work, social movements, social policies, and democratization

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental  
ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
Abong – Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais  
ANC – Associação Nacional Constituinte  
Ancat – Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis  
Ascati – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Timóteo (MG)  
Asmare – Associação dos Catadores de Papel e Papelão Reaproveitável  
Aspan – Associação Pernambucana de Defesa da Natureza  
Avina – Fundação Asociación Vida e Natureza  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CAD – Computer Aided Design/Projeto Assistido por Computador  
CAM – Computer Aided Manufacturing/Fabricação Assistida por Computador  
CBO – Classificação Brasileira de Ocupação  
CCQs – Círculos de Controle de Qualidade  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CEF – Caixa Econômica Federal  
Celam – Encontro do Episcopado Latino-Americano  
Cempre – Centro Empresarial para Reciclagem  
CEP – Controle Estatístico de Processo  
CF – Constituição Federal  
Clad – Centro Latino-Americano de Administración para el Desarrollo  
CMP – Central de Movimentos Populares  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
Coopamare – Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Material Reaproveitáveis  
Coopere – Cooperativa de Catadores Autônomos de Materiais Reaproveitáveis  
Cooperglicério – Cooperativa de Catadores da Baixada do Glicério  
Cora – Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis  
Coorpel – Cooperativa dos Catadores de Papel e Papelão da Luz

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
Cruma – Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
ECA – Estatuto da Criança e Adolescente  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FSM – Fórum Social Mundial  
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Insea – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental  
ISO – Organização Internacional de Standardização  
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares  
Loas – Lei Orgânica de Assistência Social  
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MIT – Massachusetts Institute of Technology  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis  
MNM – Movimento Nacional de Moradia  
MNPR – Movimento Nacional de População de Rua  
MSI – Modelo de Substituições de Importações  
MST – Movimento dos Sem-Terra  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OAF – Organização do Auxílio Fraternal  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMC – Organização Mundial de Comércio  
ONGs – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Pangea – Centro de Estudos Socioambientais  
PC – Paulo César  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido Democrático Trabalhista



PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNB – Produto Nacional Bruto

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

Recifran – Serviço Franciscano de Apoio a Reciclagem

Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária

Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SPM – Secretaria Especial de Política para as Mulheres

UNE – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

### **INTRODUÇÃO,11**

### **CAPÍTULO 1 – Aproximações Conceituais de Referência,20**

- 1.1 Globalização,20
- 1.2 Trabalho,26
- 1.3 Movimentos sociais,34
- 1.4 Políticas sociais,43

### **CAPÍTULO 2 – Considerações sobre o Processo de Democratização Brasileira - 1980/2009,51**

- 2.1 Abordando a democracia,51
- 2.2 As lutas pela democratização,54
  - 2.2.1 Abertura política,54
  - 2.2.2 Os rumos da cidadania,60
  - 2.2.3 Os caminhos da participação social,68

### **CAPÍTULO 3 – Trajetória Histórica do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 77**

- 3.1 Antecedentes e origem do MNCR,77
- 3.2 Processo organizativo: primeiros passos do MNCR e sua estrutura,85
- 3.3 O MNCR e as relações com o Estado, 91
- 3.4 Fortalecimento e ampliação de relações do MNCR com movimentos sociais nacionais e internacionais,102

### **CAPÍTULO 4 – Percepções das Lideranças – da Direção do MNCR e das Associações e Cooperativas: Elementos Interpretativos,107**

- 4.1 Percepções dos sujeitos da pesquisa sobre sua trajetória enquanto catadores e sobre seu trabalho,107
- 4.2 Percepções dos respondentes quanto ao entendimento do MNCR, e as relações entre direção e base,114
- 4.3 Percepções dos entrevistados sobre a ação do MNCR: lutas, possibilidades, limites e desafios,120

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS,126**

### **BIBLIOGRAFIA,129**

### **ANEXOS**

## INTRODUÇÃO

A decisão em cursar o Mestrado de Serviço Social deu-se em função do trabalho realizado na Prefeitura do Município de Diadema/SP quando atuava como diretora do Departamento de Defesa dos Direitos à Cidadania que fazia interface com os programas de transferência de renda.

O que chamou a atenção foi o número de famílias atendidas pelos programas Bolsa-Família (governo federal) e Renda Cidadã (governo estadual), pois estavam cadastradas e recebendo renda um total de 20 mil famílias. O fato despertou-me para a seguinte questão: *Como ficam essas famílias quando cessar essa transferência de renda?*

Foi com esse questionamento que apresentei o pré-projeto na seleção do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no ano de 2007, com o seguinte título: *Porta de Entrada: Programa de Transferência de Renda x Porta de Saída: Geração de Trabalho e Renda.*

No ano de 2008, ao trabalhar em uma empresa de reciclagem de óleo vegetal saturado, também no Município de Diadema, assumi a função de compradora de óleo.

No início, o trabalho era realizado com os geradores de óleo vegetal, como bares, restaurantes, lanchonetes, dentre outros. Posteriormente, para aumentar a arrecadação de óleo usado, fui chamada para fazer um trabalho com as associações e cooperativas de materiais recicláveis, dado minha experiência anterior.

Essa experiência ocorreu nos anos de 1998/2000, na Prefeitura de Santo André, como prestadora de serviço na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) durante a qual contribuí na formação da primeira cooperativa de material reciclável do município. E, após a saída da Incubadora, mantive vínculo com as associações e cooperativas por meio do Fórum Regional de Economia

Solidária do Grande ABC. Esse fórum tinha como propósito discutir as dificuldades e trocar experiência entre grupos para solucionar possíveis problemas encontrados na caminhada deles.

A partir do trabalho acima descrito e da retomada do contato com as associações e cooperativas de materiais recicláveis, repensei o tema o proposto na seleção do Mestrado de Serviço Social para focar na organização de catadores em âmbito nacional.

E o tema da dissertação passou a se intitular: **Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR): Um Movimento em Construção 1999-2009.**

A escolha do tema de estudos teve como premissa a vivência de pesquisadora na organização de associações e cooperativas de materiais recicláveis, assim como a reflexão a partir da experiência em outros segmentos, como o Fórum Regional de Economia Solidária do Grande ABC. Essa opção levou-me a seguinte **pergunta norteadora**:

**Qual a importância da organização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e suas repercussões?**

A **hipótese** formulada é que o MNCR, por ser sujeito coletivo e político, fortalece a organização e a ação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis ligadas às políticas de resíduos sólidos, e, ao mesmo tempo, fortalece o processo de participação na proposição e efetivação das políticas sociais voltadas à cidadania do(a) catador(a).

O **objeto** desta pesquisa é a trajetória histórica de construção do MNCR, no período de 1999-2009, como sujeito coletivo e político na área de coleta, triagem e enfardamento dos materiais recicláveis, assim como sua participação nas políticas sociais.

O **objetivo geral** visou analisar o MNCR nessa década de existência e ação, abordando, a organização interna, relações externas, lutas, limites e possibilidades e desafios.

Desse objetivo geral, desdobraram-se os seguintes **objetivos específicos**:

- Conhecer e sistematizar o processo de constituição e o protagonismo do MNCR a partir das cartas dos congressos, do *site* [www.mncr.org.br](http://www.mncr.org.br), jornais e outros documentos;
- Conhecer e analisar as percepções dos catadores sobre os significados de ser catador e membro do MNCR;
- Conhecer e analisar os significados das lutas, conquistas, limites e possibilidades do MNCR;
- Conhecer e analisar as ações do MNCR na proposição e implementação de políticas sociais.

Após a escolha do tema, foi realizada uma pesquisa sobre os possíveis autores contribuintes com a dissertação, dentre os seguintes autores: Maria da Glória Gohn, Evelina Dagnino, Evaldo Amaro Vieira, Ricardo Antunes, Karl Marx (Capítulo Inédito VI e o Livro I Volume I) Bertrand Sampaio de Alencar, e dentre outros.

Em seguida, foram selecionados os autores que poderiam contribuir para o embasamento da dissertação. Dentre a temática abordada no Brasil contemporâneo, destacam-se: Ricardo Antunes, na análise do trabalho e suas relações; Maria da Glória Gohn, na construção dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo; Evaldo Amaro Vieira, sobre as políticas sociais; Bertrand Sampaio de Alencar, na relação do processo histórico do Movimento Nacional dos Catadores.

A natureza desta pesquisa é de caráter qualitativo, segundo Minayo (2007:21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos

humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números quantitativos.

A **metodologia** utilizada abrangeu os seguintes passos:

- **Levantamento bibliográfico:** busca na produção acadêmica de dissertações e teses, nas áreas do Serviço Social e Ciências Sociais e políticas da PUC-SP; pesquisas sobre o Movimento Nacional dos Catadores, tema em que foram encontradas algumas dissertações sobre associações e cooperativas de materiais recicláveis e nenhuma sobre o MNCR. Realizada também pesquisa na bibliografia de autores que pudessem embasar os conceitos referenciais, como Maria da Glória Gohn, Evaldo Vieira, Ricardo Antunes, dentre outros. E também autores que tratam do tema, como: Bertrand Sampaio de Alencar, Valéria Heloisa Kemp, Helena Maria Tarchi Crivellari e outros.
- **Pesquisa documental:** na Secretaria Nacional do MNCR, pesquisei em alguns jornais e no caderno de formação do MNCR. Em pesquisa no *site* [www.mncr.org.br](http://www.mncr.org.br), obtive acesso a história do MNCR. Os princípios e seus objetivos foram obtidos nas cartas de Brasília (1º Congresso Nacional do MNCR, realizado em junho de 2001); de Caxias do Sul/RS (1º Congresso Latino-americano, realizado em 2003); na Declaração de São Leopoldo/RS (2º Congresso Latino-Americano, realizado em 2005) e na Proclama de Bogotá/Colômbia (1º Encontro Mundial dos Catadores e o 3º Congresso Latino-Americano de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em 2008). Na Associação Rede Rua de Comunicação, realização de uma pesquisa o jornal *Trecheiro*, que retrata os catadores.
- **Pesquisa de Campo:** Participei como pesquisadora nos seguintes encontros: 8º Festival do Lixo e Cidadania, realizado em Belo Horizonte/MG, em setembro de 2009; e do 1º Expocatador, realizado em São Paulo, na Vila Guilherme, de 28 a 30 de outubro de 2009, evento que contou com a participação de 3 mil pessoas de todo o Brasil e demais países da América

Latina, inclusive da Índia; e no qual ocorreram feiras de negócio, seminários e mais um Congresso dos Catadores Latino-Americanos.

No segundo momento, passou-se à definição dos critérios para a escolha dos sujeitos: membros de base e lideranças:

- Ser ou ter sido catador(a) e liderança de associação e/ou cooperativa;
- Ser liderança do MNCR nas instâncias estadual e/ou nacional.

Em seguida, foi elaborado um roteiro básico para ser utilizado na aplicação do pré-teste a duas lideranças de base no Estado de São Paulo:

- **Romeu Sérgio Bueno**, presidente da Cooperativa de Catadores da Baixada do Glicério (Cooperglicério) de São Paulo/SP. Natural da Jaú, Estado de São Paulo, com 52 anos, possui ensino superior incompleto, tendo atuado na construção civil, em empresas e, posteriormente, como catador.
- **Veneza Cezar Fernandes**, diretora financeira da Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis (Cora) de Arujá/SP. Natural de Fervedouro/MG, com 49 anos, possui ensino médio, morou na rua durante um tempo, e trabalhou, posteriormente, no Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos/SP.

Na aplicação do pré-teste, algumas questões exigiam mais esclarecimentos e foram reformuladas. O roteiro das entrevistas passou a ter os seguintes tópicos:

- Percepções dos sujeitos da pesquisa sobre sua trajetória enquanto catadores e sobre seu trabalho
- Percepções dos respondentes quanto ao entendimento do MNCR, e as relações entre direção e base
- Percepções dos entrevistados sobre a ação do MNCR: lutas, possibilidades, limites e desafios.

Foram estabelecidos contatos telefônicos e enviados *e-mails* com convite para a entrevista e solicitado permissão para a visita aos postos de trabalho dos sujeitos da pesquisa, a fim de apresentar o objetivo do estudo, assim como o

roteiro da pesquisa. Nessa oportunidade foi apresentado, também, o Termo de Consentimento para identificação e uso das falas dos sujeitos da pesquisa.

Foram entrevistados sete sujeitos, entre os quais quatro lideranças da base orgânica e três da coordenação do MNCR. As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e os conteúdos organizados em planilhas.

### **São Paulo: uma liderança de base - associações e cooperativas**

- **Carlos Henrique Nicolau**, presidente da Associação de Catadores de Material Reciclável (Cora), Arujá/SP. Natural de Pouso Alto/MG, 30 anos, possui ensino médio completo. Trabalhava em São Paulo e como o custo de vida, segundo ele, era muito alto, foi morar em Arujá, onde trabalhou em uma loja de calçados e a esposa, sem trabalho, começou a catar material. Nesse período, a Prefeitura de Arujá estava iniciando um processo de organização com os catadores, então, decidiu seguir o caminho da catação junto com a esposa.

### **Coordenação Estadual de São Paulo - liderança estadual**

- **Valdirene Ruiz Lopes**, membro da Equipe de Articulação do Movimento Estadual do MNCR. Natural de São Paulo/SP, 39 anos, solteira, possui o nível médio completo. Iniciou na catação por estar desempregada. Para ela, *nenhum ser humano nasce catador, a gente se torna catador ou catadora*. Iniciou no projeto chamado Serviço Franciscano de apoio à Reciclagem (Recifran – São Paulo) na Baixada no Glicério, embaixo do Viaduto, atual Cooperativa dos Catadores da Baixada do Glicério (Cooperglycério). Atuou no Projeto Recifran por três anos e no ano de 2003 saiu como representante da região do Centro de São Paulo para participar do Fórum Metropolitano de São Paulo, quando foi convidada a fazer parte do MNCR.



### **Coordenação Nacional - liderança nacional**

- **Roberto Laureano da Rocha**, membro da Coordenação Nacional do MNCR. Natural de São Paulo, 35 anos, casado, possui ensino médio completo. Desempregado, foi catar papelão nas ruas de Poá/SP e ajudou a organizar a Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente (Cruma) de Poá/SP.

### **Minas Gerais: dois membros de base - associações e cooperativas**

- **Maria do Rosário Caetano**, catadora e triadora da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Timóteo/MG (Ascati). Natural de Timóteo/MG, 40 anos, possui o ensino fundamental incompleto. Iniciou no lixão intermunicipal de Coronel Fabriciano/MG, aos 13 anos de idade, pois o pai sempre frequentou o lixão por não ter emprego. Trabalhou como empregada doméstica com carteira registrada, porém, em situação de desemprego, voltava sempre para o lixão.
- **Maria das Graças Marçal**, a dona Geralda, é sócia fundadora da Associação de Catadores de Papel e Papelão Reaproveitável (Asmare) e atualmente está como coordenadora da Comissão de Finanças da Asmare-BH/MG. Natural do Belo Horizonte/MG, 59 anos, analfabeta, começou como catadora aos oito anos de idade e aos 16 anos passou a puxar carrinho. Por causa da sua experiência como catadora e por ser membro da Asmare, foi convidada pela ONU a apresentar em Nova York/Estados Unidos a experiência de organização da Asmare.

### **Coordenação estadual: liderança estadual**

- **Mateus Ferreira de Oliveira** é vice-coordenador da Acate/MG. Natural de Timóteo/MG, 34 anos, possui o ensino médio. Começou a atuar no lixão intermunicipal em Coronel Fabriciano (que incluía as seguintes cidades: Timóteo, Ipatinga, Jaguariaçu, Antônio Dias e Lagoa do Pau), aos cinco anos de idade, juntamente com seus pais e irmãos que já trabalhavam no local.

Além dos sujeitos pesquisados do MNCR, foi entrevistado Manoel Vitimo Soares, presidente da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Material Reaproveitável (Coopamare), membro do MNCR. Natural de Independência/CE, 60 anos, é alfabetizado. O objetivo da entrevista foi conhecer o projeto estabelecido entre o MNCR/SP e o Ministério das Cidades (governo federal), dentro da política de habitação popular, na construção de 90 apartamentos destinados aos catadores do Município de São Paulo.

Na presente pesquisa, a análise de conteúdo recai sobre a compreensão dos significados temáticos.

Para Chizzotti, (2008:114):

A análise de conteúdo é uma dentre as diferentes formas de interpretação do conteúdo de um texto que se desenvolveu, adotando normas sistemáticas de extrair os significados temáticos ou os significados lexicais, por meio dos elementos mais simples de um texto. Consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideais em um texto para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos:

O Capítulo 1 aborda os conceitos de globalização, trabalho, movimentos sociais e as políticas sociais, por serem fundamentais ao objeto de pesquisa.

O Capítulo 2 compreende os aspectos gerais do período supracitado, bem como a abordagem sobre democracia, as lutas pela democratização e o caminho percorrido após a abertura política do país e os rumos dessa democracia.

O Capítulo 3 apresenta os antecedentes ao surgimento do MNCR; o processo organizativo; sua relação com o Estado diante das políticas sociais, assim como as relações entre movimentos sociais nacionais e internacionais.

O Capítulo 4 elabora as reflexões e a análise dos dados da pesquisa empírica relativos aos significados do ser catador; do sujeito político na sociedade e das lutas, possibilidades, limites e desafios do MNCR.

As Considerações Finais ressaltam, a importância do MNCR para os catadores, ao fortalecer as organizações desses trabalhadores, os avanços e fragilidades e a relação com o governo federal,

## Capítulo 1

### Aproximações Conceituais de Referência

Este capítulo tem por finalidade aproximar-se dos conceitos referenciais para a análise do processo histórico do MNCR, objeto desta pesquisa. São os conceitos de: globalização, trabalho, movimentos sociais e políticas sociais, entre os quais existe uma imbricação que condiciona o MNCR a estar em cena como um sujeito coletivo e político.

#### 1.1 Globalização

Considerando os fenômenos da globalização e do neoliberalismo como agentes determinantes do processo de aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política, que possibilitou relação mais estreita entre países e pessoas do mundo, é possível conceituar as implicações na divisão internacional do trabalho.

Essa interação proporcionou relação próxima entre Estados e Nações, e a realização de transações financeiras e comerciais sustentadas pelo consenso econômico neoliberal; tornando a globalização um fenômeno do capitalismo gerado pela necessidade da formação de uma *aldeia global*.

A realidade dos países no mundo globalizado é ilustrada por Ianni (1996:21), que relata:

No contexto da sociedade global, desenvolvem-se estruturas de poder propriamente globais. São estruturas que expressam as configurações e os movimentos, as articulações e as contradições no âmbito da sociedade global. Naturalmente apoiam-se também em estados nacionais, centrais e periféricos, dominantes e subalternos, ao sul e ao norte, ocidentais e orientais. As estruturas de poder globais evidentemente não prescindem das nacionais e regionais, dos sistemas regionais de integração econômica e dos blocos geopolíticos. Uma vez apoiam-se neles assim como em outras combatem-nos. Isso fica evidente nas controvérsias sobre como administrar a dívida interna e externa, como desestatizar ou desregular a economia, reduzir tarifas, acelerar a integração regional, etc.

Ianni (1996) apresenta elementos essenciais nesse processo de globalização, como são as contradições existentes entre o mundo local e o global. Ao mesmo tempo em que este necessita de economia e relações globais, necessita também que os países nacionais adotem políticas e ações que garantam o seu desenvolvimento e que se integrem regional e mundialmente.

Os aspectos fundamentais da economia mundial, nesse processo de globalização neoliberal, estão centrados numa economia que é dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento em larga escala global. E há ainda outros elementos fundamentais para o desenvolvimento: a descentralização e flexibilização da produção; considerável diminuição dos custos do transporte; grande revolução nas tecnologias de informação e comunicação; desregulação das economias nacionais; prioridades das agências financeiras multilaterais; e a emergência de três grandes polos capitalistas: o das Américas, centrado nos Estados Unidos; o japonês; e o europeu, baseado na União Europeia, incluindo o norte da África.

E, para que o mundo pudesse executar bem a lição, criou-se o Consenso de Washington, um conjunto de diretrizes impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que apontavam para as privatizações, a desregulamentação dos mercados, redução do Estado e abertura às importações. Segundo Santos(2005:50):

O Consenso de Washington é uma decisão política dos Estados centrais, como são políticas as decisões dos Estados que adotaram com mais ou menos autonomia, com mais ou menos seletividade. Não podemos esquecer que, em grande medida, e, sobretudo ao nível econômico e político, a globalização hegemônica é um produto de decisões dos Estados nacionais. A desregulamentação da economia, por exemplo, tem sido um ato eminentemente político. A prova disso mesmo está na diversidade das respostas dos Estados nacionais às pressões políticas decorrentes do Consenso de Washington.

Nesse sentido, a globalização neoliberal trouxe transformações profundas para as economias nacionais, apresentando a exigência de adequação ao mercado mundial; redução dos seus preços domésticos a fim de atender às necessidades internacionais; prioridade à exportação; orientação das políticas monetárias e

fiscais para a redução da inflação da dívida pública, a fim de precaver o crescimento da balança de pagamentos.

Essas orientações são amplas e atingem a privatização do Estado, em que a regulação da economia devia ser mínima; competia ao Estado reduzir o peso das políticas sociais em seu orçamento; diminuir o montante das transferências sociais; eliminar a universalidade que as transformou em medidas compensatórias em relação às camadas da população vulnerável.

A crise econômica de 1970, culminada com as crises políticas ocorridas no mundo, impulsionaram um repensar da economia global e a necessidade de uma nova divisão internacional do trabalho. Cabia, nesse cenário, uma nova economia, que atendesse às necessidades do mercado mundial. Com isso, alguns economistas da Universidade de Chicago, representado por dois teóricos, Milton Freedman e Frederich Von Hayek, elaboram uma teoria em defesa do mercado e do individualismo da sociedade.

Essa visão provoca uma batalha entre keynesianos e neoliberais, segundo Hobsbawn (1995:399):

Era uma guerra de ideologias incompatíveis. Os dois lados apresentavam argumentos econômicos. Os keynesianos afirmavam que os altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem- Estar Social haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto do governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. Os neoliberais afirmavam que a “mão oculta” smithiana do livre mercado tinha de produzir mais crescimento da “riqueza das nações” e a melhor distribuição sustentável de riqueza dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam.

Desse modo, a doutrina liberal de Hayek e Freedman ganha espaço, no final dos anos 1970: com o governo de Margareth Thatcher, na Inglaterra, em 1979, e nos Estados Unidos, com o presidente Reagan, em 1980.

O governo inglês foi pioneiro e o mais puro do neoliberalismo. Thatcher contraiu emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliu controles sobre os fluxos financeiros; criou níveis de desemprego massivo e aplastou greves. Além de promover um amplo programa de privatizações, começando pela habitação pública e, em seguida, para as empresas básicas como aço, eletricidade, petróleo, gás e água. (ANDERSON, 1995:)

Outra face de defesa dos neoliberais diz respeito à organização dos trabalhadores, em que afirmavam que os sindicatos e o movimento dos trabalhadores “prejudicavam as bases de acumulação capitalista com suas reivindicações sobre os salários e direitos sociais” (CAMPANA, 2000:133).

Esse processo de globalização neoliberal tem como fundamento a nova divisão internacional do trabalho, com o mundo transformado em uma imensa fábrica global e a força de trabalho barateada provoca a migração em todas as direções. Ao mesmo tempo, o mundo é uno, seus problemas sociais também o são, dado o número de desempregados, que cresce assustadoramente.

O aumento do número de trabalhadores desempregados é fruto da má distribuição de riqueza, agravada nas últimas décadas, segundo Santos (2001:33),

(...) 54 dos 84 países menos desenvolvidos viram seu PNB *per capita* decrescer nos anos de 1980, em 14 deles a diminuição rondou os 35% segundo as estimativas das Nações Unidas; cerca de 1 bilhão e meio de pessoas (1/4 da população mundial) vivem na pobreza absoluta, ou seja, com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2 bilhões vivem com o dobro desse rendimento. (...) E as 200 pessoas mais ricas do mundo aumentaram para mais do dobro a sua riqueza entre 1994 e 1998.

O aprofundamento dessas novas desigualdades sociais intensifica-se, a partir dos anos de 1980, com o estabelecimento de uma estrutura de classe que tem, de um lado, setores de interesses comuns privilegiados nas relações do poder político, social e econômico. E, de outro, nos deparamos com a expansão da pobreza, causada pela dinamização das forças produtivas, com base no processo de inovação tecnológica, que exclui os trabalhadores desqualificados.

São muitos os que se tornam desempregados, ou subempregados, em caráter permanente ou por longo período. E, como afirma Santos (2005:35): “A nova pobreza globalizada não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial”.

A década de 1990 é marcada pelo avanço mundial do neoliberalismo, impulsionado pelas transformações na Europa Oriental, como a queda do muro de Berlim (1989) e da União Soviética, em 1991, deixando o caos por onde passava com as suas privatizações estatais e a desregulamentação dos direitos trabalhistas.

As consequências desse cenário para os trabalhadores foram graves, ao longo dos anos de 1990, que apresentou redução significativa dos postos de trabalho, conforme Pochamnn (2001:39) diz: “entre 1990 e 1998 os postos de trabalho qualificados foram reduzidos em 12,3% no Brasil, enquanto as ocupações não qualificadas cresceram 14,2% segundo dados do Ministério do Trabalho”.

No Brasil, a globalização neoliberal ganha terreno, a partir do governo Fernando Collor de Mello, que passa a executar as orientações do Consenso de Washington. E, apesar do *impeachment*, dois anos após sua posse, seu sucessor, Itamar Franco, prosseguiu com o receituário do FMI e da cartilha neoliberal.

O governo de Itamar Franco agudizou com a hiperinflação e apresentou campo amplo para a expansão do projeto neoliberal. Medidas foram tomadas para conter a inflação. “Enquanto isso, os neoliberais do Brasil satanizaram a figura do Estado do Bem-Estar Social como ineficiente e corrupto, diferente do Estado neoliberal, ágil e eficiente”. (CAMPANA, 2000:135).

Para Filgueiras (2006:04), o projeto neoliberal no Brasil passou por três fases distintas, desde o início dos anos de 1990. São elas:

Uma fase inicial bastante turbulenta de ruptura com o Modelo de Substituições de Importações (MSI) e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (governo Collor); uma fase de ampliação



e consolidação da nova ordem econômica social neoliberal (primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso – FHC); e por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo governo de FHC e governo Lula).

O governo FHC tomou atitudes e baixou medidas que privilegiaram o mercado interno e, por sua vez, apresentou diversas situações para os trabalhadores. Vejamos: a) precarização legal da contratação dos trabalhadores; b) as reformas realizadas abriram espaço para o mercado e reduziram o papel do Estado; c) excesso de “executivismo”, representado pelas inúmeras medidas provisórias, ou projetos, que foram remetidos ao Congresso para votação sem qualquer análise, pois os destaques da votação desses projetos eram realizados separadamente; d) o programa de privatizações caminhou a todo vapor, aceitando qualquer tipo de moeda; e) a taxa de juros, mantida nas alturas, abriu as portas para o capital financeiro internacional; f) a abertura para mercado externo e a ausência de medidas protecionistas provocou o fechamento de empresas e a sociedade brasileira passou a consumir produtos importados de outros países como: Estados Unidos, China, Coreia, Indonésia e Tailândia.

Se o governo FHC ampliou e abriu as portas para o mercado, seu sucessor, Lula, de forma irrestrita, prosseguiu com a política econômica e as reformas neoliberais, como: a) implementação da reforma da Previdência dos servidores públicos e, nesse percurso, apontou para uma reforma sindical e das leis trabalhistas; b) alteração da Constituição a fim de promover a independência do Banco Central e prosseguiu com nova fase de privatizações, por meio das chamadas Parcerias Público-Privadas, com a finalidade de melhorar a infraestrutura do país; e c) reforçar as políticas sociais focalizadas – assistencialistas.

Para Dagnino, (2005:51):

O projeto neoliberal encontrou no Brasil um contendor relativamente consolidado, embora evidentemente não hegemônico capaz de constituir um campo de disputa. A existência desse contendor e dessa disputa determina, na nossa perspectiva, direções específicas às estratégias e formas de atuação das forças vinculadas ao sujeito neoliberal em nosso país que, se não se afastam das direções adotadas no nível global, adquirem especificidade própria na medida em que são forçadas a

estabelecer relações de sentido e um terreno de interlocução com o campo adversário. A necessidade dessa interlocução se acentua no interior dos espaços públicos de participação do Estado e da sociedade civil quando se defrontam face a face esses dois projetos.

Santos (2005), por sua vez, reafirma que existe a globalização hegemônica e contra-hegemônica, falando-nos sobre o possível debate entre as duas globalizações. A globalização contra-hegemônica reside na resistência local de elaboração de alternativas de sobrevivência, na promoção de economias locais e comunitárias, de pequena escala, diversificadas, autossustentáveis, ligadas a forças exteriores, porém não dependente delas. Pode se dizer que essa forma de organização local é uma reterritorialização, uma redescoberta do sentido local e da comunidade, implicando a inserção e criatividade dos sujeitos envolvidos. Enquanto na globalização contra-hegemônica, os envolvidos lutam e se organizam para manter sua economia local e, conseqüentemente, sua sobrevivência, a globalização hegemônica fortalece-se e acumula cada vez mais capital e amplia as desigualdades entre as classes sociais.

Como se observa, a globalização neoliberal possibilitou total liberdade ao mercado, reduziu o papel do Estado nos campos econômico, social e promoveu uma política elitista, ampliando as desigualdades sociais entre classes ricas e pobres do planeta.

A globalização neoliberal do capitalismo favoreceu a efetivação do mundo globalizado do trabalho, criando uma dinâmica no jogo das forças sociais; permitindo a atuação direta sobre a sociedade global, a partir de mobilizações, constituições, organizações e tensionamentos. Com isso, o mundo do trabalho inevitavelmente atrelou-se ao jogo das forças produtivas e das relações de produção, no âmbito do capitalismo, como modo de produção propriamente global.

## **1.2 Trabalho**

Considerando que o trabalho está no centro da vida das pessoas, seja ele manual, intelectual, formal, informal, o autônomo, e outras formas, pode-se afirmar que o ser humano se faz, cria e recria sua identidade com o trabalho. Observamos

que quando uma pessoa pergunta à outra sobre sua identidade, o faz da seguinte forma: “Que você faz?”. O “fazer” aqui tem a conotação de interesse sobre qual o tipo de trabalho que a pessoa exerce. Ou seja, o mundo é rodeado pelo trabalho. O mundo gira em torno do trabalho; e, porque não dizer, o mundo é produto do trabalho.

Marx, nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844*, concebe o trabalho<sup>1</sup> como um meio de exploração e de alienação ou, ainda, de emancipação do ser humano. Ao conceber o trabalho como fonte de transformação da natureza e do meio ambiente, o ser humano também se transforma.

Antunes (2007:142-3) apresenta no capítulo “Excurso sobre a centralidade do trabalho – polêmica entre Lukács e Habermans” algumas reflexões sobre o trabalho, “como este não sendo apenas um mero ato decisório, mas um processo, de uma contínua cadeia temporal que busca sempre novas alternativas”. O ser humano, por causa da sua condição de animal racional, visa dar um salto de humanização, ao executar o seu trabalho, e avança para além da questão biológica. O trabalho funciona como criador de valores: de uso e de troca.

O ser humano, ao executar suas ações de trabalho, anteriormente, realiza um ato teleológico, o que o difere da abelha, que faz suas tarefas sem a projeção das suas ações. Isso lhe proporciona uma práxis social interativa, que é a relação com seres sociais na realização do ato teleológico. Ao projetar seu trabalho, o ser humano tem a possibilidade de criticar e analisar conscientemente seus planos e, conseqüentemente, aperfeiçoá-lo.

Portanto, cabe-nos dizer que o trabalho é a forma essencial, mais simples e elementar, que compõe a complexidade do ser social. Como afirma Antunes (2007:142) “o trabalho quer em sua gênese, quer em seu desenvolvimento, em seu

---

<sup>1</sup> Para aprofundar o conceito de trabalho, recorrer: MARX, Karl. In: FROMM, Eric. **O conceito marxista do homem**. 8. ed. RJ: Zahar, 1983. ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. rev. ampl., São Paulo: Cortez, 2008. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9. impr. São Paulo: Boitempo, 2007.

ir-sendo e em seu vir-a-ser, é uma intenção ontológica voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido amplo”.

O mundo do trabalho, desde a década de 1980, vem passando por diversas transformações, tomando proporções internacionais, atingindo novas formas de produção e também de representação sindical e política dos trabalhadores. Essas mudanças foram tão intensas que a classe trabalhadora sofreu um profundo golpe e “não atingiu só a sua materialidade, como houve repercussão em sua subjetividade, afetando a sua forma de ser” (ANTUNES, 2008: 23).

Para Márcio Pochmann (2001), os anos de 1980 foram coordenados por grandes corporações nacionais, que visavam explorar oportunidades de investimentos, em sua maioria beneficiados pelas ofertas dos governos nacionais, com rebaixamento de custos e financiamentos domésticos subsidiados.

A reestruturação produtiva surge, nas indústrias automobilísticas, como forma de racionalizar a organização das empresas e, conseqüentemente, as linhas de produção, o uso de programas de qualidade total, a participação dos trabalhadores nos processos produtivos e o aperfeiçoamento tecnológico. O objetivo da reestruturação produtiva é reduzir os custos e elevar a produtividade.

Nesse sentido, afirma Antunes, (2007:236):

A partir de 1990, com ascensão de Fernando Collor de Mello e depois com Fernando Henrique Cardoso, esse processo intensificou-se sobremaneira, com a implementação de inúmeros elementos que reproduzem, nos seus traços essenciais, o receituário *neoliberal*. Por isso, no estágio atual a reestruturação produtiva do capital no Brasil é mais expressiva e seus impactos recentes são mais significativos. [...] A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo, *ainda dominante*, também vem mesclando com novos elementos oriundos do chamado toyotismo, do modelo japonês, que configuram as tendências do capitalismo contemporâneo.

Essa contribuição das políticas neoliberais proporcionou um avanço da reestruturação produtiva no país, apesar da crise no mercado interno e da abertura comercial do mercado externo. As empresas buscaram concentrar e centralizar o

capital, com a propagação dos critérios de qualidade, baseada na chamada “acumulação flexível”, com origem no toyotismo. Para tanto, utilizaram novos padrões tecnológicos, o que possibilitou a passagem da mecanização e automação rígida para a etapa de automação flexível, como o uso de computador associado a máquina, robôs, sistemas CAD-CAM<sup>2</sup> e sistemas digitais de controle distribuídos.

Assim como o uso de outros sistemas, para o controle da produção, como o Controle Estatístico de Processo (CEP), as células de produção, tecnologias de grupo, os sistemas de qualidade total, as normas da ISO<sup>3</sup>, redução de planta de cargos de instâncias superiores, a terceirização da mão de obra, o trabalhador polivalente, que domina várias tecnologias e opera várias máquinas ao mesmo tempo, e também o uso do controle da qualidade com os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs).

Para Pochmann (2001), diante dos novos sistemas e controle da produção, as empresas precisavam ser enxutas e competitivas e com mais flexibilidade

---

<sup>2</sup> O acrônimo CAD (Computer Aided Design/Projeto Assistido por Computador) foi utilizado pela primeira vez, no início dos anos 1960, pelo pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT) Ivan Sutherland. O termo CAD pode ser definido como sendo: o processo de projeto que utiliza técnicas gráficas computadorizadas, com programas (*software*) de apoio, auxiliando na resolução dos problemas associados ao projeto.

Por sua vez, a sigla CAM (Computer Aided Manufacturing Fabricação Assistida por Computador) refere-se a todo e qualquer processo de fabricação controlado por computador. Sua origem remonta ao desenvolvimento das máquinas controladas numericamente (CN) no final dos anos de 1940 e início dos 50. Quando essas máquinas começaram a ser controladas por computador, no fim dos anos de 1950, início dos 60, surgiu o termo CNC. Atualmente a sigla CNC engloba diversos processos automáticos de fabricação, como fresamento, torneamento, oxicorte, corte a laser, entre outros. Assim sendo, o termo CAM é empregado para todas essas disciplinas e para qualquer outra que possa surgir.

A tecnologia CAD/CAM corresponde à integração das técnicas CAD e CAM num sistema único e completo. Isso significa, por exemplo, que se pode projetar um componente qualquer na tela do computador e transmitir a informação por meio de interfaces de comunicação entre o computador e um sistema de fabricação, onde dito componente pode ser produzido automaticamente numa máquina CNC.

<sup>3</sup> Conjunto de normas internacionais que busca averiguar a existência de um sistema de garantia da qualidade implementado na empresa, verificando os requisitos da norma com a realidade encontrada.

A ISO (International Organization for Standardization/Organização Internacional de Estandarização) é uma entidade não governamental criada na Suíça, em 1947, com sede em Genebra. Seu objetivo é promover, no mundo, a normalização de atividades relacionadas, com a intenção de facilitar o intercâmbio internacional de bens e de serviços e para desenvolver a cooperação nas esferas intelectual, científica, tecnológica e de atividade econômica

produtiva. Porém, havia certa nebulosidade entre o novo modelo de trabalho e as exigências do trabalhador qualificado do século XXI.

A reestruturação produtiva deixou um quadro grave no Brasil. Isso porque, durante a década de 1990, a desertificação neoliberal esteve desenhada no Consenso de Washington, relacionada às desregulamentações que se referiam tanto às esferas do mundo do trabalho quanto da produção, e provocou nova divisão internacional do trabalho, que exigiu mudanças na organização sociotécnica da produção quanto aos processos de reterritorialização e desterritorialização produtiva.

O Plano Real de 1994, com o governo Fernando Henrique Cardoso, promoveu grande impulso na reestruturação produtiva, quando adotou medidas relacionadas à desregulamentação de direitos sociais dos trabalhadores no que se referia à flexibilização das leis trabalhistas e à reforma da Previdência Social, em 1998.

As consequências da adoção dessas novas formas de produção levam o Brasil a um cenário de desequilíbrio social, conforme relata Behring e Boschetti (2007:133):

A reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e a hegemonia neoliberal, têm provocado importantes reconfigurações nas políticas sociais. O desemprego de longa duração, a precarização das relações de trabalho, a ampliação de oferta de empregos intermitentes em tempo parcial, temporários, instáveis e não associados a direitos, limitando o acesso aos direitos derivados de empregos estáveis.

Essa realidade não é exclusividade do Brasil, pois faz parte de um processo de globalização e do avanço do projeto neoliberal nos diversos países do mundo, gerando assim um “desemprego estrutural com dimensões impressionantes, que não poupa se quer países como o Japão, que nunca obteve excesso de força de trabalho” (Antunes, 2008:38).

Desse modo, intensifica-se a subproletarização do trabalho, quando se empregam recursos para o trabalho parcial, temporário, subcontratado e

terceirizado. Essa nova forma de atuação do trabalho está relacionada à “economia informal”.

Outro viés do sistema capitalista está em empregar cada vez mais a força de trabalho rotativa, que pode ser demitida a qualquer tempo e, principalmente, sem onerar os custos da empresa. Vejamos o exemplo de Harvey (*apud* Antunes, 2008:50):

Os trabalhadores flexíveis aumentaram em 16% alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6%, ficando em 15,6 milhões (...) “Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na ‘categoria temporário’”.

O número de trabalhadores e trabalhadoras que se encontram em trabalhos precarizados ultrapassa, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a casa de 1 bilhão de pessoas. O descarte da força de trabalho é semelhante ao de uma seringa descartável.

Diante desse cenário, recorremos a Marx (1988:747):

Quanto maior a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior este exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maior essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto, maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. **Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista** (*grifos do autor*).

Pode-se dizer, também, que cada vez mais o trabalhador se distancia do objeto, o que reforça a alienação dele pela ausência de identificação com o que produz. E um dos sistemas de produção empregado para que essa “alienação” seja passiva para os trabalhadores está no toyotismo. Conforme afirma Antunes (2008:40):

O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a *aparência* da eliminação efetiva do

fosso existente entre *elaboração e execução* no processo de trabalho. A aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do que e de como produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece *alheio e estranho* ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria. A existência de uma atividade autodeterminada, em todas as fases do processo produtivo, é uma absoluta impossibilidade sob o toyotismo, porque seu comando permanece movido pela lógica do sistema produtor de mercadorias. *Por isso pensamos que se possa dizer que, no universo da empresa da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, e tendencialmente se aproxima do limite. Neste sentido é um estranhamento pós-fordista.*

O toyotismo nasceu na Toyota, no Japão do período pós-guerra de 1945, cujo objetivo era por fim à organização sindical existente naquele país. Esse novo sistema de produção estabelecia um fim para o fordismo. Isto porque a nova forma de produção aboliu os grandes estoques e operava com estoques mínimos, de maneira a ter “um sistema de acumulação flexível, que se adequa às alterações cotidianas do mercado” (ANTUNES, 1996:79).

Seu traço se diferencia do fordismo, pois a produção está relacionada à demanda, pois o objetivo é atender ao mercado consumidor; a base essencial do trabalho operário está na equipe, tendo como variação as funções do trabalhador, ou seja, o operário opera várias máquinas ao mesmo tempo; além disso, atua com o princípio do *just in time* (melhor aproveitamento do tempo de produção); mais o sistema *kanban*, em que utiliza placas ou senhas de comando para repor o estoque; e, finalizando, sua estrutura organizacional é horizontalizada, ou seja, grande parte das suas funções é realizada fora do espaço produtivo interno.

A outra face do sistema capitalista está completamente vinculada aos trabalhadores, no que diz respeito à exploração, na medida em que amplia cada vez mais suas fronteiras para além de suas empresas locais, conforme argumenta Gounet (*apud* ANTUNES 2007:60):

Quanto mais o trabalho se distancia das empresas principais, maior tende a ser a sua precarização. A exemplo disso temos os trabalhadores da Toyota matriz que trabalham cerca “de 2.300 horas por ano enquanto os trabalhadores das empresas subcontratadas chegam a trabalhar 2.800 horas”.

O processo de produção do tipo toyotista pressupõe a exploração intensa da força de trabalho, isso porque os trabalhadores são obrigados a operar diversas



máquinas simultaneamente. Embora a reestruturação produtiva tenha ocorrido nas empresas e os trabalhadores tenham uma jornada de trabalho “supostamente reduzida” isso não se concretiza na prática. Segundo Bernard (*apud* ANTUNES 2008:111) “o trabalhador contemporâneo realiza atividades bem mais complexas que o trabalhador que cumpria uma longa jornada de trabalho de 14 horas diárias, devido ao grau de complexidade e de responsabilidade”.

Como se observa, nas últimas décadas, o mundo do trabalho passou por diversas transformações e os trabalhadores, por sua vez, estão sendo obrigados a se adaptar, ou excluídos dos circuitos fechados das empresas, o que os retira da circulação do emprego formal. Esses trabalhadores e trabalhadoras estão sendo obrigados a recriar novas formas de trabalho, tendo como exemplo o “chamado setor informal”.

O trabalho informal é uma expressão cuja origem está nos estudos realizados em 1972, pela OIT, quando, de forma muito particular, aparece nos relatórios sobre as condições de trabalho em alguns países da África, como Gana e Quênia.

Na década de 1990, houve um grande crescimento, dada a competição realizada nas empresas, que optaram por empregar força de trabalho qualificada, e as crises econômicas, que reduziram o quadro de funcionários. O trabalhador foi sendo substituído por máquinas de alta tecnologia, e deixados na condição de desempregados – aumentando assim o exército industrial de reserva. Esses trabalhadores, sem outra saída e como forma de sobreviver, recorrem ao trabalho informal, que não lhes garante direitos legais como o trabalho formal.

Segundo Rivero (2009:139):

Os processos de informalização afetam de forma diferenciada os indivíduos ocupados em trabalhos mais desqualificados e de menor remuneração, como aqueles que têm maiores níveis de educação formal ocupam postos de qualificação e percebem maior renda. Dissociando a desregulamentação, a dessalarização no trabalho da pobreza, pode pressupor com maior liberdade que os indivíduos escolhem e podem escolher trabalhos mais “flexíveis”, porém menos “protegidos”.

Nesse sentido, surgem duas vertentes do trabalho informal. De um lado, a relacionada à precarização do trabalho, que se apresenta como alternativa aos trabalhadores sem opção ou perspectivas em relação ao trabalho formal; e, de outro, a possibilidade de recriar o modelo de trabalho imposto pelo sistema capitalista; e, ainda, o desenvolvimento das capacidades intelectuais.

A reestruturação produtiva atrelada ao processo de globalização alterou significativamente o cenário do mundo do trabalho, tornando o trabalhador polivalente para atuar no campo de produção e aqueles que, segundo o sistema, “não estavam aptos”, foram considerados como desqualificados e obrigados a buscar novas formas de trabalho, a fim de sobreviver.

### **1.3 Movimentos sociais**

A abordagem do movimento social está intimamente ligada a temática dos catadores de materiais recicláveis, classificada como um Movimento de alcance nacional e com vínculos nas esferas internacionais.

Para tratar da temática, recorre-se a Maria da Glória Gohn (2008:14), que assim define movimento social:

(...) é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias – que em articuladores e articulações formam rede de mobilizações, práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos, projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.

Os movimentos sociais são criados por grupos da sociedade civil e embora seja uma expressão da ação coletiva, tem em seu bojo necessidades individuais que fazem parte dos direitos sociais humanos. Esses movimentos sociais, de acordo com as suas especificidades, vão construir uma identidade própria e buscar sujeitos que congregam com os seus ideais.

Com a Revolução Industrial, surge o movimento operário, com a reivindicação de melhores condições de trabalho, dada a exploração da sua força de trabalho. No século XIX, a expressão “movimentos sociais” aparece como uma preocupação da sociologia, que estava nascendo no período.

Desde então, várias concepções sobre os movimentos sociais foram abordadas, até chegar-se ao século XX, principalmente a partir dos anos 1960, quando passam a existir na Europa novas reivindicações e, dentre elas, as necessidades de vários segmentos, como o das mulheres, que se organizavam para garantir os seus direitos; o movimento pela paz, devido aos acontecimentos da guerra fria; e o movimento ambiental, com o propósito de minimizar os danos ambientais causados pelas novas tecnologias e pelo consumo.

Essas novas formas de identificação dos movimentos chegam ao Brasil no meio da ditadura militar, ocasião em que muitas pessoas progressistas estavam sendo perseguidas pelo regime.

Nos anos 1970, segundo Sader (1988), alguns autores apontavam que os movimentos sociais eram de “caráter fragmentado”. Isto não queria dizer que fossem insignificantes ou inviáveis, mas era necessário conceber qual o significado da realidade desses movimentos e de que modo se apresentavam.

Para Sader (1988), esses movimentos, além de emergir como fragmentação, reproduziam-se de forma singular. O autor ainda continua afirmando que os movimentos sociais tiveram que construir identidade própria, porque eram ignorados nos cenários públicos instituídos.

Na década de 1970, era frequente a formação de Clubes de Mães, que mais tarde se transformaram em Movimento do Custo de Vida para lutar contra a carestia. Nesse mesmo período, há diversas mobilizações sindicais, com destaque para São Paulo, que organiza a Oposição Sindical Metalúrgica.

Nesse período, surge também o Movimento de Saúde, em São Paulo, na Zona Leste, e, na região do ABC paulista, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Esses personagens são considerados novos sujeitos, pois não constam de teorias preestabelecidas, conforme afirma Marilena Chauí (*apud* Sader 1988:10):

Um sujeito novo, criado pelos próprios movimentos sociais populares desse período: com a sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado. Outro fator importante é que se trata de um sujeito coletivo descentralizado, portanto, despojado das duas marcas que caracterizaram o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monádica como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam ideias e representações postas como objetos domináveis pelo intelecto [...] E, por fim, porque é um sujeito que, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro, vetor e telos das ações sociopolíticas e para qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora.

A afirmação de Chauí chama a atenção para um sujeito coletivo, uma característica diferenciada, visto que não havia teorias prévias sobre eles. Os sujeitos são descentralizados e despojados, mantendo a individualidade, com consciência e ideias próprias. Os movimentos anteriores a 1970 tinham a prática pela prática, como se fosse algo individual, mas esses novos sujeitos surgem como um coletivo que expressa identidade própria. E são objetos de uma máquina organizadora.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, algumas instituições ganham destaque, ao se posicionarem em relação ao regime militar, como a Igreja Católica, os sindicatos e os progressistas, que elaboravam novos discursos. A Igreja Católica com a Teologia da Libertação<sup>4</sup> e as Comunidades Eclesiais de Base (Cebes); os sindicatos recriam-se, como um novo sindicalismo, que será decisivo

---

<sup>4</sup> A **teologia da libertação** é uma corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs desenvolvidas no Terceiro Mundo ou nas periferias pobres do Primeiro Mundo, a partir dos anos 70 do século XX, baseadas na opção pelos pobres, contra a pobreza e por sua libertação. Desenvolveu-se inicialmente na América Latina. Estas teologias utilizam como ponto de partida de reflexão a situação de pobreza e exclusão social à luz da fé cristã. Essa situação é interpretada como produto de *estruturas econômicas e sociais injustas*, influenciada pela visão das ciências sociais, sobretudo a teoria da dependência na América Latina, que possui inspiração marxista.

para repensar suas práticas em relação aos conflitos no âmbito trabalhista e promover o alargamento da sua posição em relação à luta de classes e, por fim, as esquerdas, que, diante de tantas teorias, não refizeram seus posicionamentos, porém apresentaram contribuições para a luta de classes e sobre o capitalismo.

No final dos anos 1970, é deflagrada uma onda de greves pelo país, com destaque para os metalúrgicos do Grande ABC, que assumem novas proporções de organização, com a formação de comissões de fábricas, que passam a fazer as reivindicações da categoria, em constantes reuniões, com os representantes das empresas, sobre a situação dos trabalhadores.

Para Melucci (2001:21):

Os movimentos são um sinal, não são apenas produtos de crise, os últimos efeitos de uma sociedade que morre. São a mensagem daquilo que está nascendo. Eles indicam uma transformação profunda da lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas. Como os profetas “falam a frente”, anunciam aquilo que está se formando sem que ainda esteja clara a direção e lúcida consciência. [...] Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida.

De fato, Melucci (2001) sintetiza com muita propriedade a força do movimento social e os desdobramentos futuros; a década de 1970 despertou segmentos da sociedade para a mobilização em torno das questões sociais emergentes, que a princípio estavam sufocados pelos regimes político, social e econômico do país.

Os movimentos sociais, enquanto ação coletiva requerem uma estratégia de organização, pois partem de uma premissa estabelecida por necessidades próprias, e se manifestam de diferentes formas, buscando atuar por intermédio de redes sociais, com recursos de informática, dentre outros meios, conforme afirma Gohn (2007:13):

Nós vemos os movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples

denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.

Na medida em que Melucci (2001) menciona os movimentos sociais como projetores de futuro e Gohn (2007) como “ações de caráter coletivo social, político e cultural”, é possível destacar o final dos anos 1970 e a década de 1980 como de fundamental importância na participação dos movimentos sociais nos processos de redemocratização do país. Esses movimentos sociais se fortaleceram e tomaram as ruas como palco de exigência de uma política democrática: a realização de eleições diretas e a elaboração de uma nova constituinte.

Embora a década de 1980, segundo Hobsbawm (1995) seja considerada economicamente uma década perdida, dadas as crises financeiras de consequências graves para os pobres, deve-se ponderar que, do ponto de vista das organizações sociais, foi um período rico de mobilização da sociedade civil, e marcou o início do processo de resgate da cidadania ativa. Vejamos o relato de Gohn (2001:126):

Os anos 80 são fundamentais para a compreensão da construção da cidadania dos pobres no Brasil, em novos parâmetros. Embora com o estatuto de cidadãos de segunda categoria, os pobres saíram do submundo e vieram à luz como cidadãos dotados de direitos.

Essa foi uma época de novas lutas dos movimentos sociais populares urbanos. As lutas giraram em torno da reforma urbana, no que diz respeito ao direito à moradia; e à articulação de movimentos por transportes. Surge um grande número de associações de moradores, de movimentos de pessoas que residiam em favelas, de movimento dos desempregados, e também os movimentos por moradia.

Os movimentos sociais, nos anos 1980, são contestações culturais não como meros “subprodutos” da luta política, mas, ao contrário, são constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o sentido e os limites do próprio sistema. Segundo a argumentação de Dagnino (2000:24) “é importante destacar o

conceito de política cultural a fim de analisar o alcance das lutas destes movimentos pela democratização da sociedade e destacar as implicações menos visíveis e amiúde negligenciadas dessas lutas”.

Se os anos 1980 foram marcantes para os movimentos sociais e que tiveram um papel essencial na construção da democratização deste país; os anos 1990 foram de reclusão e para alguns de crise; crise de militância, de mobilização, de participação nas diversas atividades, de credibilidade nas políticas sociais, e outras situações, conforme relata Gohn (1997:285-6):

No decorrer dos anos 80 os movimentos sociais no Brasil passaram, no plano de atuação concreta e no plano das análises deles feitas, da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para descrença. Vários fatores contribuíram para essas mudanças, com destaque para as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão, e avaliação; o consenso, a generalização, e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; o crescimento enorme do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, os quais cresceram muito em termos numéricos ao longo dos anos 80, absorvendo grande parte da parcela dos desempregados do setor produtivo privado; o surgimento de grandes centrais sindicais; o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor da moradia; e, fundamentalmente, o surgimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as Organizações Não Governamentais (ONGs).

Ao mesmo tempo em que há certo recuo dos movimentos sociais combativos, surgem novos movimentos baseados em questões éticas e de revalorização da vida humana. Criam-se movimentos contra a violência urbana; pela ética na política; ações de cidadania contra a fome, a miséria e pela vida (caso do Betinho); e, mais, surgem os movimentos geracionais de meninos e meninas de rua e de idosos.

Para Gohn (1997), os movimentos sociais deslocaram o eixo das reivindicações populares, outrora centrada em questões básicas de estruturas vinculadas ao consumo coletivo, para reivindicações relativas à sobrevivência física do indivíduo, de forma a garantir o mínimo de mercadorias para o consumo individual do alimento.

Outros fatores influenciaram os movimentos sociais, nos anos 1990. Pode-se destacar o projeto neoliberal, que ganhou força com o Presidente Fernando Collor de Mello e aplicou o neoliberalismo no país. Apesar do seu *impeachment*, o Brasil continuou seguindo a cartilha da política neoliberal com Itamar Franco e com grande reforço no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Estado era o promotor de políticas sociais, com o governo de FHC passa a delegar, principalmente com a reforma administrativa do Estado, à sociedade civil a execução de políticas sociais à população, com a criação das organizações sociais, que abria canais para setores organizados em ONGs realizarem projetos com os governos das três instâncias: municipal, estadual e federal.

Dagnino (2005:53) argumenta que:

As relações entre Estado e ONGs parecem constituir um campo exemplar da confluência perversa. Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores “confiáveis” entre os vários possíveis interlocutores na sociedade civil, elas são frequentemente vistas como parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil.  
[...] O predomínio maciço das ONGs expressa, por um lado, a difusão de um paradigma global que mantém estreitos vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que responde às exigências dos ajustes estruturais por ele determinado.

Dagnino (2005) expressa nessa citação a problemática da transferência de responsabilidade do Estado para os movimentos sociais. Diversos deles se institucionalizaram e se tornaram ONGs. Cresceram e se fortaleceram a partir de políticas e parcerias realizadas com o poder público local. Pode-se dizer que essas ações demarcaram as políticas sociais contemporâneas, principalmente no que diz respeito aos países industrializados do Terceiro Mundo.

Na década de 1990, assinala-se o fortalecimento de redes e de organizações de estruturas nacionais de movimentos sociais, como é o caso da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong); a criação da Central de Movimentos Populares, com o objetivo de reunir todos os movimentos sociais. Cabe destacar também o surgimento de movimentos



internacionais, que nascem como contraposição à globalização e ao neoliberalismo. São exemplos o Greenpeace e a Anistia Internacional.

Os anos 1990 são demarcados pela relação entre a sociedade civil e o Estado. O exemplo, em destaque, são os Conselhos Gestores de Políticas Sociais e também os orçamentos participativos, prática iniciada na cidade de Porto Alegre/RS e implantada em outras cem cidades brasileiras, em sua maioria da ala esquerda, principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim como a resistência dos movimentos de moradia, que, em parte, se institucionalizam e conquistam algo fundamental: o Estatuto da Cidade.

Em contrapartida, aumenta consideravelmente o número de pessoas que vivem nas ruas, os chamados “moradores em situação de rua”. São pessoas que se abrigam sob as marquises, praças, pontes, viadutos, vias públicas, dentre outros locais. Esses moradores, no início dos anos de 2000, mobilizaram-se e constituíram o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), na busca de políticas públicas na área da moradia, assistência social, saúde, trabalho, educação, dentre outras.

Para Gohn (2010:17):

(...) Na América Latina especialmente no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime político populista. São diferentes também dos movimentos ocorridos no final da década de 1970 e partir dos anos de 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulado com as pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar, etc), embora muitos dos atuais movimentos que lutavam para ter, “direitos a ter direitos”. Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, aqueles movimentos não estavam autocentrados, não miravam apenas a si próprios. Embora não tivessem ainda circulação e espaço nacionais e internacionais que se tem hoje, eles não estão voltados apenas para si próprio, olhavam para o outro, até poderem construir a própria identidade.

Como se observa, os cenários político, econômico e social interferem diretamente na formação e organização dos movimentos sociais, determinando a direção e o poder de mobilização deles.

Os movimentos sociais constituem-se como força social que reúne pessoas não como força-tarefa, para fazer volume, mas como um campo de ações e de experiências sociais, e essas ações são fontes geradoras de criatividade e de inovações socioculturais.

Nesse contexto, presenciavam-se outras movimentações internacionais contrárias à globalização e que influenciaram o Brasil, como na região de Chiapas (México), a marcha europeia contra a precariedade das exclusões; os protestos de Seattle, que se manifestavam contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), que pretendia consolidar as discussões realizadas em 1996 em Cingapura e as de 1998 em Genebra. Segundo Leite (2003:44), “A OMC tinha como objetivo promover um novo ciclo de negociações para liberação comercial, focado na agricultura e nos serviços”.

Essas manifestações deram fôlego para a organização e criação do Fórum Social Mundial (FSM), que surgiu com o objetivo de contrapor-se ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Segundo o Comitê Organizador Brasileiro (*apud* Leite 2003:64):

O Fórum Social mundial seria um novo espaço internacional para reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais.

O FSM constitui-se como espaço importante para as ONGs, os movimentos sociais, sindicatos, as associações e entidades religiosas, na medida em que, juntos, buscam identificar caminhos e propostas mobilizadoras para manifestações e ações concretas da sociedade civil.

Nos anos 2000, surge, no Brasil, movimentos “difusos”, como é o caso do Movimento contra Violência Urbana, principalmente nas metrópoles. Esses movimentos se organizam a partir dos bairros e representam a voz da sociedade civil, no que diz respeito à segurança pública.

Nas últimas décadas, é possível constatar o caminho percorrido pelos movimentos sociais, desde a mobilização em torno das questões locais, regionais, percorrendo os caminhos da organização nacional, e avançando para questões internacionais, o que demonstra a maturidade e a necessidade de ampliar as lutas e estabelecerem redes; passando de movimentos simplesmente reivindicatórios a movimentos propositivos, em uma dimensão macro e global. Nesse sentido, Touraine (*apud* Gohn 1997:99-101), apresenta os movimentos sociais como “frutos da uma vontade coletiva”:

Os movimentos sociais são fruto de uma vontade coletiva. Eles falam de si próprios, como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, um mundo de tradições e privilégios. Os movimentos sociais são forças centrais da sociedade por serem sua trama, o pulsar da sociedade, seu coração [...]. São forças culturais indispensáveis. Suas lutas são, a priori, elementos de recusa marginais à ordem, mas, ao contrário, podem ser de reposição da ordem.

Os movimentos sociais manifestam, por meio das organizações e mobilizações, sua força política no que diz respeito aos direitos de cidadão. Portanto, não medem esforços quanto aos desafios que serão enfrentados ao longo do caminho. Os resultados das suas ações podem ser quantitativos e qualitativos.

Para que possam se estabelecer na prática, é importante a existência de um projeto político construído ao longo do processo, o qual, por sua vez, deve ter a interação do grupo envolvido, a fim de se constituírem saberes e, conseqüentemente, gerar um conhecimento emancipatório.

É o exercício da prática cotidiana que amplia a visão e os conhecimentos dos envolvidos. A experiência passada ou futura de cada indivíduo se faz como algo fundamental, pois contribuirá para a construção do futuro.

#### **1.4 Políticas sociais**

Outra aproximação conceitual que vem amparar as bases teóricas da presente dissertação são as políticas sociais. Para colaborar com esta reflexão,

recorremos aos autores: Evaldo Amaro Vieira, Maria Carmelita Yazbek, Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti, dentre outros

A origem e a motivação das políticas sociais datam do século XIX, quando a hegemonia do capitalismo industrial e as revoluções burguesas criaram acirrada disputa entre o campo dos direitos políticos (cidadãos livres e iguais) e o campo do mercado e da economia liberal, que era sustentada no direito de propriedade e na relação de exploração ilimitada do trabalho assalariado. Desde os primórdios do capitalismo, as lutas operárias expressaram as condições precárias de trabalho, fruto da relação desigual entre os indivíduos e derivados da subordinação e intensa exploração dos trabalhadores, que, aos poucos, foram conquistando algum tipo de amparo legal e estatal, por meio da legislação fabril – apesar de que, na prática, muitas foram desrespeitadas.

No século XX, principalmente a partir dos anos de 1930 e fundamentalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, os países europeus tidos como desenvolvidos tornam-se referência para o mundo, devido à constituição do Estado do Bem-Estar Social, um pacto firmado entre organizações sindicais dos trabalhadores e dos capitalistas. Esse pacto previa a melhor distribuição de renda e dos ganhos de produtividade e ainda a concordância do capital no cumprimento do pacto.

Foi nesse período que se criou a possibilidade de implementar políticas sociais como instrumento de regulação do mercado, e foi estabelecido um conjunto de direitos sociais universais, como: emprego, moradia, educação, saúde, transporte, dentre outros. Esse conjunto de direitos foi reivindicação dos trabalhadores e que, uma vez garantidos pelo Estado, era uma forma de tornar o capitalismo menos devastador.

O Brasil não teve a mesma experiência dos países da Europa, porém, nos anos de 1930, os trabalhadores, não suportando a situação e as condições de trabalho a que eram submetidos, passaram a realizar diversas greves e outras formas de reivindicação. A situação agravou-se e o Estado foi acionado para intervir nesse cenário. E, assim, o Estado brasileiro passou a criar leis trabalhistas

para regulamentar as relações de trabalho, no decorrer da Era Vargas – Estado Novo.

Dentro desse contexto histórico, relata Yazbek (2008:80):

O Estado brasileiro, como outros da América Latina, se constituiu como importante aliado da burguesia, atentando à lógica de expansão do capitalismo e, nesse sentido, as emergentes Políticas Sociais no país, devem ser apreendidas no movimento geral e nas configurações particulares desse Estado. Nesta perspectiva, o que pode ser constatado é que a Política Social estatal surge a partir de relações sociais, que peculiarizaram a sociedade brasileira nos anos 30 do século passado, representando uma estratégia de gestão social da força de trabalho.

As políticas sociais existem em função da reivindicação popular por seus direitos, que são sagrados para a existência humana. Ao longo dos dois últimos séculos, os direitos sociais foram sendo sucumbidos por políticas econômicas, daí então a necessidade da manifestação dos trabalhadores para garantir a efetivação dos direitos sociais.

Jacob (*apud* Yazbek 2009) destaca que a política social no Brasil funciona ambigualmente, como uma forma de acomodação entre Estado e a sociedade civil, e que está vinculada à subordinação de interesses econômicos, o que marca a configuração de um aspecto excludente aos investimentos sociais do Estado.

Nota-se que isso tem ocorrido, no caso brasileiro, principalmente no período pós-64, quando as políticas sociais brasileiras estiveram subordinadas aos interesses econômicos e políticos. A matriz conservadora e oligárquica e sua forma de relações sociais atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo, emolduram politicamente a história econômica e social do país, penetrando também na política social brasileira. Do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social e, particularmente, na assistência social, vêm se apresentando como espaço propício à concorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais.

Segundo Vieira (2007:142-3):

A política social consiste em estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser

compreendida por si mesma. Não se definindo a si, nem resultando apenas do desabrochar do espírito humano, a política social é uma maneira de expressar as relações, cujas raízes se localizam no mundo da produção. Portanto, os planos, os projetos, os documentos referentes em curto momento a educação, à habitação popular, às condições de trabalho e de lazer, à saúde pública, à Previdência Social e até a assistência social *não se colocam com totalidades absolutas*. E não se põe como totalidades absolutas enquanto esferas amplas, com a denominação de política social ou, em outro caso, de política econômica.

Vieira (2007) apresenta os direitos sociais como “consagração jurídica das reivindicações dos trabalhadores”. Infelizmente, essa consagração não está relacionada ao atendimento de todas as “reivindicações” e, sim, àquelas que agradam e são aceitáveis pelos dirigentes do momento. Portanto, Vieira ressalta que “a política social nasce da crítica à desigualdade social e espelha em suas origens a vigorosa pretensão humana na igualdade”.

A instalação da Nova República, em 1985, e com a Constituição Federal (CF) de 1988, surge o compromisso de garantir os direitos sociais a fim de reduzir as desigualdades sociais.

A Constituição estabeleceu um capítulo voltado para os direitos sociais, com a finalidade de ampliar o acesso da população a alguns bens e serviços públicos. No capítulo referente aos direitos individuais e coletivos, o artigo 6º apresenta como direitos: “a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância e a assistência aos desamparados”. Outro destaque considerável da CF/88 foi o estabelecimento do salário mínimo, fixado em lei, a fim de atender às necessidades vitais do ser humano. O salário mínimo foi vinculado aos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes.

Segundo Behring e Boschetti (2007:157) há de se resgatar os princípios promulgados no artigo 194, do Capítulo II - da Seguridade Social, do Título VIII - da Ordem Social, da CF/88:

- o princípio da **universalidade** da cobertura proposto não tem a pretensão de garantir direitos iguais a todos os cidadãos, mas assegura a política de saúde como direito universal, e estabelece a assistência como direito aos que dela necessitarem; mas mantém a previdência submetida à lógica do seguro, visto que o acesso aos direitos é derivado de uma

contribuição direta anterior. Os princípios da **uniformidade e da equivalência** dos benefícios garantem a unificação dos regimes urbanos e rurais no âmbito do regime geral da previdência, mediante contribuição, e os trabalhadores rurais passam a ter direito aos mesmos benefícios dos trabalhadores urbanos. A **seletividade e a distributividade** na prestação de serviços apontam para possibilidade de instituir benefícios orientados pela “discriminação positiva”. Esse princípio não se refere apenas aos direitos assistenciais, mas também permite tornar seletivos os benefícios das políticas de saúde e de assistência social, numa clara tensão com o princípio da universalidade. A **irreduzibilidade** do valor dos benefícios indica que nenhum deles deve ser inferior ao salário mínimo, mas também sinaliza que tais benefícios devem ser reajustados de modo a não ter seu valor corroído pela inflação, o que vem assegurando que nenhum benefício previdenciário seja inferior ao salário mínimo, apesar das diversas tentativas governamentais de desvinculação. A **diversidade** das bases de financiamento, talvez um dos mais importantes princípios constitucionais, absolutamente fundamental para estruturar a seguridade social, tem duas implicações: primeiros as contribuições dos empregadores não devem ser baseadas somente sobre a folha de salários e sim sobre o faturamento e o lucro, como forma de redistribuição, o que compensaria a diminuição das contribuições patronais ocasionadas pela introdução da tecnologia e conseqüentemente redução da mão-de-obra, além de compensar o elevado mercado informal. E finalmente o **caráter democrático e descentralizado** da administração deve garantir gestão compartilhada entre governo, trabalhadores e prestadores de serviço, de modo a participar das tomadas de decisões.

Evelina Dagnino (1994), quando retrata sobre *Os movimentos Sociais e a Emergência de Nova Noção de Cidadania*, destaca aspectos elementares sobre a noção de direitos, quando concebe a noção de “direitos a ter direitos” e não em relação às conquistas legais, mas sim ao “invento da criação de novos direitos”. A noção de cidadania abre para a possibilidade da “cultura dos direitos” e há a abertura para uma “proposta de sociabilidade”.

De fato, temos que concordar com Dagnino, não basta elaborar, conquistar direitos se estes não forem regulamentados e aplicados na vida dos indivíduos. Vieira (1996) ressalta “que poucos dos direitos conquistados na CF/88 estão sendo praticados ou ao menos regulamentados”.

Na década de 1990, deparamo-nos com dois discursos: o primeiro, na modernização e adoção dos novos procedimentos quanto à transferência de responsabilidade, para a sociedade civil, de encargos e atribuições que eram exclusivas do Estado. O segundo discurso voltava-se para a denúncia, a resistência, em nome dos direitos sociais e de uma sociedade mais justa.

Essa decisão está relacionada às políticas neoliberais, que previam um Estado mais restrito às políticas sociais. Sendo assim, diversos direitos trabalhistas foram sendo eliminados, segundo Dagnino (2005:58):

Os direitos trabalhistas estão sendo eliminados em nome da livre negociação entre patrões e empregados, da “flexibilidade” do trabalho, etc., e os direitos sociais garantidos pela Constituição Brasileira desde os anos 40 eliminados sob a lógica de que eles constituem obstáculos ao livre funcionamento do mercado, restringindo assim o desenvolvimento e a modernização. Essa mesma lógica transforma cidadãos/portadores de direitos nos novos vilões da nação: inimigos das reformas desenhadas para encolher as responsabilidades do Estado.

A partir da CF/88, ocorre algo novo. Yazbek (2008) retrata a definição de um sistema de seguridade social universal, solidária e sobre a responsabilidade do Estado. Essa seguridade, por sua vez, está interligada às políticas de saúde, previdência social e assistência social, provendo os cidadãos contra os riscos da vulnerabilidade social.

Ainda segundo a autora, não é possível dissociar as políticas sociais dos conflitos e contradições do capitalismo. Nesse sentido, a política social é uma modalidade de intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos. Essa política social expressa relações, conflitos e contradições do próprio capitalismo. As políticas sociais manifestam interesses que não são neutros ou igualitários. Tanto que nos interesses relacionados aos direitos trabalhistas, quando atingidos ou causados pelas diversas transformações sociais, a política social ocupa momentaneamente o campo da indignação; os miseráveis humildes amedrontam mais do que ameaçam a ordem estabelecida, como no caso das violências ocorridas, causando a desordem social. Segundo Vieira (2007:104):

As sociedades passaram por sérias transformações econômicas, o que provocou nos últimos dez ou quinze anos uma política econômica a cuidar momentaneamente de indigentes, de maneira focalizada e dispersa e seletiva. Aparecem programas e diretrizes relacionados com a política social; tais programas e diretrizes em si revelam pretensões de política social. Quase sempre não se concretizam, apenas se transformam em programas e diretrizes para serem exibidos à sociedade, sem intervenção nela, porque não têm função de intervir.



Yazbek (2009:52) apresenta a incorporação de demandas históricas, sobretudo dos mais pauperizados, e que o Estado passa a produzir direta ou indiretamente serviços fundamentais necessários à sua manutenção e ao atendimento de algum dos seus direitos sociais. Assim, se as políticas sociais, do ângulo dos interesses do Estado, assumem características funcionais ao controle social e à própria reprodução das condições de dominação, também apresentam um caráter contraditório, que precisa ser considerado e que diz respeito à intensidade das lutas políticas dos subalternos pela ampliação de programas e políticas de corte social.

Nesse sentido, o neoliberalismo causou impactos consideráveis aos setores paupérrimos da sociedade. A sociedade brasileira, assim como tantos outros países, carece de um contrato social que universalize os direitos sociais dos cidadãos.

Sposati (2002:03), no VII Congresso Internacional da Clad sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, realizado em Lisboa/Portugal, destacou que:

O impacto do neoliberalismo em sociedades de regulação tardia, como é o caso da sociedade brasileira, não ocorre nem pelo desmanche social, nem pela redução de gastos sociais. Estas sociedades não viveram o pacto do Welfare State fundado no modelo keynesiano ou beveridgiano. Estados ditatoriais não incluíam pactos democráticos de universalização de cidadania. São, portanto, sociedades carentes de um contrato social alargado, o que torna uma tensão contínua a construção da cidadania e a separação do divisor entre países pobres e não pobres. Pior ainda, o conceito de cidadania é chancelado como luta contra a pobreza o que afiança direito a ninguém.

Observa-se que o neoliberalismo cumpriu a sua função nos Estados dos países de Terceiro Mundo, quando impôs políticas que desconsidera o desenvolvimento humano e, por outro lado, exige desse Estado um papel regulador e fiador das relações sociais. Yazbek (2008:82) relata:

O papel do Estado só pode ser objeto de análise se referido a uma sociedade concreta e dinâmica contraditória das relações entre as classes sociais nessa sociedade. É nesse sentido que o Estado é concebido como uma relação de forças, como uma arena de conflitos. Relações assimétrica e desigual, que interferem tanto na viabilização da acumulação, como na reprodução social das classes subalternas. Na

sociedade capitalista o Estado é perpassado pelas contradições do sistema e assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apoia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo papel de regulador e fiador dessas relações. A forma de organização desse Estado e suas características terão, pois, um papel determinante na emergência e expansão da provisão face aos interesses dos membros de uma sociedade.

No sistema capitalista, percebemos o Estado, em relação às políticas sociais, como um amortecedor das questões sociais e econômicas entre a sociedade civil e o capital. Conforme relato da Yazbek, o Estado é regulador das relações.

## Capítulo 2

### Considerações sobre o Processo de Democratização Brasileira: 1980-2009

#### 2.1 Abordando a democracia

O presente capítulo apresenta uma reflexão sobre o processo de democratização no Brasil a partir de meados dos anos 1970. As décadas seguintes foram de construção, avanços e de muitas dificuldades e desafios para fazer valer a democracia e a garantia de direitos dos cidadãos.

A palavra democracia traz no seu bojo significados fundamentais, como a sua origem grega: **o poder do povo**. Ou seja, a democracia independente do regime de governo: se presidencialista, parlamentarista, republicano ou monarquista, pode desenvolver seu poder com a participação efetiva dos cidadãos/povo – o poder que emana do povo.

No Brasil, há uma luta política pelo poder e também pelo significado da democracia. Weffort (1985:59) apresenta alguns elementos para essa reflexão:

A democracia é o terreno onde grupos e partidos que representam interesses e ideologias diversas lutam, pelo poder. É por isso que todos (ou quase todos) têm de incluir entre seus objetivos a conquista da democracia ou, para os setores mais ligados ao regime, o aprimoramento da democracia. É evidente que, na medida em que se constitui no terreno de luta, a democracia passa a ser um objetivo comum geral, do conjunto das forças políticas.

Como se pode observar, no processo de democracia há interesses diferenciados, dadas as necessidades e os desejos de cada uma das partes envolvidas na conquista e na busca da efetivação dos direitos dos cidadãos. A democracia, conforme apresenta Weffort (1985), pode ser de duas formas: uma enquanto instrumento de poder e a outra na sua concepção como um objetivo geral comum das forças políticas envolvidas para a formalização dessa democracia. A democracia pode variar de acordo com a conjuntura e as necessidades das partes.

Nos anos de 1970 e 1980, a democracia constituiu-se como um valor geral (Weffort, 1985), isso porque estava relacionada à questão de poder e,

consequentemente, seu significado era uma decorrência desse fato. A luta daqueles que divergiam do sistema estava embasada na construção e afirmação de uma democracia de valor geral. Esse valor correspondia a todos, como forma de realização da dignidade humana.

Para Norbert Bobbio (*apud* Weffort, 1985:119), “a democracia é subversiva”. Isso porque, no seu sentido mais radical, chega subvertendo a concepção tradicional do poder, que é considerado como natural, e que, segundo o seu poder, é imposto de cima para baixo, excluindo qualquer forma de participação.

A democracia é requerida como um direito universal, dado que os trabalhadores e trabalhadoras necessitam do respeito aos seus direitos e, que não os tendo, precisam ser requeridos, por meio da sua organização e participação efetiva no poder. Vejamos o que diz Weffort (1985:130):

Se entendermos que a democracia, no mundo moderno, só existe com a participação dos trabalhadores, a verdadeira luta pela democracia começa agora. Uma democracia moderna é uma democracia na qual a maioria do povo não esteja confinada na condição de segunda classe. Na qual, portanto, a maioria do povo – e não apenas a minoria dos privilegiados – tenha a condição de se tornar dirigente. Na qual todos os trabalhadores – e não apenas uma minoria dentre eles – possa vir a público “para dizer a sua própria verdade”. O programa de uma democracia moderna no Brasil é o de uma verdadeira revolução.

Weffort (1985), quando aborda a democracia, reforça a importância de ser exercida pela maioria e não por pequenos grupos, caso contrário, como diz Bobbio (*apud* Weffort, 1985), essa democracia não é “subversiva” e muito menos apresenta elementos fortes para a eliminação da desigualdade social.

Essa democracia a que se refere pode ser: representativa e direta (participativa). Vejamos o que caracteriza essas democracias: a **democracia representativa** é o ato de um grupo ou de pessoas eleitas normalmente por meio do sufrágio, a fim de representar o povo, ou uma população, para agir, falar e tomar decisões em nome do povo e estão representados nos congressos, câmaras municipais e assembleias legislativas. A **democracia direta (participativa)** refere-se ao sistema em que cidadãos decidem, diretamente, cada assunto, por votação. Essa democracia advoga sobre a legitimidade das decisões políticas, por meio de

discussões e debates, a fim de orientar os princípios de inclusão, pluralismo e igualdade participativa, de autonomia e de justiça social, conferindo uma reordenação na lógica do poder tradicional.

Para Benevides (1991), a democracia direta não existe de forma isolada, mas compõe-se de “formas de organização e mobilização, como os conselhos populares, assembleias, experiências de autogestão. E essas formas podem existir na esfera administrativa, judiciária ou ainda legislativa”.

A autora aborda como polêmico retratar a democracia representativa e a democracia direta como separadas entre si; para ela, há “misto” e, por isso, prefere tratá-las como “democracia semidireta”, que se complementam.

A democracia semidireta não é exclusividade desse ou daquele grupo e, também, não é possível abordá-la de forma separada, isto porque uma não subsiste sem a outra ou, então, se sobrepõe. Em qualquer regime, esta é pacífica de ser exercida sumariamente.

Conforme apresenta Weffort (1985) e Benevides (1991), a democracia não é algo natural das sociedades, exige ações dos cidadãos, pelo processo de mobilização, organização e debates frequentes sobre os termos em questão, a fim de assegurar e garantir os direitos da pessoa humana. É algo que promove e provoca uma articulação constante na população, para que esteja atenta aos fatos decorrentes na sociedade e que afetam a sua existência humana.

Benevides (1991:78) enfoca a importância e o significado do envolvimento e da participação da população:

Não restam dúvidas, de que a possibilidade de se consultar diretamente a população aumenta a *responsabilidade dos políticos*. Mesmo na inexistência de qualquer tipo de “mandato imperativo”, a simples ameaça de resposta popular o leva a “prestar contas” sobre suas decisões.

A CF/88 garantiu a efetiva participação da população brasileira por meio da aprovação do referendo, do plebiscito e da iniciativa popular. Benevides (1991:132-3) apresenta elementos que concernem ao que seja *referendo* e *plebiscito*:

- *Referendo*, concerne unicamente, a atos normativos de nível legislativo ou de ordem constitucional. *Plebiscito*, por sua vez, concerne a qualquer tipo de questão de interesse público (como políticas governamentais) e não necessariamente de natureza jurídica, inclusive fatos ou eventos. Além disso, referendo é convocado após a edição de atos normativos, para confirmar ou rejeitar normas legais ou constitucionais em vigor. O plebiscito, ao contrário, significa uma manifestação popular sobre medidas futuras – referentes ou não à edição de normas jurídicas.

Nota-se que a CF/1988, com a inclusão do referendo e do plebiscito, assegurou a forma de democracia semidireta aos cidadãos brasileiros, que podem opinar sobre assuntos relevantes para o país.

## **2.2 As lutas pela democratização**

### **2.2.1 Abertura política**

O Brasil, desde 1964, passava por uma ditadura militar e, apesar da repressão, a sociedade organizada não se calou às barbaridades do regime militar, que cassava, torturava e exilava militantes de organizações sociais, de partidos políticos, que se manifestavam contra o sistema.

Embora a repressão fosse intensa, os trabalhadores e diversos militantes não esmoreciam e continuavam a se organizar em suas bases. Os anos de 1976 a 1979 foram marcados por várias greves de trabalhadores que reivindicavam melhores condições de salários, abertura política para os sindicatos, dentre outros benefícios.

A ala progressista da Igreja Católica, vinculada à Teologia da Libertação, cumpre um papel importante, desde 1968, a partir da reunião de Medellín/Colômbia. No Encontro do Episcopado Latino-Americano (Celam), foram definidas duas linhas básicas de ação: a opção pelos pobres e a formação das CEBSs.

Desde então, a Igreja passou a desenvolver, em algumas dioceses, uma linha pastoral centrada na ética social e na libertação dos oprimidos. Nessa direção, a arquidiocese de São Paulo, em 1975, adota como prioridade as seguintes pastorais: Pastoral do Mundo do Trabalho, voltada para a classe operária e trabalhadores de classes subalternas; Pastoral dos Direitos Humanos e marginalizados, que tinha como preocupação a violação dos direitos fundamentais, sejam constitucionais e/ou de sobrevivência das camadas sociais oprimidas; Pastoral da Periferia, destinada às populações mais pobres das áreas periféricas da cidade; CEBs, cuja finalidade era estimular a sociabilidade e o relacionamento humano na metrópole.

Segundo Gohn (2001), o período de 1975 a 1982 é considerado o marco histórico dos movimentos sociais, no que diz respeito à luta pela redemocratização. Essa fase corresponde à resistência e ao enfrentamento ao regime militar, dado o descrédito da população, causada pela crise econômica de 1973, que teve sua origem na crise do petróleo. Conseqüentemente, houve o retorno da inflação, e, por sua vez, o desmonte do consumo da classe média.

Os direitos humanos universais da ONU, de 1948, embasaram o processo de abertura democrática do Brasil, iniciado no final dos anos 1970. Nessa conjuntura, o governo Ernesto Geisel (1974-1979) iniciou o processo de abertura política democrática lenta, gradual e restrita. E seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo, comprometeu-se a dar continuidade a esse processo de abertura política do país.

O governo Figueiredo (1979-1985) desenvolveu o programa de anistia, por um decreto-lei, que concedeu o direito de retorno ao Brasil para políticos, artistas e demais brasileiros exilados e condenados por crimes políticos. Esse direito foi consolidado em 1979, quando o “governo restituiu os direitos políticos de todos aqueles afetados por medidas de exceção” (LUNA e KLEIN, 2007:40).

No período, os trabalhadores mobilizaram-se, retomando o movimento grevista. Temos como exemplo, nos anos de 1978 e 1979, na região do Grande

ABC Paulista, o fortalecimento da luta sindical e da face não corporativa dos sindicatos.

Essas manifestações dos trabalhadores deram origem ao Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980. E, em 1983, à formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que aglutinava a oposição sindical, a esquerda vinculada à Igreja Católica, e pequenos grupos da esquerda radical.

Segundo Bertoncelo (2007:73)

Esse surto associativista foi acompanhado por uma redefinição dos padrões de ação coletiva e pela formação de uma nova “identidade coletiva” entre profissionais de classe média. As novas associações profissionais, constituídas em sua maioria fora da esfera estatal, tiveram um papel significativo na mobilização de certas categorias profissionais e na expressão de novas demandas sociais, principalmente em relação aos funcionários públicos, impedidos legalmente de se organizarem em sindicatos.

A organização e a mobilização da classe trabalhadora e da sociedade civil demonstravam a consciência da importância da redemocratização do país, a retomada dos direitos básicos do ser humano e o sentido de um projeto político amplo para a sociedade.

O período tem suas marcas nas lutas sociais e também na crise política que foi deflagrada em 1983, provocando um efeito cascata de outras crises, conforme nos demonstra Bertoncelo (2007:76):

A crise política deflagrada em 1983 foi desencadeada por conjunto de crises: *crise de Estado*, caracterizada pela drástica redução da capacidade estatal de promover o desenvolvimento capitalista e de intermediar os interesses sociais de sua esfera corporativa e pela erosão da aliança sócio-política que sustentava o padrão de dominação política materializado no Estado Vargasista; *crise do regime*, caracterizada pela alteração das relações políticas entre os principais centros de poder político (enfraquecimento da executiva federal frente aos executivos estaduais e Congresso Nacional) e pela crescente dificuldade em reproduzir a exclusão política de amplas camadas sociais, e *crise de governo* caracterizada pelo esvaziamento da autoridade presidencial, pela paralisia decisória e pela fragmentação da base de sustentação político-partidária do governo federal no Congresso Nacional.



Esse momento é demarcado por grandes manifestações, que sinalizaram ampla organização da sociedade. Um processo que deu origem à luta por eleições diretas para presidente, em que governadores e prefeitos se uniram na organização política de manifestações pró-diretas. Assim, a existência de diretórios de partidos de oposição oportunizou a composição de vários comitês pró-diretas, que deram sustentação ao movimento das Diretas-Já.

O PMDB tomou para si como prioridade a campanha das Diretas-Já escolhendo uma Comissão de Deputados e Senadores que coordenou as ações do partido na campanha por eleições diretas. O PMDB obteve o apoio do PT, representado por seu presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As manifestações que mobilizaram milhões de pessoas em todo o Brasil ocorreram principalmente nos meses de janeiro e fevereiro de 1984.

Segundo Bertoncelo (2007:180):

A campanha das Diretas-Já superou as expectativas iniciais dos organizadores, tornando-se a maior manifestação de massas de toda a história brasileira, segundo os dados coletados, foram 98 comícios e passeatas, que tiveram mais de 5 milhões de participantes.

Apesar do empenho da sociedade civil em prol das Diretas-Já, não ocorreram, de imediato, as eleições para Presidente da República. Para tanto, concorriam ao pleito dois candidatos: Paulo Maluf (PDS) e Tancredo Neves (PMDB). Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, escolheu o deputado Tancredo Neves como novo Presidente da República. Tancredo Neves, no entanto, adoeceu e morreu. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente, José Sarney.

As Diretas-Já possibilitaram a abertura para outras mudanças políticas, como a convocação de uma Assembleia Constituinte. A sociedade brasileira estava ávida em aceitar um novo texto constitucional, pois o que havia no país tinha sido reformulado diversas vezes, de maneira autoritária, no decorrer do regime militar e, por isso, não expressava mais a nova ordem política do país.

A proposta de elaboração de uma nova Constituição fora cogitada por Tancredo Neves e, diante do seu falecimento, foi encaminhada pelo Presidente José Sarney, dado o compromisso assumido pela Aliança Democrática por ocasião de sua eleição. Como primeiro passo, instituiu-se a Comissão de Notáveis, mais conhecida pelo nome de Comissão Arinos, responsável pela elaboração de um anteprojeto de Constituição que serviria de subsídio aos constituintes na construção da nova Carta Magna.

Com a democratização, nascia assim a Nova República, com José Sarney, no período de 1985-1989. E, a partir de 1985, o Congresso Nacional tomou decisões para a continuidade do processo de democratização, como a restauração da eleição direta para os cargos executivos e legislativos e a plena liberdade de organização partidária, classificando assim o fim da clandestinidade para os partidos de esquerda, como o PCB e o PC do B.

Nesse sentido, movimentos sociais, a Igreja Católica, por meio da CNBB/CEBs, tiveram papel essencial no processo de mobilização da sociedade civil para participar no movimento de instalação e elaboração da nova Constituição Brasileira.

O processo da Constituinte mobilizou “mais de 122 movimentos populares, em que foram coletadas mais de 12 milhões de assinaturas” conforme assegura Souza (2001:04)<sup>5</sup>.

No dia 1º de fevereiro de 1987, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo deputado federal Ulisses Guimarães, do PMDB, e como relator o deputado Bernardo Cabral. Para dar início à elaboração da nova Constituição, procuraram colher, além das contribuições dos constituintes, as sugestões de diversos setores da sociedade civil, que apresentariam aos responsáveis pela preparação do texto algumas propostas para serem incluídas no projeto final de Constituição. Segundo Monclair (*apud* SOUZA, 2001:04), “gerou a participação extraordinária de 72.719 sugestões enviadas ao Congresso Nacional”.

---

<sup>5</sup> SOUZA, Celina. **Federalismo e descentralização na constituição de 1988**: processo decisório, conflitos e alianças. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em : [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 23 abr. 2010.

A participação efetiva da população brasileira demonstrou o entusiasmo e a sua credibilidade na elaboração da sua Constituição Nacional. Tanto que a ocorrência de *lobbys* era frequente e a presença de sindicatos e movimentos sociais passou a ser rotina na Assembleia Nacional Constituinte no decorrer dos 20 meses de trabalho da elaboração da Constituição. Brasília transformou-se no centro da vida do povo brasileiro.

As discussões que permearam grande parte da Constituinte circularam em torno da duração do mandato presidencial, do sistema de governo, da estabilidade no emprego, hora extra, jornada de trabalho semanal, reforma agrária, monopólio da distribuição dos derivados do petróleo e outras questões polêmicas ainda hoje presentes na sociedade brasileira.

E no dia 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Federal, denominada Constituição Cidadã.

Com a promulgação da Constituição, finalmente o Brasil pôde desfrutar de um período democrático, pois, após 25 anos (1964-1989) o povo brasileiro pôde ir às urnas e escolher os seus parlamentares para o Legislativo e o representante para a Presidência da República.

Segundo Luna e Klein (2007:47):

A eleição de 1989 seria a primeira pelo voto direto desde 1960 e ocorreu durante uma grande crise econômica, com a inflação atingindo cerca de 50% ao mês, caracterizando um processo hiperinflacionário. Por causa dessa crise, Sarney, no final do mandato, tinha pouco apoio político ou popular. Os partidos de esquerda se lançaram à eleição com dois representantes de peso, Brizola e Lula, candidatos que assustavam a elite e a classe média. Nas pesquisas de opinião, um e outro apareciam como favoritos, superando políticos e representantes extremamente prestigiosos dos grandes partidos, como Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB) e Aureliano Chaves (PFL). Durante o ano, surgiu um nome novo, o de um jovem político que fora governador de Alagoas, estado nordestino pequeno e pobre, e que lançara sua candidatura pelo desconhecido Partido da Reconstrução Nacional (PRN). [...] Quando as pesquisas indicaram sua crescente popularidade, a direita política veio ajudá-lo, pois representava uma alternativa para derrotar Lula e Brizola.

O referido candidato jovem e novo a que se referiu Luna e Klein foi Fernando Collor de Melo. Este, no primeiro turno da eleição, obteve 29% dos votos válidos, contra 16% do segundo colocado, Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Brizola (PDT) com 15%. E, no segundo turno, Collor teve 49,94% dos votos contra 44,23% de Lula.

Collor iniciou o seu governo com um grande choque econômico, heterodoxo e autoritário, prejudicando o sistema bancário e posteriormente os brasileiros. No dia 16 de março de 1990, Fernando Collor de Melo, por meio da Medida Provisória 168/1990, que fora convertida na Lei 8.024/1990, instituiu o Plano Brasil Novo, ou, como ficou conhecido, o Plano Collor I.

O pacote econômico lançado pelo Presidente previa o confisco da poupança da população que buscava suprir as dificuldades do dia-a-dia com alguns ganhos decorrentes de sua correção mensal pela inflação oficial. Isso foi o suficiente para gerar um descrédito dos consumidores na atuação governamental e conseqüentemente ampliar o desemprego e o desaquecimento da economia.

Collor também inaugurou em seu governo o discurso neoliberal, adotando o Consenso de Washington<sup>6</sup>, tomando medidas de abertura do mercado brasileiro à concorrência internacional, promovendo investimentos externos e privatizando a economia, além de eliminar os monopólios estatais na produção de bens e serviços.

### **2.2.2 Os rumos da cidadania**

Os caminhos de afirmação da cidadania brasileira tiveram vários encontros e desencontros para garantir o que fora conquistado pela luta da democratização deste país.

No Brasil, o projeto neoliberal, aos poucos, foi ganhando espaço como alternativa política a crise econômica. O governo Collor implementa o neoliberalismo nos setores do capital, nos partidos políticos conservadores, na

---

<sup>6</sup> Ver Capítulo 1.

imprensa brasileira, e até mesmo nos setores significativos de pequeno e médio empresariado e, também, no movimento organizado dos trabalhadores, como a Força Sindical. Em seu governo, deu-se início à privatização das estatais; o país ampliou sua economia para o capital estrangeiro, enquanto isso, os trabalhadores amargavam o estrangulamento dos seus direitos.

Apesar dos retrocessos democráticos políticos e econômicos do governo Collor, vale ressaltar que a sociedade continuou se mobilizando na construção da cidadania, conforme reza a CF/88. Nesse sentido, destaca-se, por exemplo, a organização da sociedade civil pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que definiu um novo paradigma no trato à infância e adolescência. Foram realizadas campanhas para aprovação de dois artigos na Constituição Federal que dizem respeito à criança e ao adolescente.

Outro destaque de relevância foi a realização da ECO-92, Rio-92, ou melhor, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo principal de buscar meio de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

Essa conferência fortaleceu o conceito de desenvolvimento sustentável e colaborou com a conscientização dos danos do meio ambiente, de responsabilidade dos países desenvolvidos. E estes reconheceram a importância e a necessidade de apoiar os países em desenvolvimento, para avançar na direção do desenvolvimento sustentável.

Na conferência, houve ampla participação das ONGs do mundo todo, totalizando a participação de mais de 1.400 pessoas, de 176 países. Um documento importante foi assinado no evento, a Agenda 21, um plano de ação com 2.500 recomendações para atingir o desenvolvimento sustentável. Conforme esse documento, não há conservação ambiental, caso não seja erradicada a pobreza e promovida a diminuição das desigualdades sociais.

No ano de 1992, o Brasil passava por problemas sérios de corrupção no nível federal. A sociedade questionava o seu governo, quando veio à tona um dos

maiores escândalos que envolvia diretamente o presidente. Seu irmão Pedro Collor de Mello denunciou e comprovou os esquemas de envolvimento de Fernando Collor. O esquema estava relacionado ao seu tesoureiro de campanha presidencial, Paulo César Farias, que ficou conhecido como PC Farias.

Com tantas denúncias e evidências contra Fernando Collor de Mello, intelectuais, estudantes secundaristas e universitários elaboraram um documento solicitando o afastamento do Presidente, que foi assinado pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Cabe ressaltar o amplo Movimento Estudantil que mobilizou o país todo, reivindicando o impedimento do Presidente Fernando Collor de Mello. O movimento baseou-se nas denúncias de corrupção que pesaram contra o Presidente e também nas suas medidas econômicas. O nome "caras-pintadas" referiu-se à principal forma de expressão, símbolo do movimento: as cores verde e amarela pintadas no rosto

A situação deu origem ao Movimento pela Ética na Política. Para Gohn (2001:145):

O Movimento Pró-Impeachment do Presidente da República Fernando Collor de Mello. Isso foi algo "sui generis" para a história do Brasil. [...] A crise foi detonada por desentendimentos entre as próprias elites, por denúncias familiares sobre a apropriação do dinheiro público para fins particulares e formação de quadrilhas que praticavam estelionatos com verbas dos cofres públicos.

E assim o Congresso Nacional tornou-se palco de luta e centralizou suas discussões sobre a CPI para apurar as denúncias. No dia 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados autorizou o Senado a julgar o processo de Fernando Collor de Mello. De acordo com a Constituição de 1988, Collor foi afastado por 180 dias, assumindo em seu lugar o vice-presidente Itamar Franco<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Após três meses de julgamento, Collor renunciou ao seu mandato. Apesar da renúncia, o Senado deu prosseguimento ao julgamento, considerando o Presidente culpado e cassando seu mandato por oito anos consecutivos.

Itamar Franco deu continuidade à política neoliberal de Fernando Collor de Mello. Um período em que a hiperinflação se apresentou como um espaço amplo para o neoliberalismo.

Dada essa conjuntura e por pressão da sociedade civil, Itamar Franco não teve como se ausentar de compromissos assumidos na CF/1988 para a realização de um plebiscito. Assim, em 1993, ocorre a consulta popular para o posicionamento da população sobre a forma de regime: parlamentarista, presidencialista ou monarquista. Houve campanhas na mídia e o envolvimento de vários setores organizados da sociedade civil na realização de debates, orientação e conscientização das pessoas quanto aos regimes. E a decisão popular foi pelo presidencialismo.

Em 1993, também é realizado o I Congresso Nacional de Movimentos Populares, em Belo Horizonte/MG, para a criação da Central de Movimentos Populares (CMP), que reunia os movimentos de moradia, mulheres, meninos e meninas de rua, negros, pessoas com deficiência, dentre outros. A CMP tinha como objetivo reunir os movimentos populares para o seu fortalecimento político em prol da cidadania.

Outro fator de destaque, em 1993, foi na área da assistência social, como decorrência da CF: a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) - Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - que tornou a assistência uma política de responsabilidade do Estado, de direito do cidadão e uma política estratégica de combate à pobreza e de constituição de cidadania das classes subalternas. Desse modo, estabelece a assistência social como uma política pública, de comum acordo com as definições legais, e segundo Oliveira (2003:09) “a gestão passa a ser efetivada por um sistema descentralizado e participativo, cabendo aos municípios uma parcela significativa de responsabilidade na sua formulação e execução”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Íris Maria de. **Política social e cidadania**: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira. 2003. Disponível em: [www.cpihts.com/2003\\_10\\_19/IrisOliveira.htm](http://www.cpihts.com/2003_10_19/IrisOliveira.htm)

O governo Itamar Franco, nos anos de 1993 e 1994, teve grandes desafios, dentre eles a redução da inflação e a criação de uma moeda estável. No começo, foram várias tentativas infrutíferas e, por isso, Itamar convidou Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda.

Fernando Henrique Cardoso (FHC) adotou várias medidas econômicas, a fim de conter a inflação e de estabilizar a economia. Mais tarde, em seu governo, essas medidas ficaram conhecidas como Plano Real.

O sucesso de suas medidas econômicas o lançou para a Presidência da República, em 1994, pelo PSDB, contra o candidato da esquerda Luís Inácio Lula da Silva.

Em 1994, FHC é eleito Presidente da República e, no ano seguinte à sua posse, concentra-se na consolidação do Plano Real e estabilização econômica, ao mesmo tempo em que implementa vasto programa de reformas neoliberais.

Dentre essas reformas, está a Reforma do Estado Brasileiro<sup>9</sup>, que, em agosto de 1995, foi enviada ao Congresso Nacional. Assim, o governo de FHC inaugurou sua ofensiva contra os direitos sociais conquistados na CF/88.

As consequências da Reforma do Estado foram a desregulação da economia, a flexibilização da legislação do trabalho, a diminuição dos gastos

---

<sup>9</sup> CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Reforma do Estado e desregulamentação do trabalho no Brasil, nos anos 90. **Ensaios da FEE**, v. 23, n. 2., p. 899-922, Porto Alegre, 2002. Segundo Pereira (*apud* CARDOSO JÚNIOR, 2002:902), o conteúdo do novo modelo de Estado consistia em:

- a) delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal, através de programas de privatização, terceirização e publicização (este último processo implicando a transferência para o setor não-estatal dos serviços sociais científicos que hoje o Estado presta);
- b) redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário, através de programas de desregulação, que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país em nível internacional, ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional;
- c) aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública-gerencial (ao invés de burocrática) e a separação, dentro do Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução;
- d) aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou a democracia direta.



públicos, a privatização das empresas estatais, a abertura do mercado aos investimentos transnacionais, dentre outras medidas.

No contexto da Reforma do Estado, várias alterações foram realizadas no que diz respeito aos trabalhadores, com destaque para: a) fixação do novo salário mínimo associado à aprovação dos pisos salariais estaduais; b) flexibilização da jornada de trabalho com a criação do banco de horas (fim do pagamento das horas extras), o que significou que a jornada de trabalho poderia ultrapassar as 44 horas semanais; e c) Criação da Medida Provisória 1.709, sobre a ampliação do prazo para compensação das horas extras de quatro meses para um ano, regulamentando assim o trabalho parcial, o que permitiu uma jornada de 25 horas semanais<sup>10</sup>.

O governo FHC criou o Programa Comunidade Solidária, cujo objetivo era mobilizar governo e sociedade civil com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais pobres da população. Para FHC, governo e sociedade civil eram capazes de gerar recursos humanos, técnicos e financeiros para agir eficientemente no combate à pobreza. O princípio do Programa Comunidade Solidária estava fundamentado na parceria entre governo federal com os estados e municípios, através de ações governamentais e iniciativas geradas pela sociedade civil.

O Programa Comunidade Solidária possibilitou a criação de um conselho, que deu início a um processo de negociação na construção de um marco legal para esse setor da sociedade. Envolveu representantes do governo e das organizações civis sem fins lucrativos. O resultado foi a produção de anteprojeto coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e encaminhado em julho de 1998. Esse anteprojeto tinha como objetivo fortalecer o terceiro setor e contribuir nas suas responsabilidades de gerir recursos. O desenrolar da elaboração do anteprojeto deu origem à Lei 9.790/1999 sobre a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que permitiu às ONGs estabelecerem convênios e participarem de seleções públicas nas várias instâncias de governo.

---

<sup>10</sup> CF. CARDOSO Júnior, José Celso. Reforma do estado e desregulamentação do trabalho no Brasil, nos anos 90. **Ensaio da FEE**, v. 23, n. 2., p. 899-922, Porto Alegre, 2002.

Os anos 1990 foram caracterizados pelo fortalecimento e crescimento das ONGs, enquanto os movimentos sociais se enfraqueceram, dada a nova conjuntura da globalização neoliberal e também pela ausência de recursos internacionais da Cooperação Internacional que passou a priorizar outras políticas e países. Assim, vários movimentos sociais passaram a realizar interlocuções institucionalizadas com o poder público. Segundo Gohn (2001:128):

O crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente no âmbito do poder local. Essas tendências são lados complementares das novas ênfases das políticas sociais contemporâneas, particularmente nos países industrializados do Terceiro Mundo. Trata-se das novas orientações voltadas para desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade com um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as “comunidades organizadas”, com a intermediação das ONGs, em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não-estatal e, às vezes, com a iniciativa privada também.

No entanto, essas reformas provocaram os trabalhadores a se manifestarem contra a política de privatização, nos anos que se seguiram ao primeiro mandato de FHC, promovendo greves gerais e demais paralisações no país, demonstrando sua indignação em relação às políticas econômicas e sociais do governo.

A efetivação das políticas neoliberais ampliou o empobrecimento da população de baixa renda, aumentando a fome dos brasileiros. Tanto que, a partir de experiências das cidades de Campinas, Ribeirão Preto e Santos, no Estado de São Paulo, e em Brasília, o governo FHC implantou os programas de transferência de renda: Bolsa-Escola, Auxílio-Gás e o Bolsa-Alimentação destinados às famílias pobres. Esses programas chegaram a beneficiar cinco milhões de famílias.

Fernando Henrique Cardoso, para encerrar o seu primeiro mandato e visando sua permanência, em 1997 encaminhou ao Congresso emenda constitucional permitindo a reeleição, que foi aprovada, para cargos executivos: Presidente da República, governadores e prefeitos, em uma manobra que o beneficiaria nas eleições de 1998.

Em 1998, concorre ao pleito eleitoral, juntamente com Luís Inácio Lula da Silva, e se reelege no primeiro turno.

Entretanto, seu segundo mandato passa por uma grande crise econômica, devido à crise internacional que atingiu o Brasil em 1999, quando os investidores, inseguros e receosos, tiraram bilhões de dólares do Brasil. Até então, o dólar e o real eram equiparados, e com isso a moeda nacional passou a desvalorizar-se, elevando assim as taxas de câmbio.

Conseqüentemente, o País teve que recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para solicitar empréstimos. Com recursos em mãos, adotou um rígido controle sobre os gastos públicos, reduzindo assim os investimentos públicos e elevando as taxas de juros.

Em decorrência dessa situação, os trabalhadores, reunidos em sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos de oposição, em 1999, realizaram uma Marcha dos 100 mil a Brasília contra a política econômica que estava sendo praticada no país. A CUT e a Frente Nacional de Luta por Trabalho e Cidadania entregaram ao Presidente da Câmara dos Deputados um abaixo-assinado com 1,3 milhões de assinaturas exigindo o enquadramento do Presidente da República por crime de responsabilidade e a abertura de uma CPI no Congresso Nacional para investigar a privatização do sistema Telebrás.

Essa reivindicação dos trabalhadores não teve prosseguimento.

Em 2001, ocorre mais um avanço em direção à cidadania, que foi a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) que veio para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal devido aos reclames de ordem pública, interesse social, bem-estar dos cidadãos e equilíbrio ambiental, estabelecendo normas gerais para a política de desenvolvimento urbano.

Enquanto o Brasil vivia, juntamente com o mundo, sua crise econômica, paralelamente a essas manifestações, diversas ocorriam globalmente. O Brasil dá um salto na proposta da realização de um Fórum Social Mundial (FSM) para contrapor o Fórum Econômico Mundial de Davos.

A realização do I Fórum Social Mundial, em 2001, em Porto Alegre/RS, demonstrou a capacidade de mobilização da sociedade civil, com uma metodologia calçada na diversidade e na corresponsabilidade na elaboração do evento. Com o

sucesso do primeiro FSM, foi avaliada a importância da sua continuidade. Em favor disso, o Comitê Organizador propôs a elaboração de uma carta de princípios, de forma a garantir o FSM como um espaço internacional e permanente de reflexão na construção de alternativas em âmbito mundial. Para isso, foi constituído um Conselho Internacional do FSM, representando as redes temáticas, os movimentos e as organizações que acumulam experiências e conhecimentos na linha de construção de alternativas à globalização neoliberal.

Ainda em 2001, no cenário do governo FHC, houve outra crise, conhecida como “apagão”, que gerou crise no fornecimento e distribuição de energia elétrica. A população teve que reduzir o consumo de energia, sendo estipulada uma meta mínima de consumo para residências, comércio e indústrias.

Embora o governo de FHC tenha realizado diversas reformas, em seu primeiro mandato, no segundo apenas administrou as crises econômicas e políticas, tanto que desgastaram profundamente sua popularidade em 2002. Este, por sua vez, não conseguiu eleger o seu sucessor: José Serra.

E, em 2002, aconteceram as eleições para a Presidência da República com dois principais candidatos: José Serra (PSDB) e Luís Inácio Lula da Silva (PT). No primeiro turno, Lula obteve 46% dos votos e José Serra 23%. No segundo turno, Lula venceu com 61% dos votos.

### **2.2.3 Os caminhos da participação social**

Este item compreende uma abordagem sobre as principais formas de participação social, políticas de transferência de renda – Bolsa-Família -, secretarias especiais, conselhos gestores e conferências.

Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, inicia sua gestão mantendo a política neoliberal e alguns programas de FHC, embora a ideia-força de seu governo fosse a participação social.

Outro aspecto do governo Lula refere-se às reformas, como é o caso da Previdência Social, no início de seu mandato, que gerou perda de benefícios e dos direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo dos anos anteriores.

No combate à pobreza, o governo Lula, primeiramente, criou o Programa Fome Zero, inserido na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em um grande mutirão contra a fome, envolvendo as três esferas do governo: federal, estadual e municipal.

Posteriormente, unificou os programas do governo FHC: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e o Cartão-Alimentação, com a criação do Programa Bolsa-Família. Este, no primeiro momento, foi instituído pela Medida Provisória 132, depois transformada na Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e que foi regulamentada pelo Decreto 5.209, em 24 de setembro de 2004. Os objetivos do Programa Bolsa-Família (BRASIL, MDS, 2006) são:

- Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar;
- Promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2008:136):

O Bolsa-Família é considerado uma inovação no âmbito dos Programas de Transferência de Renda, por se propor a proteger o grupo familiar como um todo; pela elevação do valor monetário do benefício; pela simplificação que representa e pela elevação de recursos destinados a programas dessa natureza, de modo que, segundo os idealizadores do Programa, não há possibilidade de diminuição da transferência monetária em relação ao benefício então prestado por qualquer dos outros programas do governo.

É considerado um dos principais programas de combate à pobreza do mundo, tendo sido nomeado como "um esquema anti-pobreza inventado na América Latina (que) está ganhando adeptos mundo afora". O jornal francês *Le Monde* reporta: "O programa Bolsa-Família amplia, sobretudo, o acesso à educação, a qual representa a melhor arma, no Brasil ou em qualquer lugar do planeta, contra a pobreza".

Outro passo dado pelo governo federal no campo social diz respeito à criação da Secretaria-Geral da Presidência da República, que recebeu a incumbência de estabelecer relações entre a sociedade civil, por meio da participação popular, de acordo com os temas de interesse do Poder Executivo, conforme a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, artigo 3º, que diz:

À Secretaria-Geral da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de agenda futura do Presidente da República, na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República, na promoção de análises de políticas públicas e temas de interesse do Presidente da República, na realização de estudos de natureza político-institucional e outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República.

Essa secretaria, comandada pelo ministro Luiz Dulci, desde o primeiro mandato, tornou-se o órgão principal no estabelecimento de relações entre a sociedade civil organizada e o governo federal. Tanto que cabe destacar três secretarias, criadas no governo Lula, fruto da reivindicação dos movimentos sociais (Movimento Negro, Mulheres e Economia Solidária) correspondentes a cada uma delas, como:

**Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)** - compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial; na formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância; na articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial; na formulação, coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial; no planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas; e na promoção do acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres

assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica (Lei 10.678/2003).

**Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM)** - assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas à promoção da igualdade; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; promover o acompanhamento da implementação da legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Lei 10.683/2003).

Também cabe destacar a criação de uma secretaria no campo do trabalho, que visa implementar ações de formação, incubação e assistência técnica e assessoramento de trabalhadores em empreendimentos solidários, como forma de enfrentamento ao desemprego, pelo Decreto 5.063, de 3 de maio de 2004:

**Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)** - compete subsidiar a definição e coordenação das políticas de economia solidária; articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária; planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular; estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente; contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito e outras formas de organização desse setor; propor

medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária; apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários; promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária; supervisionar e avaliar as parcerias da secretaria com outros órgãos do governo federal e com órgãos de governos estaduais e municipais; supervisionar e avaliar as parcerias da secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo.

Além dessas três secretarias, cabe ressaltar a Secretaria Especial de Direitos Humanos que, embora tenha sido criada no governo de FHC (1997), no governo Lula passou a atuar, além dos direitos humanos e na promoção dos direitos à cidadania, também nas questões geracionais: criança, juventude, idoso e, mais, pessoas com deficiência.

Segundo a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências:

**À Secretaria Especial dos Direitos Humanos** compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos à cidadania, da criança e adolescente, do idoso e das minorias e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária, bem como coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH, articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, tanto por organismos governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como por organizações da sociedade, e exercer as funções de ouvidoria-geral da cidade, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias. (LEI 10.683/2003)

Outro ponto que merece ênfase foi a ampliação dos conselhos gestores, anteriormente criados no governo FHC. Esses conselhos têm como propósito elaborar, propor e avaliar as políticas sociais. Podem ser definidos como órgãos de política social que funcionam de forma colegiada.



Os conselhos foram concebidos como forma instrumental de controle social, ou seja, uma modalidade de participação política que interfere diretamente nas ações dos governos, nas instâncias municipal, estadual e federal.

No governo Lula, foram ampliados para 13 conselhos gestores, são eles<sup>11</sup>:

- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape);
- Conselho Nacional de Economia Solidária;
- Conselho Nacional do Trabalho;
- Conselho Nacional do Primeiro Emprego;
- Conselho Gestor da Internet no Brasil (CGLBR);
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea);
- Conselho Nacional da Juventude (CNJ);
- Conselho das Cidades;
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR);
- Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDES);
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI);
- Conselho Nacional de Esporte (CNE);
- Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

Na gestão do governo Lula, nove conselhos gestores foram reestruturados:

- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso;
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM);

---

<sup>11</sup> É importante assinalar que a maioria dos conselhos gestores tem caráter consultivo e não deliberativo.

- Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual;
- Conselho Nacional do Turismo;
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf);
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação;
- Conselho Assessor Nacional da Embrapa;
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade).

Quanto às conferências, iniciadas no governo FHC, obtiveram, no governo Lula, relevância especial. No livro *Experiências Nacionais de Participação Social* (2009), Antônio Roberto Lambertucci afirma que foram “realizadas 62 conferências, de 2003 a 2009, no governo Lula, com a participação de mais de 3,5 milhões de pessoas nas instâncias municipal, estadual e federal, das mais diversas temáticas”.

As conferências são espaços de proposição, debate e avaliação das políticas sociais pela sociedade civil, podendo se transformar em leis.

Cabe mencionar que tanto os conselhos gestores como as conferências são campos de disputa entre governo e sociedade civil como expressão do processo de democratização.

O candidato Luís Inácio Lula da Silva foi reeleito Presidente da República, em 2006, o que evidenciou a sua imensa popularidade pessoal, além da grande aceitação de seu governo pela população. No entanto, cabe observar que, nas duas gestões de governo, a par dessa popularidade e aceitação, coexistiram situações polêmicas, que atingiram intensamente a essa credibilidade. Dentre elas, pode-se citar a corrupção conhecida como o “escândalo do mensalão”, relacionado a pagamentos a parlamentares do PT e base aliada para aprovação de projetos de governo.

Essas situações evidenciaram as contradições entre o discurso da ética e da moral propugnadas pelo PT e pelo governo, gerando enorme crise, que levou à ruptura no meio do PT, com a saída de diversas lideranças petistas do governo e outros membros. Contudo, por seu imenso carisma, Lula conseguiu preservar-se, nessa crise, situando-se para além do PT, surgindo o chamado “lulismo”.

No segundo mandato, Lula, que recebeu na eleição 61% dos votos válidos, lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como seu carro-chefe. E em continuidade a uma política externa, de início, mais voltada à América Latina passa a “defender” uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações que aprofunde a cooperação e a paz mundial. Lança-se como uma personalidade e liderança internacional. Da mesma maneira que no primeiro mandato, o governo do Presidente Lula, nesse período, foi novamente alvo de outras denúncias envolvendo partidos aliados e rede de políticos próximos a ele.

São exemplos dessas denúncias, os escândalos relacionados às empreiteiras vinculadas ao PAC, seu principal programa de governo. Novamente, a pessoa de Lula não é atingida eticamente, crescendo, contraditoriamente, sua popularidade e aprovação de seu governo pela população brasileira. Nesse aspecto, torna-se evidente que as políticas de combate a pobreza e outras formas de participação social, explicam, em grande parte, a avaliação positiva de Lula e do seu governo.

Em 2008, o mundo depara -se com mais uma crise econômica do sistema capitalista, em face a essa crise, Lula transmitiu segurança ”ao povo brasileiro, dizendo que o Brasil estava preparado para enfrentá-la, não devendo sofrer como os demais países”. No entanto, a crise provoca desemprego, insegurança nos investimentos econômicos e outras consequências.

Nos dois mandatos do governo Lula, cabe assinalar a presença e participação dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais, a partir dos anos 1970, como já exposto, tiveram um papel significativo no processo da democratização brasileira, participando na

formação do Partido dos Trabalhadores e da proposição de um projeto de sociedade democrática e de uma gestão democrática popular.

Nesse sentido, os movimentos sociais contribuíram para eleger Lula Presidente da República, emprestando-lhe todo apoio para seu governo. No entanto, desde os primeiros tempos do mandato, expressavam-se contradições entre o discurso e as proposições políticas econômicas e sociais e as práticas de “governabilidade”. Com essas atitudes contraditórias, os movimentos sociais reagiram de diferentes formas. Alguns ficaram desorientados, outros deixaram se cooptar pelo governo (maior parte da direção da CUT e UNE, por exemplo), enquanto outros foram tomando posição cada vez mais distante do governo. Em alguns casos, segundo Ivo Lesbaupin (2007:01), “os movimentos sociais confrontaram com o governo como no caso das reivindicações indígenas e no caso da transposição do Rio São Francisco.

Neste término do segundo mandato do governo Lula, alguns movimentos sociais já não esperam mais o que o governo tem para dizer, começam a demonstrar a necessidade de reconfigurar suas lutas pelos interesses das classes populares.

À guisa de conclusão deste capítulo, enfatiza-se que os caminhos da democratização permanecem sendo importantes, mas necessitam de aperfeiçoamento e aprimoramento, a exemplo dos conselhos gestores e conferências supracitadas.

Ao longo desses 30 anos de democratização brasileira, a sociedade civil passou por vários desafios, a fim de fortalecer sua cidadania por meio da participação popular enquanto meio de garantir seus direitos sociais, na execução de políticas sociais que atendam às suas necessidades humanas.

Assim, movimentos sociais, como o MNCR, têm perseguido caminhos que lhes possam garantir o direito à cidadania. O MNCR, embora tenha iniciado suas atividades nos anos 2000, construiu suas raízes no processo de democratização da sociedade brasileira.

### **CAPÍTULO 3**

#### **Trajectoria Histórica do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**

O presente capítulo tem por finalidade trazer os caminhos percorridos pelos catadores e catadoras de material reciclável na constituição do MNCR, bem como apresentar os avanços, dificuldades e desafios encontrados ao longo do percurso; e as relações com o Estado, nas suas diferentes instâncias. A forma de organização dos catadores e catadoras em movimento social, foi um meio encontrado para fortalecê-lo enquanto uma categoria de trabalho e de relacionamento com os órgãos governamentais na reivindicação de políticas sociais na área de resíduos sólidos<sup>12</sup>, como do atendimento das necessidades desse trabalhador.

#### **3.1 Antecedentes e origem do MNCR**

A partir do século XIX, com a Revolução Industrial, verificou-se a massificação da produção em larga escala e, com isso, também a geração de embalagens desses produtos e um grande contingente de resíduos sólidos nas áreas urbanas. A Revolução Industrial provocou um intenso êxodo rural, com a migração do campo para os centros urbanos, desencadeando o inchaço das cidades.

No Brasil, esse cenário não foi diferente dos outros países industrializados do mundo. Segundo Alencar (2008:85):

A dinâmica dos movimentos migratórios campo-cidade, nos últimos cinquenta anos, materializou-se pela intensa ocupação das populações nas periferias dos centros urbanos. Somente o estado de São Paulo

---

<sup>12</sup> **Resíduos sólidos** constituem aquilo que genericamente se chama lixo: materiais sólidos considerados inúteis, supérfluos ou perigosos, gerados pela atividade humana, e que devem ser descartados ou eliminados

**Material reciclável** é todo material que, após ser utilizado, pode ser reutilizado para fabricação de novos produtos. São exemplos de material reciclável os resíduos constituídos de vidro, plástico, papel, papelão, ferro, aço e alumínio

ganhou nos anos de 1940 e 1950 um contingente migratório de 1.738.813 habitantes.

Ainda segundo Alencar (2008: 93), nos anos de 1960, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro possuíam um contingente de 3,7 milhões e 3,2 milhões de habitantes respectivamente. E, como consequência desse inchaço urbano, as cidades foram acumulando problemas urbanos, como: falta de moradia, falta de saneamento básico e, como não poderia de deixar de existir, o aumento do volume do consumo e o aumento de lixões a céu aberto. Nesses anos, ganha força o número de catadores que retiravam desses lixões a sua sobrevivência.

Quem é o catador de material reciclável? É o homem ou a mulher de ocupação social que busca sua sobrevivência por meio da catação de material reciclável (papel, papelão, alumínio, plásticos, vidros, ferros) para posterior revenda aos sucateiros (intermediários = atravessador). Os catadores executam a primeira etapa do trabalho de reciclagem. Apesar da importância dessa atividade na redução do lixo encaminhado para os aterros sanitários e sua contribuição na preservação de recursos naturais, esses trabalhadores não são valorizados. Na maioria das vezes, atuam em condições insalubres, nas ruas das cidades, nos lixões a céu aberto, e/ou ainda nos aterros sanitários.

Apesar de o catador existir a mais de 50 anos, vamos nos deter no período de 1980 em diante, que coincide com o processo de democratização do país. A partir da década de 1980, quando se intensifica o número de catadores, dadas as questões socioeconômicas do País, conforme nos relata Costa (*apud* ALENCAR, 2008:91):

A origem socioeconômica dos catadores está relacionada ao fenômeno do êxodo rural, ao rápido crescimento das cidades que ocasionou uma grande diversificação de atividades e ao surgimento e proliferação das favelas. Como visto estes são os elementos decorrentes dos impactos do modelo econômico adotado no Brasil.

Como se observa a realidade socioeconômica provoca situações de sobrevivência dos trabalhadores e os leva à exclusão da sociedade. Os catadores são obrigados a morar em condições precárias e insalubres. Consequentemente,

também não conseguem empregos e se dirigem para o campo de trabalho informal, enquanto muitos optam pela catação de materiais recicláveis.

Os anos 1980 configuraram uma década que deixou cicatrizes sociais no País, pelo número de desempregados, e, em decorrência desse fato, o número de desabrigados e sem-teto cresceu significativamente.

Foi nesse período que cresceu também o número de catadores pelas ruas dos centros urbanos brasileiros; diversas reportagens de jornais apresentam matérias discorrendo sobre o aumento de pessoas morando sobre as marquises, viadutos, em casas abandonadas, calçadas, coretos e jardins das cidades. Todos conhecidos como: desabrigados, pobres de rua, mendigos, cidadãos da rua e outros nomes.

Em 1979, no município de São Paulo, a Organização do Auxílio Fraternal (OAF), uma ONG, iniciou uma ação próxima aos moradores de rua da Baixada do Glicério com a distribuição de sopa. Alguns dos componentes da OAF chegaram a dormir na rua a fim de vivenciarem a realidade daquelas pessoas. A ação da OAF estava fundamentada nas Cebes, na pedagogia de Paulo Freire e na Teologia da Libertação da Igreja Católica.

Em meio a esses moradores de rua, havia um grupo que catava materiais recicláveis nas ruas do centro da metrópole de São Paulo. Esse grupo atuava nas proximidades da Rodoviária da Baixada do Glicério, que gerava um grande volume de materiais recicláveis.

Apesar da proximidade da OAF dos moradores de rua ter-se iniciado em 1979, somente em 1983 surgiram as primeiras reflexões sobre a possível organização dos catadores. Essas reflexões eram realizadas no Centro Comunitário, local onde ocorriam as atividades culturais, além, segundo Costa (2007), “da discussão sobre o desemprego e trabalho serem uma constante”. Os catadores traziam a sua prática cotidiana para a reflexão do grupo.

Em uma das ocasiões, foi ventilada a ideia de se ter um carrinho para puxar o material reciclável. Esta ideia ganhou forma e, embora o processo tenha sido

longo, os catadores conseguiram se mobilizar e se organizar para adquirir as primeiras rodas e, consecutivamente, construir a primeira carroça.

Nessa perspectiva, foram construídas mais carroças e todos se revezam entre si no processo de catação. Embora o trabalho fosse feito por revezamento, a comercialização dos recicláveis era realizada em separado.

Na medida em que o trabalho se desenvolvia, sentiram a necessidade de obter um espaço para armazenar o material reciclável e, posteriormente, vendê-lo, e retirar desses produtos o seu sustento.

A resolução dessa necessidade concretizou-se quando conseguiram uma casa abandonada, nas proximidades da Baixada do Glicério, solicitada a um senhor que consentiu o uso desse espaço para guardar o material e, consecutivamente, a comercializarem coletivamente.

Aos poucos, o grupo conquistou seu espaço e teve capacidade para adquirir a primeira balança e, assim, controlar o peso dos produtos coletados, e de forma a dividir o dinheiro de forma proporcional.

Em 1985, o dono do espaço surgiu para reclamá-lo e, juntamente com isso, os confrontos com a Prefeitura de São Paulo tornaram-se frequentes. Como resultado, os grupos que atuavam na Luz, Sé e Baixada do Glicério se uniram e formaram a Associação dos Catadores de Papel e Papelão da Baixada do Glicério. No processo contaram com o apoio da vereadora Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Para Costa (2007:69):

Aqui começa a se fazer presente, ainda que sob formas marginais e tênues, a figura do Estado. É neste cenário que certas ligações capilares e circunscritas começam a ser articuladas, estabelecendo pela primeira vez mediações mais específicas e especializadas entre os poderes públicos e o universo da rua. E estas relações obviamente não eram só de apoio, como no caso da então vereadora Luiza Erundina, que auxiliava a organização dos catadores, mas também nas relações que se faziam mediante o uso da força, pressão, coação política, como no caso dos embates como Jânio Quadros, prefeito da cidade entre 1985 e 1988. No começo desta gestão municipal, inicia-se uma intensa e sistemática perseguição aos catadores. Tendo a vassourinha como principal emblema de campanha, a intenção política era varrer a cidade através de uma



intervenção urbana fundada na “limpeza estética das ruas”. Consideravam que os catadores sujavam as ruas ao vasculhar lugares em busca de material.

Os catadores, que colaboravam com a limpeza da cidade, eram responsabilizados pela sujeira e tal como o trabalho que realizavam, retirando das ruas o lixo, eram identificados com a própria imagem do lixo. A ausência de política social para essa camada da população excluída do seu direito de viver dignamente, e de uma política voltada para os resíduos sólidos agravaram a situação de exclusão.

Apesar dos catadores sofrerem com o “uso da força, pressão, coação política”, resistiam e contavam com o apoio da vereadora Luiza Erundina (PT), que esteve presente na fundação da Associação dos Catadores de Papel e Papelão da Baixada do Glicério. A participação da vereadora possibilitou-lhes visibilidade e os fortaleceu para os enfrentamentos às ações da Prefeitura de São Paulo.

Em seguida, a casa que era utilizada para a armazenagem dos materiais recicláveis, foi adquirida pela OAF e se tornou um espaço de armazenamento, escritório e também de habitação temporária para os catadores e catadoras.

Em 1989, a Associação transforma-se na primeira Cooperativa de Materiais Recicláveis do Brasil – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare). No referido ano, Luiza Erundina é eleita prefeita do município de São Paulo.

Após o resultado das eleições e posse da prefeita Luiza Erundina, os catadores, através da Coopamare, reivindicam um espaço para o exercício de suas funções e foi lhes concedido o espaço debaixo do viaduto, na região de Pinheiros. As condições físicas não eram adequadas, porém foi o que conseguiram. O espaço não foi doado legalmente, até o presente momento, situação que vem trazendo problemas com as diferentes gestões municipais, que ameaçam constantemente retirá-los do local.

A gestão de Luiza Erundina não deixou para esse grupo somente o espaço para os catadores, segundo Costa (2007:72):

Em 1990, através de um decreto a prefeitura reconheceu oficialmente o trabalho dos catadores de papel da cidade de São Paulo. Este decreto fora elaborado por Aldaiza Sposati secretária das administrações regionais do governo de Luiza Erundina, além de torná-los uma categoria de trabalhadores não clandestinos na cidade, possibilitou o registro dos mesmos como autônomos na prefeitura, independente de estarem ou não vinculados a uma cooperativa de trabalho. A prefeitura estabeleceu também um auxílio financeiro muito específico para a Coopamare, verba repassada diretamente à Cooperativa por meio do repasse da OAF.

As duas intervenções do Estado apresentaram avanços significativos, porém, de outro lado, a falta de regulamentação de legislações que assegurassem as atividades dos catadores foram insuficientes e perenes, nas gestões futuras, que não reconheceram a categoria dos catadores como atores importantes na coleta seletiva de materiais recicláveis.

No mesmo período do surgimento da Coopamare em São Paulo, aparecem outras associações e cooperativas de materiais recicláveis nas Regiões Sudeste e Sul do País, conforme relata Alencar (2008:104):

...As entidade de catadores de Porto alegre/RS (Associação das Mulheres Papeleiras da Ilha dos Marinheiros, Associação das Mulheres Papeleiras da Santíssima Trindade, Associação dos Recicladores de Resíduos do Aterro Zona Norte - ARRAZN e, Associação de Catadores da Restinga); Novo Hamburgo/RS (Cooperativa dos Recicladores da Grande Porto Alegre); Canoas/RS (Associação dos Carroceiros e Catadores de Canoas); São Paulo/SP (Associação Nioac dos catadores de Papel e Papelão), Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare); Santos/SP (Associação dos Carrinheiros de Santos); Piracicaba/SP (Grupo de Catadores do Aterro do Pau Queimado); e, Belo Horizonte/MG (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis – Asmare).

A formação e organização de grupos, associações e cooperativas foram se alastrando por várias regiões e cidades do país e impulsionando os catadores para uma organização mais ampla. Nos anos de 1990, mais precisamente em 1992, segundo Alencar (2008:104), foi que

(...) ocorreu o primeiro esforço de organização de um movimento em âmbito nacional, na cidade de Santos em São Paulo que foi o 1º Encontro Nacional de Organizações Populares de Catadores de Papel e Materiais Reaproveitáveis e um dos principais pontos enfocados era o reconhecimento profissional e a articulação nacional dos catadores.

Após esse primeiro encontro, passaram-se sete anos e, em junho de 1999, os catadores se reuniram em Belo Horizonte/MG, para o Primeiro Encontro

Nacional dos Catadores de Papel do Brasil. Estiveram representados os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul, além de presença significativa de técnicos e de ONGs. Os catadores, nesse evento, propuseram a separação de catadores e técnicos para discutir suas especificidades, e decidiram realizar um encontro amplo apenas de catadores do Brasil.

Ao proporem esse evento mais amplo, perceberam a dificuldade de sua realização, pela falta de recursos financeiros para propor uma articulação nacional dos estados. Desse modo, formaram uma comissão organizativa que iria mobilizar os catadores de todo o Brasil e também obter recursos financeiros para a realização do I Congresso dos Catadores.

O ano de 2000 foi de articulação e mobilização por parte da comissão organizadora, a fim de localizar os catadores nos vários Estados do Brasil para realizarem o grande evento de 2001.

Essa mobilização contou com o apoio e a colaboração da Igreja Católica por meio da Congregação das Oblatas (que realizavam um trabalho com os moradores de rua) e da Cáritas brasileira, uma entidade suíça que tem uma unidade no Brasil e financia projetos sociais.

Assim, em junho de 2001, após terem mobilizados diversos Estados do Brasil, os catadores conseguiram reunir representantes de 17 deles, com a participação de 1.600 catadores e catadoras para a realização do I Congresso Nacional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis, em Brasília. Nascia, então, o MNCR.

Como mencionado no início deste capítulo, os catadores surgem da ação dos moradores de rua, com os quais caminharam juntos. Essa relação, após o I Congresso dos Catadores, reforçou a realização da Marcha Nacional da População de Rua, que reuniu 3 mil participantes, no dia 7 de junho de 2001, com o objetivo de pressionar as autoridades governantes pela implementação e efetivação das políticas sociais propostas no referido Congresso.

Estas propostas constaram de uma carta elaborada pelos catadores na qual reivindicavam:

- Reconhecimento da profissão de catador de material reciclável;
- Inclusão dos catadores de materiais recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final;
- Garantia de políticas de financiamentos e subsídios; que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de catadores materiais recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda;
- Priorização da geração de oportunidade de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos moradores de rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

O MNCR dá um importante passo rumo à sua luta e organização, enquanto movimento, quando elege suas propostas que deverão ser trabalhadas ao longo dos próximos dois anos, até a realização do II Congresso Nacional.

A partir do I Congresso Nacional, surgem inúmeras cooperativas pelo Brasil, conforme narra Alencar (2008:105):

A partir do congresso nacional, houve o surgimento impressionante de várias cooperativas e associações em todo o Brasil. Foram identificadas cerca de 500 cooperativas, associações e grupos em formação de catadores no país, das quais 78% surgiram depois do encontro de Brasília em 2001 e, um número estimado de 30 mil catadores atuando em organizações formalizadas e/ou grupos em formação.

O crescimento das organizações dos catadores serviu de impulso e de estímulo à criação da Comissão Organizadora do MNCR, que propôs o processo organizativo.

### 3.2 Processo organizativo: os primeiros passos do MNCR e sua estrutura

As primeiras lutas e a relação do MNCR com o Estado deram-se com vistas ao reconhecimento da profissão dos catadores de materiais recicláveis.

Os catadores preparam-se para esse contato com o Estado por meio de oficinas e *workshop* para descrever a profissão de catador. Nessa atividade, contaram com o apoio de técnicos do Ministério do Trabalho para fazer a descrição e, a partir daí, construir tecnicamente todo o processo da relação de trabalho dos catadores.

Ao mesmo tempo em que se preparavam, os catadores estavam também conversando e discutindo com os líderes de bancada dos deputados federais de diferentes partidos políticos, a fim de garantir a aprovação do projeto final de lei para reconhecer a profissão dos catadores de materiais recicláveis.

Em 2002, o MNCR obtém sua primeira conquista: a inscrição na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) sob o número 5.192-05, detalhada da seguinte forma:

<b>Funções relacionadas</b>	<b>Descrição sumária</b>	<b>Condições gerais do exercício</b>	<b>Formação e experiência</b>
Catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata (cooperativa), separador de sucata (cooperativa), triador de sucata (cooperativa)	Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e outros materiais recicláveis.	O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para a venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas Cooperativas, surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.	O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento aos seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros.

Fonte: <http://www.mtecbo.gov.br/codigo5192>

No ano de 2003, no governo Lula, o MNCR, com a colaboração de algumas entidades, como a OAF, Pastoral de Rua, o Instituto Nenuca de Desenvolvimento

Socioeconômico Ambiental (Insea), a Fundação Asociación Vida e Natureza (Avina) e outras, conseguem criar o **Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis**, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), cujo objetivo é discutir os assuntos relevantes aos catadores para posteriores encaminhamentos.

Em 2003, padre Júlio Lancelotti, um dos coordenadores da Pastoral de Rua, vai a Brasília convidar o Presidente Lula para a inauguração do espaço do Projeto Cor da Rua da OAF. Esse projeto desenvolve atividades com os moradores de rua na produção de objetos de materiais recicláveis. O Presidente Lula se disponibilizou a estar na inauguração do evento, impressionado com a peça que lhe foi ofertada, construída com material reciclável.

E, assim, a OAF de São Paulo articulou para que representantes do MNCR estivessem com o Presidente. No encontro, apresentaram as necessidades dos catadores para a realização do seu trabalho de reciclagem. Segundo o jornal *O Trecheiro*<sup>13</sup> (jan. 2004), reivindicavam: “cidadania, cooperativa, prensas e carroças para o desenvolvimento de suas atividades nas ruas. Outro problema abordado pelos catadores foram os lixões e a falta de infra-estrutura para as cooperativas e associações”.

Ainda nesse encontro, o MNCR lançou o Selo Amigo do Catador e passou a considerar o Presidente Lula como o primeiro Amigo do Catador.

No evento, o Presidente Lula solicitou aos catadores que apresentassem um projeto para captação de recursos no MDS. O que foi realizado pela OAF, considerando que o MNCR, na época, não possuía uma entidade jurídica que o representasse.

E, no final de 2004, foi assinado um convênio entre a OAF e o MDS para a capacitação de 701 lideranças; realização de 14 congressos estaduais; articulação para a organização e continuidade das ações de autossustentabilidade e

---

<sup>13</sup> O jornal *O Trecheiro*, da ONG Associação Rede Rua, retrata a temática de questões sociais, assim como dos moradores de rua e dos catadores.

fortalecimento das associações e cooperativas, por meio de 26 centros de referência, que funcionariam como secretarias do MNCR, localizados nas cooperativas ou associações de catadores; elaboração e produção de *kits* para a capacitação de catadores no Brasil; representação e articulação da Comissão Nacional; estudo do custo do posto de trabalho do catador; dentre outros.

Segundo Alencar (2008:107-8):

Cabe destacar dois pontos: o primeiro e que antecedeu a realização desse importante evento, além de todo o processo de formação, capacitação, articulação nacional e formalização das bases orgânicas nos estados, a elaboração de um estudo de abrangência nacional para analisar o custo de geração de um posto de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis, visando construir parâmetros técnicos para orientação de políticas públicas de inclusão social e econômica deste segmento. A pesquisa resultou numa demanda nacional para gerar 39.040 postos de trabalho para os catadores a partir de investimentos públicos na ordem de R\$ 170 milhões em cinco anos. A elaboração, apresentação e entrega desse estudo ao Presidente da república foi oportuna para consolidar a formulação de política públicas para os catadores de materiais recicláveis.

Para o MNCR, era essencial o levantamento do custo do seu trabalho para obter elementos para argumentar com os governos municipais sobre os gastos públicos referentes à coleta seletiva. No caso dos governos municipais aderirem ao trabalho com os catadores, os preços da coleta seletiva e da manutenção dos aterros sanitários seriam reduzidos significativamente, o que contribuiria para minimizar os danos ambientais relacionados à extração dos recursos naturais.

Em função dessa realidade, o MNCR, ainda em 2004, realizou uma ação significativa denunciando e reivindicando políticas sociais para o fim dos lixões, desde a geração de resíduos ao seu destino final. Essas ações do poder público devem estar vinculada a um processo de educação ambiental e de inclusão social dos catadores em projetos de coleta seletiva empregados nos municípios.

Diante desse fato, o MNCR tem estabelecido bandeiras de luta quanto a:

- O devido pagamento pelo trabalho prestado à sociedade;

- Contra os lixões a céu aberto e a devida transferência dos catadores para galpões com estrutura que possa garantir a sua sobrevivência;
- Coleta seletiva realizada pelos catadores;
- A valorização da categoria dos catadores de materiais recicláveis
- Criação de creches e escolas para suas crianças.

Para que as bandeiras de luta tenham ressonância na busca de soluções, o MNCR destaca como princípios:

- A autogestão - a organização econômica dos trabalhadores e proprietários de suas ferramentas e equipamentos de produção;
- Democracia direta - forma de tomada de decisão coletiva e de responsabilidade da base;
- Ação direta popular – carrega em si a organização do povo, a autonomia visando à transformação pelo exercício de suas próprias forças;
- Independência de classe que é um princípio histórico e que os orienta na emancipação das estruturas que os dominam;
- Solidariedade de classe que une os seus iguais.

As bandeiras de luta e os princípios do MNCR, aos quais incorporam também os princípios da economia solidária, fundamentam seu processo organizativo.

Nessa perspectiva, a base da estrutura organizacional do MNCR é composta por associações e cooperativas, atualmente por volta de 800 em sua totalidade.

Os Comitês Regionais, como instância deliberativa, são compostos pelas bases do MNCR, em que os grupos, cooperativas e associações de municípios próximos se unem para formar o Comitê Regional. Por exemplo, a região do Grande ABC paulista compõe um Comitê Regional. O Estado de São Paulo atualmente conta com nove Comitês Regionais. No Brasil, há aproximadamente cem Comitês Regionais.



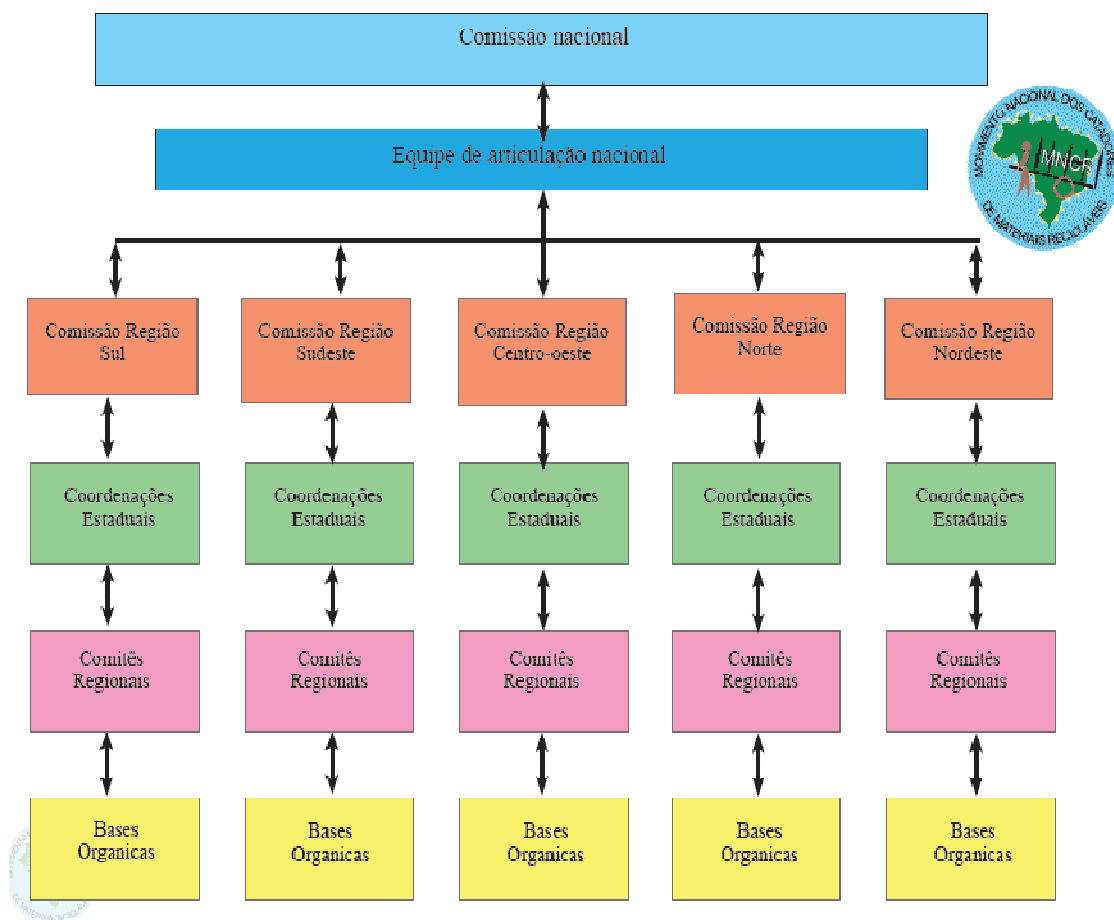
A Coordenação Estadual é composta por representantes eleitos dos Comitês Regionais. Cada Comitê Regional elege dois representantes, sendo, por exemplo, que a Coordenação Estadual de São Paulo possui 18 representantes. Hoje o MNCR está presente em 23 Estados da federação brasileira.

Das Coordenações Estaduais, elege-se um representante por Estado para a composição da Comissão Regional. Por exemplo, a Comissão Regional Sul é composta por três representantes: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A Comissão Nacional é composta pela eleição de dois representantes de cada Estado, significando que atualmente são 46 membros. Em sua maioria, os representantes atuais ainda são os eleitos no I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, pois não foi estabelecido o tempo de mandato desses representantes.

Para as tarefas em âmbito nacional, criou-se a Equipe de Articulação Nacional, com o objetivo de agilizar as ações e articulações, criando um laço nacional entre as diversas instâncias organizativas do MNCR. A equipe é composta por cinco catadores, das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. É uma comissão executiva das demandas da Comissão Nacional. Essa equipe de articulação não possui mandato até o presente momento. Representantes da Equipe e da Comissão Nacional alegam que precisam amadurecer e consolidar o mandato e assim, consecutivamente, trazer para o campo interno do movimento a importância do rodízio.

A seguir, na Figura 1, o diagrama organizacional do MNCR.



**Figura 1:** Diagrama organizacional do MNCR

O MNCR não possui personalidade jurídica. Mas, em 2007, as dificuldades para captar recursos e realizar mecanismos de capacitações, levaram o movimento a decidir pela criação de uma entidade que o representasse e constituiu a Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (Ancat).

O Estatuto Social da Ancat traz que o objetivo é:

(...) Promover a união dos seus associados: trabalhadores, desempregados, moradores de rua, carroceiros e catadores de materiais recicláveis organizados em núcleos de base e setores de trabalho de forma autônoma, no meio urbano e rural em todo o território nacional, em torno da defesa de seus direitos sociais, de trabalho, educação, saúde, habitação e lazer.

A Ancat elabora projetos para a captação de recursos destinados à formação e capacitação dos catadores, a fim de aprimorar seus conhecimentos

sobre cooperativismo, gestão, tecnologias e outras necessidades das bases orgânicas do Movimento.

Segundo um dos coordenadores-gerais, Roberto Rocha, a Ancat funciona como meio e não como um fim e está a serviço do MNCR. Além disso, busca elementos de tecnologia para aperfeiçoar as cooperativas e associações dos catadores, como uso de *softwares* que facilitem a administração desses grupos. Foram citados outros exemplos na busca de aperfeiçoar a tecnologia de inovação e prensa que melhorem o processo de prensagem dos materiais recicláveis, assim como o refinamento de óleo vegetal saturado, a fim de que possa ser utilizado nos caminhões das cooperativas e associações, para baratear o custo do combustível e melhorar a qualidade do meio ambiente. Esses são alguns exemplos do uso da tecnologia que estão sendo discutidos com universidades para serem colocados em prática nas bases orgânicas.

### 2.3 O MNCR e as relações com o Estado

O MNCR, desde a sua fundação, mantém relações prioritárias e diretas com o governo federal, dado que, nos municípios, as associações e cooperativas de catadores, em geral, encontram resistência para serem responsáveis pela coleta seletiva, o que revela atitudes de descrédito da sua capacidade operacional. E na relação com o governo federal, o MNCR discute leis que possam beneficiar diretamente a todos os catadores do país. A sua participação nessa instância foi significativa, o que provocou a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo<sup>14</sup>.

Esse **comitê** foi criado pelo Decreto Presidencial em 11 de setembro de 2003 e é composto por um representante titular e um suplente. É coordenado pelo MDS e composto pelos seguintes ministérios: Cidades; Meio Ambiente; Trabalho e Emprego; Ciência e Tecnologia; Educação; Saúde; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

---

<sup>14</sup> Ressalta-se que os catadores do MNCR manifestaram-se contrários à terminologia “catadores de lixo”, isso porque não catam lixo e sim materiais recicláveis. Embora tenham se manifestado, os responsáveis do Comitê não mudaram a terminologia no Decreto, apenas nas convocações para as reuniões se utiliza a expressão “catadores de materiais recicláveis”.

Casa Civil; Caixa Econômica Federal (CEF); e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O objetivo desse comitê é implementar o Projeto Interministerial Lixo e Cidadania, associado ao combate à fome e à inclusão dos catadores, com a finalidade de extirpar os lixões, e assegurar e garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de materiais recicláveis nos municípios. Outra finalidade é articular políticas setoriais e acompanhar programas destinados à população catadora de material reciclável. E, finalmente, determinar mecanismos de monitoramento dessas ações, que devem ser integradas.

Alencar (2008:123) expõe as reivindicações do MNCR apresentadas ao Comitê Interministerial:

- Garantir a efetiva realização dos projetos do Fundo Nacional de Meio Ambiente que contemplava o apoio aos catadores, selecionados em 2004, mas não haviam sido contratados até 2005 pelo Ministério de Meio Ambiente;
- Implementar projetos de moradia apresentados pelos catadores ao Programa Crédito Solidário que estavam paralisados, sob a responsabilidade do Ministério das Cidades;
- Garantir os catadores como público prioritário para receber o Bolsa-Família no âmbito do MDS;
- Renovar o projeto “Ações integradas de Desenvolvimento Social e Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil”, sob a responsabilidade do MNCR, apresentado oficialmente pela OAF ao MDS e em parceria com a Fundação Avina;
- Alterar o artigo 50 da proposta de Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) elaborada pelo MMA, no sentido de garantir a formalização de convênios com associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis na realização de serviços públicos de coleta seletiva;
- Questões de âmbito local, como o apoio ao Festival Lixo e Cidadania de Belo Horizonte/MG (que ocorre anualmente), Seminário de Resíduos Sólidos da Abes e projetos de coleta seletiva e apoio às organizações de catadores em Brasília/DF;
- Agenda de trabalho no início de 2006, em Brasília, com o Presidente da República e Ministros que compõem o Comitê Interministerial para apresentação da pesquisa “Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis” (UFBA, 2006) e discussão sobre a política de investimento para geração dos 39.040 postos de trabalho no Brasil, no sentido de garantir investimentos no valor de R\$168.979.735,19 para incluir 175.000 catadores, abrangendo 244 unidades básicas em 199 municípios e 22 estados da federação.

Essas reivindicações foram debatidas a partir de 2003, visando, ao longo dos anos seguintes, construir políticas sociais que pudessem beneficiar os catadores das cooperativas e associações do país.

Este processo participativo do MNCR contribuiu para elaboração e aprovação dos seguintes marcos legais:

**Lei de Saneamento Básico – 11.445/2007** - por se tratar de uma lei ampla, referente a questões ambientais e de saúde, o MNCR discutiu internamente e, posteriormente, no Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Lixo aspectos relativos aos resíduos sólidos.

Esses aspectos estão relacionados às diretrizes e aos serviços de saneamento básico, bem como à redefinição de dispositivos e normas quanto à dispensa de licitações para o processo da coleta seletiva e o processo de regulação da mesma.

Outro aspecto a se destacar na lei, é que altera dispositivos da Lei 8.666, de 1993, que trata da licitação de produtos e serviços e, no caso dos catadores, o artigo 24, inciso XXVII, foi alterado, ficando da seguinte forma:

XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

A avaliação do MNCR é positiva quanto à conquista dessa lei, porém, na prática, esta não está sendo cumprida, pois os municípios precisam se adequar à nova legislação. O MNCR não registra nenhum município que tenha adotado essa lei no que tange à prestação dos serviços dos catadores de coleta seletiva.

Essa lei não especifica as sanções, em caso de mau uso de seu emprego, bem como não há uma priorização dos municípios quanto à implantação da coleta seletiva e da inclusão dos catadores nesse processo.

**Decreto presidencial de coleta seletiva nos órgãos públicos – 5.940, de 25 de outubro de 2006** – institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

O processo de proposição desse decreto deu-se pelos questionamentos do MNCR, no Comitê Interministerial, sobre a necessidade do governo destinar a coleta seletiva aos catadores, nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Para que as cooperativas e associações possam se habilitar a receber os materiais recicláveis dos órgãos federais, devem estar constituídas formalmente por catadores, que tenham a catação como sua única fonte de renda e, mais, que comprovem ter infra-estrutura para a triagem desse material e, conseqüentemente, sua classificação.

As cooperativas e associações que se candidatarem a receber esses materiais recicláveis deverão participar de uma chamada pública e, após essa chamada, a escolhida assinará um termo de parceria com o órgão público por um período de seis meses. E, após esse período, outro grupo será beneficiado por esses materiais.

Segundo Alencar (2008:128):

A coordenação do Programa Coleta Seletiva Solidária do Governo Federal, o decreto abrange aproximadamente 600 mil servidores de 217 órgãos federais espalhados em cerca de 10.000 prédios públicos em 1.400 municípios de todos os estados brasileiros. As organizações de catadores devem declarar para assinatura do Termo de Compromisso com o órgão público os seguintes indicadores iniciais: número de cooperados e/ou associados, valor médio da renda desses associados e/ou cooperados nos últimos seis meses e a quantidade média dos materiais recicláveis comercializados, em tonelada, dos últimos seis meses.

Embora seja de grande relevância a destinação desses materiais recicláveis para os catadores, estes avaliam que ainda há falta de entendimento entre cooperativas e/ou associações e os órgãos públicos na prática dessa relação. Muitos órgãos públicos, anteriormente, revendiam esses materiais, o que fazia

parte de suas receitas. Atualmente, além de não terem essas receitas, são onerados com os custos do transporte dos materiais recicláveis às cooperativas e/ou associações.

**Lei de política nacional de resíduos sólidos - 203/1991** - em 1991, foi apresentado o projeto de lei sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Passados 16 anos, este não havia sido aprovado pelo Congresso Nacional. Em 6 de setembro de 2007, o governo federal tomou a iniciativa de encaminhar um substitutivo da PNRS ao Congresso Nacional. Esta foi a primeira vez em que o Executivo tomou iniciativa em relação à temática.

O processo de reelaboração dessa lei partiu do MNCR, no Comitê Interministerial, que encaminhou aos seguintes Ministérios: do Meio Ambiente; das Cidades; da Saúde; do Desenvolvimento; da Indústria e Comércio Exterior; do Planejamento; do Orçamento e Gestão; da Fazenda; da Casa Civil; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Além disso, o projeto de lei considerou as discussões e reflexões realizadas no ano de 2000, em seminários regionais e nacionais com os diversos segmentos da sociedade.

O cenário dos resíduos sólidos no País é caótico. Segundo dados de Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os resíduos sólidos gerados em residências e comércio, coletados diariamente, chegam a 228,4 mil toneladas, sem considerar o que é descartado nos lixões, terrenos baldios e em cursos d'água.

Segundo Grimberg (2007:01):

Os números são frios, mas por trás deles estão os impactos praticamente invisíveis aos olhos do cidadão: contaminação de lençóis freáticos e do solo pelo chorume e do ar pelos gases emitidos pela destinação inadequada dos (lixões) dos resíduos gerados por 3.672 municípios (66% do total). A deposição de resíduos a céu aberto é considerada ilegal pela Lei de crimes ambientais, mesmo assim 59,5% era destinada desta forma, ou seja, 146,8 toneladas por dia, no período da pesquisa realizada pelo IBGE. Para os aterros controlados seguiam 19,9% dos resíduos coletados e apenas 14,9% seguiam para os aterros sanitários.

No dia 10 de março de 2010, foi aprovado, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 203/1991, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A lei estabelece diretrizes para a PNRS quanto à proteção de saúde pública e qualidade do meio ambiente; não geração, redução e reutilização e tratamento de resíduos sólidos; educação ambiental; gestão integrada de resíduos sólidos; integração dos catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam o fluxo de resíduos sólidos.

Esta lei foi sancionada em agosto de 2010 sob o número 12.305. Esta destaca alguns itens relacionados aos catadores. O artigo 22, parágrafo 2º, diz respeito aos serviços de limpeza urbana e seu armazenamento:

Artigo 22 – Os resíduos sólidos reversos coletados pelos serviços de limpeza urbana com conformidade com o artigo 7º da Lei 11.445 de 2007, deverão ser disponibilizados pelo Distrito Federal e municípios em instalações ambientalmente adequadas e seguras, para que os gerados providenciem o retorno para o seu ciclo ou ciclo produtivo.

§2º Para cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, o responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos deverá priorizar a contratação de organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formados por pessoas de baixa renda.

Cabe destacar outro incentivo aos catadores, a partir da PNRS:

Da infra-estrutura física e equipamentos para as organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formados exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, reconhecida como tal pelo Poder Público.

A Lei também visa conceder (art. 26) incentivos fiscais financeiros e creditícios que beneficiem as associações e cooperativas de materiais recicláveis:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios no âmbito de suas competências, poderão editar normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais ou creditícios, respeitados as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, para as indústrias e entidades dedicadas à reutilização e ao tratamento de resíduos sólidos produzidos no território nacional, bem como para o desenvolvimento de programas voltados à logística reversa, prioritariamente em parceria com associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis reconhecidas pelo poder público e formada exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda.



O processo participativo do MNCR no Estado compreende ainda reivindicações referentes à capacitação e aos financiamentos.

**Projeto de Capacitação** - estava voltado para as Ações Integradas de Desenvolvimento Social e Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil, financiado pelo MDS e a Fundação Avina, e como órgão executor a OAF. O projeto foi produzido coletivamente pelos seguintes apoiadores do MNCR: Centro de Estudos Ambientais (Pangea), Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (Aspan), Cáritas Internationalis, Fundação Luterana Diaconia (Diaconia), Nova Pesquisa e a OAF e, fundamentalmente, o MNCR. O projeto foi executado no período de dois anos (2004-2006), com o valor de R\$ 1,6 milhões.

O objetivo do projeto estava voltado para a formação e o fortalecimento do MNCR em âmbito nacional, visando capacitar lideranças, estreitar os canais de comunicação, realizar encontros estaduais e nacionais, finalmente, da categoria dos catadores.

As metas estabelecidas para esse projeto foram as seguintes<sup>15</sup>:

- Capacitação de 701 lideranças:

**Foram capacitadas 1.770 lideranças de catadores do País.**

- Realização de 14 congressos estaduais:

**Foram realizados 16 congressos estaduais, em 18 estados.**

- Articulação para organização, continuidade das ações, autossustentabilidade e fortalecimento das associações e cooperativas, por meio dos 26 centros de referências que funcionariam como secretarias do movimento, localizados em cooperativas ou associações de catadores:

**Foram criados 38 centros de referência no país.**

- Elaboração, produção e distribuição de 3 mil *kits* de material didático para capacitação de catadores no Brasil; fôlder do movimento, manual *Amigo dos Catadores*, carta de princípios do movimento; catador na CBO, DVD

---

<sup>15</sup> Relatório de prestação de contas enviado ao MDS.

institucional; CD-ROM lúdico-cultural; pasta em lona, cinco periódicos e panfletos, e produção e manutenção do *site*:

**Todos os materiais e o *site* foram produzidos e distribuídos nacionalmente.**

- Representação e articulação – Dois encontros da comissão nacional:  
**Foram realizados quatro encontros da Comissão Nacional.**
- Representação e articulação – Seis encontros da Equipe de Articulação:  
**Foram realizados 20 encontros da equipe de articulação nacional.**
- Estudo do custo do Posto de Trabalho do Catador:  
**Pesquisa concluída e apresentada ao Presidente Lula e aos Ministérios do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis.**
- Realização de um cadastro dos segmentos para o poder público empresarial e a sociedade civil, que podem utilizar o selo Amigo do Catador e apoiar a implantação, construindo indicadores de avaliação.  
**O cadastro nacional, até o final do convênio, contou com 453 contatos de grupos de catadores, envolvendo 39 mil trabalhadores e 2.848 parceiros.**

Os resultados obtidos com esse projeto foram significativos, em termos quantitativos, para o MNCR, e também do ponto de vista qualitativo, em termos de abrangência do movimento em âmbito nacional, quanto ao fortalecimento de sua organização.

**Financiamento do BNDES às cooperativas/associações de catadores** - os catadores tiveram acesso a uma linha de financiamento especial para investimento em infraestrutura e fortalecimento de cooperativas. O BNDES dispõe, para essa modalidade crédito, de recursos não reembolsáveis do Fundo Social, constituído como parte de seus lucros anuais, para apoio de projeto de caráter social.

A linha de apoio que se destina aos catadores é resultado de uma proposta conjunta dos Ministérios do Trabalho e Emprego; das Cidades; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O objetivo é fortalecer o segmento

dos catadores de material reciclável e possibilitar a elevação da renda, melhoria das condições de trabalho e ampliação das oportunidades nas cooperativas.

Quando o BNDES lançou seu primeiro edital para concursos de projetos, recebeu 127 propostas, das quais 67 foram julgadas em condições de financiamento. Porém, apenas 34 dos projetos foram aprovados e totalizaram o valor de R\$ 22,9 milhões. O primeiro contrato, assinado em 1º de outubro de 2007, que totalizou R\$ 16,4 milhões, envolveu 24 cooperativas, dos seguintes estados: Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Distrito Federal, beneficiando 34 municípios. Os recursos foram destinados a investimentos em infraestrutura física, na aquisição de máquinas e equipamentos, em assistência técnica e capacitação gerencial dos cooperados.

Essas operações, com recursos não-reembolsáveis, provenientes do Fundo Social do BNDES, beneficiarão 1,5 mil cooperados, com impacto positivo sobre a geração de emprego e renda dos trabalhadores. Uma das dificuldades das cooperativas e associações em adquirir os recursos está relacionada à exigência de documentos, pois esses grupos, em sua maioria, não estão totalmente legalizados ou não possuem disponibilidade na forma das exigências dos financiadores.

Esses financiamentos resultaram de um estudo sobre o custo do trabalho dos catadores e do diagnóstico da realidade das cooperativas e associações em todo o Brasil. Para que isso se efetivasse, o MNCR fez diversas conversas e debates com os órgãos responsáveis do governo, bem como com os financiadores para que as cooperativas e associações obtivessem uma estrutura básica para exercer as suas funções.

O que pode se observar é que algumas cooperativas conseguiram se estruturar, porém a maioria ainda se encontra em condições desfavoráveis e necessita de apoio financeiro para que seus membros exerçam dignamente o seu trabalho. O entrave tem sido a burocracia relacionada à documentação, fato que leva muitas ainda a não estarem totalmente legalizadas.

Além das demandas antes apresentadas, os catadores realizaram reivindicações específicas como a descrita a seguir.

**Habitação para os catadores** - em São Paulo, os catadores de quatro cooperativas: a Cooperglicério, a Coopere, a Coopel e a Coopamare se uniram para reivindicar moradia. A princípio, o projeto era para 162 habitações, mas, por causa da falta de espaço físico para construção e a desistência de muitas pessoas, chegou-se a 90 moradias.

A Coopamare, juntamente com o MNCR, elaborou o projeto para o governo federal, a fim de captar recurso para a construção dos apartamentos.

As áreas destinadas ao empreendimento foram fruto da negociação, com a União, de dois prédios abandonados, do Centro da Cidade de São Paulo, localizados na Rua das Vitórias (Largo do Arouche) e na Rua Brigadeiro Tobias (República). Conquistadas por meio de concessão, outorga que permite aos catadores moradores lutarem pela doação das áreas no Congresso Nacional.

O recurso destinado a essa construção vem do crédito solidário da Caixa Econômica Federal no valor aproximado de R\$ 4 milhões. Foi estabelecida uma contrapartida, para cada morador, no valor de R\$ 350,00, a fim de dar início à obra.

O projeto de construção está sendo monitorado pela CEF e também pelos catadores, que acompanham diariamente a obra, que deve ser entregue em 2010.

Outros aspectos de marco legal também estão em processamento, entre eles os descritos a seguir.

**Inclusão previdenciária dos catadores de materiais recicláveis** - o MNCR, com o apoio técnico da PUC-MG, elaborou e fundamentou acréscimo na Lei 8.212/1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui o plano de custeio e dá outras providências; e a Lei 8.213/1991 que dispõe sobre planos e benefícios da previdência social e dá outras providências para o cômputo do tempo

de serviço dos catadores independentemente da contribuição, haja vista o exemplo do trabalhador rural, que conseguiu conquistar a previdência social.

A proposta de redação no artigo 55 da Lei 8.213/1991 é a seguinte:

§ 2º - O tempo de serviço do segurado catador de materiais recicláveis, anterior à data de vigência da alteração, será computado independentemente do recolhimento das contribuições a ele correspondente exceto para efeito de carência.

E na Lei 8.212/1991, no artigo 12, passa a ser esta a redação:

Inciso ... Catador de materiais recicláveis que faça da catação, triagem ou processamento dos materiais recicláveis sua profissão habitual meio de vida.

E no parágrafo 9º da Lei 8.213/1991, artigo 55, o acréscimo de:

VII – A associação em cooperativa e/ou associação de catadores de materiais recicláveis.

**Catadores de materiais recicláveis terão financiamento de veículos elétricos** - os catadores de materiais recicláveis carregam até 300 quilos por dia, pelas ruas dos grandes centros das cidades brasileiras. É um árduo trabalho diário, puxando enorme sobrepeso.

Em função desse trabalho pesado, a Usina de Itaipu Binacional desenvolveu um protótipo de veículo elétrico adequado à coleta seletiva feita por todos os catadores do país.

No evento Reviravolta Expocatadores – Catadores Reciclando Realidades realizado em São Paulo, de 28 a 30 de outubro de 2009, no Mart Center Vila Guilherme/SP, foi anunciada a transferência da patente do carro elétrico para o MNCR. Na mesma ocasião, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, presente no evento, confirmou que a instituição criaria uma linha de crédito para financiar a compra dos carros.

O veículo é totalmente desmontável, com *kit* tração elétrica, possui duas baterias comuns de 12 volts e alcança velocidade de até 6km/h. Comparado ao carrinho convencional, o novo modelo tem capacidade cinco vezes maior de carga, podendo levar até 500kg. No que diz respeito ao consumo, é possível carregar as baterias por seis horas e utilizá-las pelo mesmo período. A recarga poderá ser feita nas cooperativas dos catadores.

Segundo o assessor especial da Diretoria-Geral Brasileira de Itaipu, Cícero Bley Júnior,

o uso do carrinho elétrico traz vários pontos positivos para os catadores. É possível aumentar a renda dos catadores, no mínimo cinco vezes, porque este pode levar uma quantidade maior de carga. E, mais, o catador, poderá realizar mais viagens durante o dia de trabalho pelo esforço reduzido com o uso do motor elétrico.

Caberá ao MNCR o processo de adquirir o recurso do BNDES, produzir e comercializar os carrinhos elétricos e repassá-los aos catadores. Antes, porém, há um desafio para o MNCR que deve tentar baratear o custo do carrinho elétrico, hoje estimado no valor de R\$ 6,8 mil.

### **3.4 Fortalecimento e ampliação de relações do MNCR com movimentos sociais nacionais e internacionais**

O MNCR estabeleceu relações com outros movimentos sociais, mantendo aproximações com o Movimento dos Sem-Terra (MST), MNM e MNPR. A relação com o MST tem ocorrido na troca de experiências em palestras e no uso do espaço da Escola de Formação desse movimento para a realização das suas atividades. Com o MNM, a relação é mantida nas reflexões e debates sobre moradia para os catadores. Com o MNPR, há um processo de integração total, porque muitos catadores são oriundos da situação de moradia de rua.

Seguindo na lógica das relações do MNCR com outros movimentos, na área internacional, estas se iniciaram em 2003 e prosseguiram em 2005 com a participação do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Colômbia.

Na realização desses congressos, os catadores destacaram os seguintes compromissos:

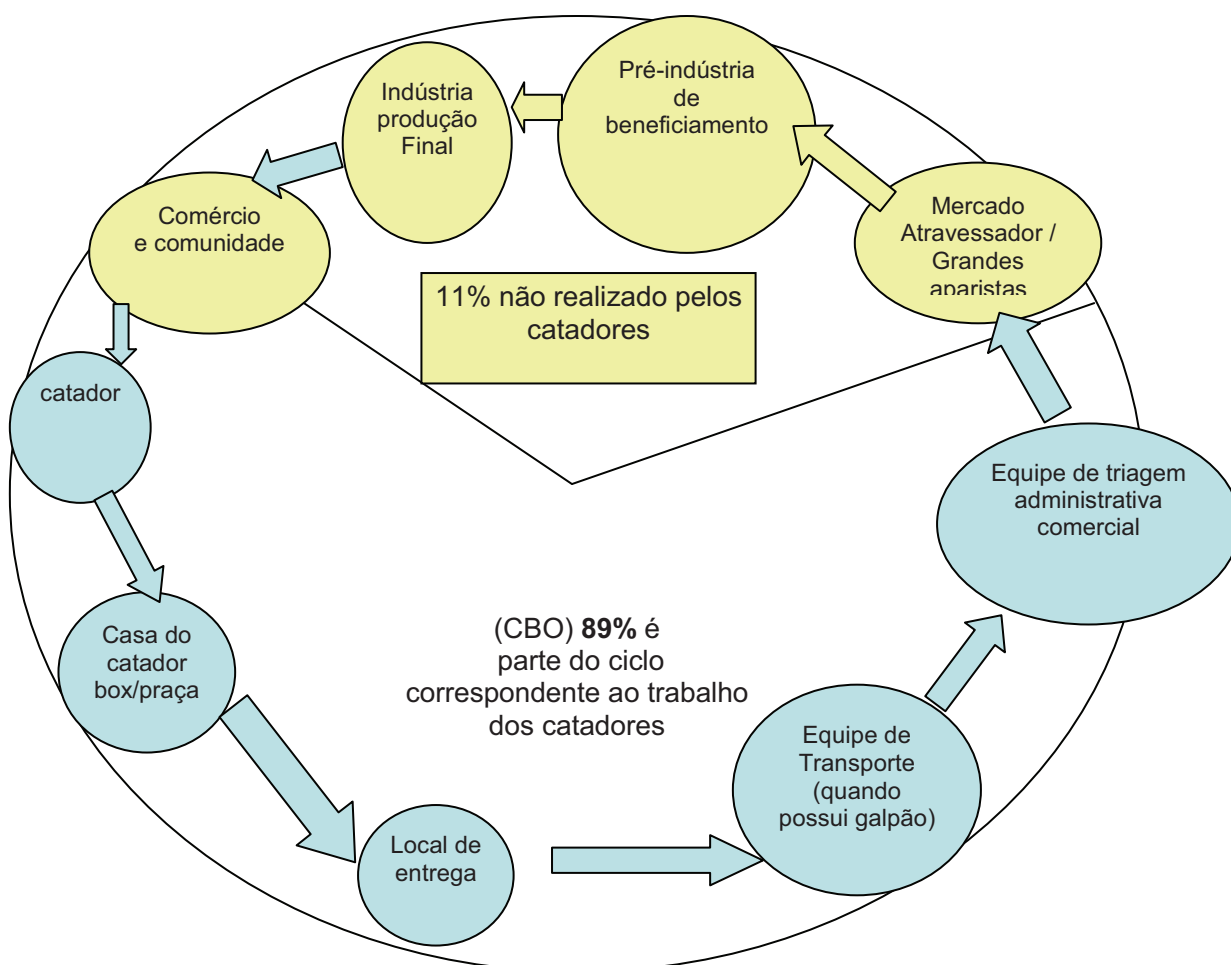
- Criação e fortalecimento das bases por meio da organização dos catadores em associações e cooperativas, cujo objetivo é a geração de trabalho e renda;
- Intensificação do intercâmbio entre os países da América Latina, tendo como finalidade a criação de um movimento latino-americano;
- A luta contra a privatização do lixo;
- Avançar na formação e capacitação dos catadores, a fim de conquistarem políticas sociais, na realização dos seus direitos, com destaque para a Previdência Social;
- A luta pela remuneração do trabalho realizado pelos catadores e prestado à sociedade;
- A luta pela erradicação dos lixões, garantindo infraestrutura de trabalho para os catadores por meio da implantação da coleta seletiva;
- A criação de mecanismos e condições para garantir o domínio da cadeia produtiva realizada pelos catadores.

Os catadores entendem que as indústrias produzem seus produtos e não se responsabilizam pelos resíduos gerados, pois grande parte vai para os aterros sanitários e lixões.

Esses trabalhadores, por sua vez, na luta pela sobrevivência, recolhem das ruas e vias públicas os resíduos rejeitados pela indústria e entendem o seu importante papel no processo de reciclagem. Por isso, buscam a sua participação efetiva no processo da cadeia produtiva.

E fazem uma leitura de que 89% das atividades correspondem ao seu trabalho, que envolve desde a coleta do material reciclável, ao processo de separação dos produtos, enfardamento, transporte (quando dispõem de galpões) e a triagem administrativa comercial (mercado aquisitivo desses produtos). Os outros 11% estão no ciclo de trabalho do atravessador (grandes aparistas), no pré-

beneficiamento da indústria, na industrialização da produção final e no comércio dos produtos fabricados. (Figura 2)



**Figura 2:** Ciclo das atividades dos catadores

O MNCR avalia que nesses congressos há o reconhecimento da categoria, por serem de referência nacional e também no campo internacional. O MNCR, entretanto, manifesta duas dificuldades: A organização dos catadores em cooperativas e associações, pela ausência de compreensão do processo coletivo e resgate da autoestima desses catadores. A segunda dificuldade, comum aos catadores latino-americanas, está relacionada ao pagamento da coleta seletiva realizada.

No ano de 2008, o MNCR realizou o seu III Congresso Latino--americano com a participação de vários outros países. Segundo o jornal *O Trecheiro* (2008): “O Congresso reuniu 700 pessoas de 35 países dos quatro continentes sendo Ásia,



África, Europa e, sobretudo, da América Latina, sendo que 490 eram lideranças de bases e de organizações coletivas do mundo”.

A base de reflexão desse congresso ampliou-se para o campo mundial, para além da América Latina, e dentre as suas proclamações apontou:

- Organização mundial dos catadores;
- Reconhecimento da profissão em cada país;
- Mobilização em cada país de forma articulada por meio da proclamação do Dia Mundial dos Catadores.

Além dos congressos, da promoção do fortalecimento dos catadores por meio de associações e cooperativas, o MNCR, desde o I Congresso Latino-americano realizado em Caxias do Sul/RS, em 2003, procurou articular a Rede Latino-americana de Organizações Recicladoras de Catadores.

O objetivo da rede é definir linhas de orientação aos trabalhadores de toda a América Latina, a fim de nortear a luta em torno de uma mesma agenda, considerando sempre as diversidades culturais de cada país.

A organização da Rede é uma resposta aos descasos sofridos, ao longo dos últimos 30 anos, por esses trabalhadores que sobrevivem da catação. Isso porque há diversas políticas globais que se voltam contra os catadores, em diversos países.

As ações tomadas pela Rede Latina têm sido no sentido de articular as organizações de catadores para que denunciem as mais diversas situações de violação dos direitos humanos, e que sejam solidárias àqueles grupos que enfrentam políticas de perversão. Outra finalidade é que proporcione espaços de encontros em que os trabalhadores possam discutir políticas públicas, trocar experiências e metodologias. Organizar um banco de dados, com o maior número de informações possível sobre a situação socioeconômica dos catadores.

As expectativas da Rede é oferecer mais poder aos catadores dos países latino-americanos, dos pontos de vista político, social e econômico. E também como se posicionar no jogo da coleta, realizando ações conjuntas contra a privatização dos serviços e o destino final dos resíduos sólidos e contra a política de incineração.

## CAPÍTULO 4

### Percepções das Lideranças – Da Direção do MNCR e das Associações e Cooperativas: Elementos Interpretativos

Este capítulo tem por objetivo apresentar as percepções dos sujeitos da pesquisa, lideranças do MNCR e das associações e cooperativas de base, bem como realizar uma análise interpretativa dessas percepções, coletadas metodologicamente por meio de entrevistas semiestruturadas, observações, participações da pesquisadora em eventos e contatos institucionais diversos.

O capítulo está subdividido em três eixos interpretativos, a saber:

#### 4.1 Percepções dos sujeitos da pesquisa sobre sua trajetória enquanto catadores e sobre seu trabalho

As percepções abrangem relatos dos entrevistados inicialmente sobre sua trajetória de vida enquanto catadores e complementarmente sobre seu trabalho.

Os primeiros relatos referem-se às falas de lideranças da direção do MNCR e das lideranças das associações e cooperativas de base, sobre suas trajetórias enquanto catadores.

Dentre as lideranças da direção do MNCR, Roberto destaca:

Eu participava há muito tempo do Movimento *Hip-Hop*, um movimento de negros pobres e oprimidos [...] Eu vinha de Poá para a Praça da República para participar desse grupo. E depois eu fui participar de um projeto Rapper no Geledes que trabalha a questão dos negros. E foi nesse processo de fazer música sobre a realidade e a pobreza que eu comecei a entender algumas coisas. E ajudar, nessa época eu não tinha escolaridade e a minha única opção foi catar papel na rua. E foi nessa de catar papel na rua, mais a reflexão do Movimento *Hip-Hop* me trouxe a vontade de sair da exclusão. E percebi que ter minha carroça e ter que trocar por um litro de cachaça ou ter que pagar pelo aluguel dela era uma exploração – não só minha como de muitos companheiros que viviam esse cotidiano. [...] Então, o Movimento *Hip-Hop* na minha vida foi fundamental pra me fundamentar o meu ponto de vista de discussão política do meu trabalho de catar papel na rua. O meu trabalho de catar papel na rua, virou um trabalho de discutir com outros companheiros, de sentar com eles na calçada de Poá e trocamos várias ideias e dentre delas a proposta de organização de uma Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (Cruma). Acabei descobrindo a Coopamare aqui em

São Paulo e vim conhecer o processo do trabalho deles, o que contribuiu com o processo de formação da Cruma. Fizemos uma articulação e participei do primeiro curso sobre reciclagem dado pelo Cempre, cujo título era Cooperar Reciclando, Reciclando Cooperar. [...] Não tinha profissão e a única coisa foi catar papel. Tinha três opções na vida: ou ser um traficante, ou ser bandido, ou catar papel. Eu escolhi catar papel na rua. (Roberto, MNCR-SP, 2009)

Mateus, outro entrevistado, expõe:

Meus pais trabalhavam há muito tempo no lixão e eu tinha três anos de idade, quando meu pai perdeu o emprego (1978) e foi ser balanceiro no lixão intermunicipal de Coronel Fabriciano que recebia o lixo de várias cidades vizinhas. Meu pai e minha mãe incentivou a nos levar para o lixão porque não tinha com quem nos deixar. Então, desde os cinco anos de idade que frequentei o lixão. Entre brincadeiras dentro do lixão, eu acabei gostando do trabalho e assim sucedeu uma crença de família, nós éramos sete irmãos que atuavam no lixão. Dentro desse lixão era onde nós tirava o sustento da família. E entre idas e voltas eu trabalhei 17 anos dentro do lixão. Mas a gente sofre preconceito por trabalhar no lixão. E a gente acaba sendo visado como um marginal lá dentro, como um desempregado qualquer... ou um fugitivo, é confundido com animal, urubus.... aquelas coisas como lixeiro. (Mateus, MNCR-MG, 2009)

Valdirene conta que:

Eu comecei no projeto que se chamava Recifran, que ficava na Baixada do Glicério, embaixo do viaduto. Eu fui ser catadora por estar desempregada e como mãe solteira tinha três filhos para sustentar. Eu iniciei como catadora de rua em fevereiro de 2003, e depois passei para o processo de triagem de material reciclável, que eu gosto muito. Eu costumo dizer que nenhum ser humano nasce catador, a gente se torna catador ou catadora pelas condições que a vida nos impõe. E infelizmente nós somos chamados de “burro sem rabo” pela população. (Valdirene, SP, 2009).

Dentre as lideranças das associações e cooperativas, Geralda destaca:

Eu comecei a catar papel com oito anos de idade, mas com muito sofrimento na rua, perseguida por fiscal, polícia. Antigamente, quando era uma menina, carregava aqueles montes na cabeça, que eu não aguentava puxar carrinho. Aí, aos 16 anos, eu comecei a puxar um carrinho. Mas continuava sendo perseguida, pois a população não aceitava nós na rua. Quantas vezes a gente estava separando papel, organizando nosso material e chegava um caminhão-pipa pra nos expulsar nós daquele lugar. Hoje, onde é a Asmare, morava um grupo de catadores, e eu morava embaixo das marquises, pois morava em um bairro distante chamado Pedreira Lopes, numa favela, num barraquinho de tábuas e lona, que só servia quando tinha sol, porque quando chovia não tinha como ficar em casa. Então, eu vivi na rua mesmo. Nesse período em que trabalhava na rua, na catação de papel, eu bebia dois litros de pinga por dia e sofria muita discriminação. Eu tinha filhos e não sabia o que significava ter filhos. Eu tive nove filhos. Minha vida se resumia a catar papel e a ter filhos.

Quando estes começaram a ir à escola eram discriminados pelos colegas que diziam que eram filhos da lixeira. A nossa autoestima não existia. (Geralda, Asmare-MG, 2009)

Carlos, outro entrevistado, narra:

Quando terminei o segundo grau, fiquei adulto e fui procurar trabalhar, e o meu primeiro trabalho foi como auxiliar de pedreiro [...] Com a crise financeira, no final dos anos 1990, não tínhamos trabalho e as coisas estavam difíceis, fomos para Minas Gerais, tentar a vida por lá. Consegui trabalho num restaurante por três meses, mas não deu certo e tivemos que voltar pra São Paulo e acabei indo trabalhar no Terminal do Tietê, mas o custo de vida era muito alto, não estava dando para sobreviver, voltamos para São José dos Campos e posteriormente para Arujá. Em Arujá, minha esposa Veneza começou a trabalhar como catadora de papelão e eu resolvi sair do trabalho de uma loja de sapatos e ir pra catação também. A prefeitura estava começando a organizar os catadores, então peguei minha carroça e comecei a puxar material reciclável pela manhã e à tarde fazia articulação. A catação estava dando para pagar as contas e fomos nos aproximando cada vez mais da Prefeitura e da Câmara para reivindicar coisas para nós catadores. (Carlos, Cora-SP, 2009).

Rosário expressa que:

Eu, quando tinha por volta dos 13 anos, eu frequentava o lixão, meu pai frequentava quando não tinha emprego. Então, eu ia pra lá com ele e ficava brincando nos caminhões de lixo, subindo nos caminhões de lixo, aprontava muito. Quando fui crescendo e o tempo foi passando e comecei a trabalhar no lixão e quando saía de lá trabalhava fichada (registro na carteira profissional) em casa de família e todas as vezes que saía do emprego voltava novamente para o lixão. (Rosário, Ascati-MG, 2009)

Romeu ressalta que:

Eu era morador de Jaú, cidade do interior de São Paulo, nas proximidades de Bauru. Vim para São Paulo em 1973 para ganhar um salário melhor e tentar terminar meus estudos. E comecei a trabalhar em diversas coisas, isso porque eu tinha vários cursos técnicos, fazia desenho, mexia com torno de máquina e até construção civil. E assim que cheguei em São Paulo, logo consegui trabalho e me colocaram para comandar pessoas. Só que, nesta função, eu era obrigado a dispensar pessoal e eu achava muito ruim aquela situação, pois almoçamos juntos, muitos até me convidavam para ir às suas casas.... Então, essa situação me machucava muito e resolvi sair e ir trabalhar como autônomo, fiz curso de eletricista e fui prestar serviço na Eletropaulo e veio a crise do governo Collor e Sarney, faltou serviço. Daí eu falei: roubar não vou, meu pai não me ensinou isso pra mim, mesmo que soubesse, não iria fazer, porque minha formação moral não dá pra fazer isso. Aí eu pensei: vou catar papel na rua. Eu tinha um irmão que já trabalhava nesse ramo e me falou que ia me ensinar como se fazia o trabalho. À primeira vista, eu comecei pela sobrevivência, depois eu podia entrar em qualquer firma, mas eu preferi ficar aqui e ajudar as pessoas a ganharem seu pão. E eu, que comecei

pela questão econômica, comecei a ver o grau de liberdade que tem esse pessoal, porque era um pessoal que não queria ser comandado, queria ganhar seu pão e não queria que ninguém explorasse eles. (Romeu, Cooperglícério-SP, 2009)

Como se pode depreender dos depoimentos acima, as trajetórias de vida dos entrevistados estiveram vinculadas à busca da sobrevivência e também marcadas pela falta de escolaridade. A única opção passou a ser catar material reciclável como formas de trabalho e sustento.

Alguns dos entrevistados, dado que os familiares atuavam nos lixões, levavam seus filhos para o campo de trabalho, porque não tinham com quem deixá-los, e assim foram desenvolvendo sua infância dentro dos lixões. Outros, como é o caso de Geralda, iniciaram sua trajetória muito cedo, diretamente no processo de catação da rua, em busca de sobrevivência.

Apesar do trabalho duro e das condições insalubres a que os entrevistados estão submetidos, alguns manifestaram identificação com a atividade exercida, embora convivendo com o preconceito da sociedade sobre esse tipo de trabalho permaneceram exercendo-o.

A dureza do trabalho e a impossibilidade de obter outra opção profissional rebaixavam a autoestima dos depoentes, o que provocava o abuso do álcool, como é o caso de Geralda.

Para as mulheres entrevistadas, a luta pela sobrevivência, de superação do desemprego, estava atrelada à responsabilidade de sustentar e proporcionar educação aos seus filhos.

Carlos, que não teve sua trajetória de infância e juventude no lixão ou na catação de rua, mas, ao contrário, vivenciou diferentes experiências de trabalho, pelas condições de desemprego, iniciou o trabalho de catação nas ruas e nele permaneceu como fonte de renda.

Quanto a Romeu, apesar de toda sua experiência no trabalho em empresas, o que mais o incomodava era sua posição de comando e ter que dispensar

peças do trabalho. Essa situação o levou a buscar um trabalho autônomo. Posteriormente, a emergência da crise econômica levou-o ao processo de catação. De início, o que era uma ação de sobrevivência econômica, passou a ser uma opção real de trabalho e de colaboração com os demais catadores do seu grupo. Essa opção de Romeu baseava-se também na natureza do trabalho da catação, ou seja, a “liberdade de ir e vir no seu cotidiano”.

No caso da trajetória de Roberto, cabe ressaltar que foi o único entrevistado a reconhecer sua opção pela catação na rua, na qual viu também a possibilidade de participação política contra a exploração do trabalho dos catadores. Essa visão política, Roberto trouxe do Movimento *Hip-Hop*.

As falas de todos os entrevistados permitem identificar que sua entrada e permanência na catação de material reciclável têm fatores relacionados à história de trajetória familiar nesse trabalho, bem como a fatores pessoais, como a baixa escolaridade dos catadores, além de fatores externos, como o desemprego e a crise econômica.

A seguir, são apresentadas falas com as trajetórias dos entrevistados no trabalho de catação.

Nesse sentido, entre as lideranças do MNCR, Roberto expõe:

O catar na rua é uma arte de viver, de sobrevivência. Que, organizado, mostrou que vai mais além do que a sobrevivência. É um processo de organização política, processo de organização do trabalho, é uma especialidade. O ato de catar material é uma especialidade. Por isso, a gente não quer que ninguém invente outra nomenclatura pro nome do catador, seja catador de material reciclável. Porque é uma profissão, uma profissão que tem suas questões específicas; temos que conhecer cada tipo de material, temos que saber administrar bem o que estamos cuidando. A arte de catar, de estar organizado, é realmente uma arte. (Roberto, MNCR-SP, 2009)

Para Mateus:

O recolher material reciclável na rua de forma organizada é como um cidadão qualquer. É um trabalho comum. É como se fosse um pedreiro, um ajudante de pedreiro, o pintor, é a mesma profissão. Porém, os objetivos da nossa profissão é diferente, é catar material reciclável na rua. É tanto que está registrado na CBO na organização do trabalho. (Mateus, MNCR-MG, 2009)

Valdirene expressa que:

Catar na rua sozinho(a) é viver à mercê da exploração. Existe uma diferença entre o catador organizado e o não organizado. O não organizado pega seu material e deixa pro ferro velho a qualquer preço. Mesmo porque você não sabe o valor do seu trabalho. Enquanto o catador organizado é diferente, porque ele sabe a valorização de ser catador, de trabalhar enquanto catador. Ele (o catador) é capaz de perceber essa diferença [...] Porque, trabalhar no individual, você fica fraco e é explorado mesmo. Muitos companheiros têm os vícios da bebida e acaba deixando seu material para o ferro-velho, por R\$ 5,00 ou R\$ 10,00, apenas para suprir o vício do álcool. E já o trabalho na cooperativa ou na associação, é o trabalho com dignidade, ele não é ludibriado. E, mais, tem condições de levar pra casa o sustento da família e pagar o seu aluguel, com o resultado do seu trabalho. Além disso, tem condições de ir até uma loja e abrir um crediário. (Valdirene, MNCR-SP, 2009)

Dentre as lideranças de associações e cooperativas, Geralda demonstra que:

O trabalho organizado é mudança de vida, é cidadania. Aqui você não trabalha debaixo de chuva. Aqui tem vale (vale-transporte) pra ir pra sua casa e vir trabalhar. Aqui tem uniforme que nos identifica como associação. Então, mudou muita coisa. Hoje, eu tenho a minha casa, conquista da catação de papel na rua. (Geralda, Asmare-MG, 2009)

Carlos destaca:

O catar na rua é viver uma vida sofrida, em uma condição precária de trabalho, é difícil que isso te proporcione um bem-estar e um convívio legal na comunidade, na família e com os amigos. O trabalho organizado te proporciona reconhecimento, valorização, respeito, mostra que você não é um zé-ninguém. Mas, sim, uma pessoa importante, que presta um serviço à sociedade. Preserva aí os recursos naturais, mantém a cidade limpa, gera trabalho, gera renda. Gera trabalho pra indústria recicladora que a gente mantém através do material reciclável coletado pelos catadores. (Carlos, Cora-SP, 2009)

Rosário narra:

O trabalho no lixão é penoso, porque você trabalha no individual. Se você trabalha, você recebe; se você não trabalha, não recebe. Trabalhar pouco, recebe pouco, trabalhar muito, recebe muito. Mas implicava muitas vezes ficar até meia-noite catando para melhorar a renda e depois ter que caminhar a pé até em casa. (Rosário, Ascati-MG, 2009)



Romeu relata que:

O catador da rua não tem diretriz de vida, ele tá lá porque é pra sobreviver do dia a dia. A esperança dele é apenas de comer amanhã ou depois. Ele não sabe o que vai acontecer. Se ele tiver R\$ 2,00 ou R\$ 3,00 pra hoje, vai gastar hoje. É o catador que não tem perspectiva, por exemplo, de crescer, apenas trabalha pra comida, o que ele leva no carrinho é apenas a sobrevivência do presente, sem lembrar do futuro, o futuro é deus-dará. O trabalhador, numa cooperativa, um conjunto de pessoas, já tem outra perspectiva, já tem que acatar um grau de responsabilidade que pensa no amanhã e quer construir além de um prato de comida, além do dia a dia. Então, quer mesmo construir, quer faculdade pro filho, por exemplo, quer ter um carro novo, quer visitar os parentes distantes... Então, ele almeja alguma coisa, além da sobrevivência atual do presente. Então, se torna um catador mais organizado. (Romeu, Coopglicério-SP, 2009)

Os relatos apresentados possibilitam, preliminarmente, destacar que alguns entrevistados enfatizam ser, o trabalho de catação individual na rua ou no lixão, uma atividade penosa, precária, difícil, desvalorizada e não reconhecida

Envolve uma atividade desenvolvida por muitas horas de trabalho seguido, sob as intempéries da natureza, e, no final de uma longa jornada, recebem valores ínfimos, ao venderem aos atravessadores, que, posteriormente, negociam esses produtos muito acima dos valores pagos aos catadores do material reciclável.

Para os depoentes, o trabalho realizado de forma individual significa exploração do catador, “um trabalhador sem diretriz, sem futuro e sem perspectiva”.

A partir dessa percepção do trabalho individual de catação, os entrevistados refletiram que a organização em associações e cooperativas vem propiciando valorização, respeito e reconhecimento.

Em relação a si próprios, os entrevistados, reconhecem que o trabalho organizado de catação propicia-lhes melhores condições de vida, bem como a compreensão de que prestam um significativo serviço à comunidade, retirando das vias públicas o “suposto lixo”. Sua contribuição reflete-se no meio ambiente, na preservação dos recursos naturais, porque gera outros postos de trabalho através com a reciclagem do material.

Os relatos dos entrevistados remetem aos fenômenos da globalização neoliberal, que impôs ao mundo nova divisão internacional do trabalho, trazendo para as indústrias um processo de reestruturação produtiva que reduziu o número de trabalhadores e, conseqüentemente, aumentou o exército industrial de reserva e, por outro lado, a precarização das relações de trabalho.

O número de desempregados cresceu significativamente, o que agudizou as desigualdades sociais e a expansão da pobreza, estando os catadores entrevistados inseridos nesse contexto estrutural e conjuntural.

O mundo do trabalho, desde a década de 1980, tomou proporções diversificadas, que atingiram não somente as formas de produzir, como também as organizações e a vida dos trabalhadores.

Segundo Antunes (2008), nesse processo de transformação, os trabalhadores não foram apenas atingidos em sua materialidade, mas também na sua subjetividade, o que interferiu no seu modo de ser.

Os catadores, ao se organizarem em associações e cooperativas, e, posteriormente, em movimento social, buscaram meios de se fortalecer e lutar por seus direitos e pelo acesso à cidadania.

É preciso dizer, também, que principalmente a partir dos anos 2000, surgem as lutas contra a globalização neoliberal, tendo como expressão importante o Fórum Social Mundial, do qual os catadores participaram ativamente, na perspectiva de “um outro mundo é possível”.

#### **4.2 Percepções dos Respondentes quanto ao Entendimento do MNCR, das Lideranças de Direção do MNCR, e das Relações entre Direção e Base**

Neste segundo eixo interpretativo, abordam-se as percepções que os respondentes expuseram quanto ao entendimento do MNCR, assim como as relações entre direção e base.

Dentre as lideranças da direção do MNCR, Roberto afirma que:

O movimento é um aglomerado de pessoas, catadores e catadoras, de todo o Brasil, que estão nos lixões e ruas, travando uma luta pela sobrevivência e pelos direitos e pelas políticas públicas. (Roberto, MNCR-SP, 2009)

Mateus retrata:

Acho que o Movimento Nacional dos Catadores é uma organização de pequena história, mas de resultados, que o movimento tem buscado pra nós. Pra nós, seres humanos que trabalhamos dentro do lixão, que trabalhamos na linha da reciclagem, vamos colocar pra mim que o Movimento Nacional, hoje, eu sinto como um escudo: tudo o que vem de ruim das políticas públicas (privatização do lixo, incineração do lixo e outras coisas) pra destruir nosso trabalho o movimento entra como um escudo e barra, a gente discute lá frente e luta pra vencer. [...] Então, nesse sentido, que eu sinto que o movimento é, pra nós, uma proteção do nosso trabalho. [...] Então, o movimento vem pra isso pra fortalecer e oferecer trabalho e geração de renda e melhor cidadania para o catador. (Mateus, MNCR-MG, 2009)

Valdirene ressalta:

Pra mim, o Movimento Nacional dos Catadores é um desafio. Como é um movimento nacional, então abrange o Brasil, então, olha o tamanho da responsabilidade. É a questão da luta pela autogestão do nosso trabalho, enquanto catador e catadora. É a luta pelo nosso protagonismo, pela valorização do nosso trabalho, o reconhecimento da sociedade, parcerias com o poder público, lutar por políticas públicas direcionada ao catador e à catadora. (Valdirene, MNCR-SP, 2009)

As vozes acima explicitam a forma de organização inicial do MNCR, se pela construção de grupos, associações e cooperativas, para agirem coletivamente, pois os catadores, por si mesmo, têm dificuldade de realizar suas lutas e conquistar resultados que lhes proporcionem melhores condições de vida e participação social de todos.

Nesse sentido, a constituição do MNCR é parte de uma necessidade de buscar, além da sobrevivência da catação de material reciclável, o direito à dignidade enquanto ser humano e cidadão.

As lutas travadas pelo MNCR são meios de defesa contra os efeitos destruidores de uma globalização que não poupa os desfavorecidos. O MNCR propõe-se a contribuir para o processo de construção de um novo padrão civilizatório para os catadores e não para um mercado excludente, como é o objetivo das políticas neoliberais.

As lideranças da direção entendem a organização do MNCR como um fortalecimento e proteção geral para o enfrentamento das condições individuais e coletivas de vulnerabilidade em que vivem e trabalham.

Para eles, o MNCR possui um imenso desafio e responsabilidade na mobilização e articulação dos catadores em âmbito nacional, ao lutar pelo protagonismo de uma categoria, comumente desconsiderada por seu tipo de trabalho. Protagonismo este que, entre outras ações, procura firmar parcerias com o poder público, tendo em vista a proposição de políticas relacionadas ao trabalho do catador.

Consideram que o MNCR vem proporcionando um amplo aprendizado de negociação com os setores do Estado, com as organizações da sociedade civil e com as empresas do mercado de material reciclável.

Dentre as lideranças das associações e cooperativas de base, segundo Rosário:

O MNCR significa muitas pessoas lutando pelo mesmo objetivo. E o objetivo é não desistir, para não voltarmos para trás. Embora na Associação, às vezes, passamos por muitas dificuldades, como o preço do material, eu acho que a gente tem que lutar pra vencer, pra construir, pra existir e até lutar por moradia. Acho que essa é a ação do Movimento. (Rosário, Ascari-MG, 2009)

Geralda reflete:

Eu acho que o MNCR é pra buscar força, que nós não tinha. Antigamente, ninguém conhecia o catador. O catador era igual marginal, as pessoas misturavam o lixo ao catador. O movimento foi pra buscar essa força. Buscar direitos como trabalhador, dignidade, é tudo. O movimento nacional veio mesmo pra ajuda não só a Asmare, mas várias associações

que veio depois da Asmare. Porque precisava do movimento nacional pra poder trazer essa força, corre atrás. (Geralda, Asmare-MG, 2009)

Para Carlos:

O MNCR é muito importante, eu aprendi muito através do movimento, não tenha dúvida. O movimento me trouxe conhecimento, me trouxe visão das coisas. Hoje, vejo o movimento importante pra categoria como um todo, principalmente pra região do Norte e Nordeste, que houve algumas ações importantes de fechamento dos lixões, transformando esses lixões em cooperativas, dando condições dignas de trabalho, mostrando a importância do trabalho do catador. Então, o movimento veio pra somar. O importante é lutar pela classe dos catadores, dos carroceiros... Parte do que eu sei, hoje, foi graças ao conhecimento do MNCR. (Carlos, Cora-SP, 2009)

Conforme Romeu:

Atualmente, politicamente é o caminho pra estabelecer uma relação entre os catadores e o poder público e almejar direitos e deveres pra poder alcançar nossos objetivos de forma justa e igualitária. E o movimento vem trabalhando nesse sentido, de se relacionar com o governo: federal, estadual e municipal a fim de fortalecer a base, as cooperativas e as associações. E, assim, nós, catadores, tenhamos mais dignidade e melhorar nossa condição de vida. O MNCR é o conjunto dos catadores atrás dos seus direitos; é um trabalho coletivo e, para isso, é necessário a união de todos para trazer benefícios para os catadores e a sociedade. (Romeu, Cooperglicério, 2009)

O movimento é importante pelas lutas que faz para vencer as dificuldades das associações e cooperativas, desde o preço do material reciclável até a conquista por moradia.

Essas lutas vêm mudando a imagem de catador como marginal, mostrando seu potencial de trabalho e conscientizando-os sobre a necessidade da união em torno de uma classe de catadores.

O MNCR, nesse sentido, vem trazendo aos catadores, associações e cooperativas, novos conhecimentos e novas visões da sua realidade

Do mesmo modo, o MNCR, politicamente, vem se posicionando em reação aos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, com determinação e estratégias para que seus objetivos se concretizem em políticas sociais, justas e igualitárias.

Nesta perspectiva, cabe assinalar que, segundo Thompson (*apud* Gohn, 2009:18):

O exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência do passado e no presente para construção do futuro. Experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos, etc., são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para leitura do presente. A fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada.

O processo de amadurecimento do MNCR está lhe permitindo uma ação política de ficar frente a frente com o poder público, com o parceiro, com o qual estabelece diálogos que também se estendem a setores da sociedade civil.

Cabe reconhecer, nas falas das lideranças, que todos identificam, no MNCR, possibilidades educativas de seus membros, para que se tornem sujeitos de direito.

Além disso, as lideranças evidenciam que o MNCR tem identidade de ação coletiva, construída pelos catadores, vinculada diretamente à temática do trabalho e às condições do pleno exercício de suas funções, bem como às demandas das necessidade do ser humano, enquanto cidadão de direitos.

Nessa ótica, Gohn (2008) afirma que um movimento social é sempre a expressão coletiva, decorrente das suas lutas e também da identificação no processo de amadurecimento e configuração da sua identidade, contribuindo para a construção/reconstrução de uma cultura política.

No que diz respeito às relações de direção e base do MNCR, suas lideranças assim se manifestam.

Roberto entende que:

A gente precisa ter relação com a nossa base, a cooperativa que faço parte, estando sempre que posso presente. Não podemos, enquanto direção, perder nossas raízes, a nossa origem. [...] Enquanto coordenação nacional a relação se dá através dos encontros, pois é impossível se fazer presente em todos os lugares. [...] E os companheiros da direção são poucos e sua compreensão ainda é pequena nesse processo de relação. Então, temos a necessidade de trabalhar e investir cada vez mais na formação para o surgimento de novas lideranças. (Roberto, MNCR, 2009)

Valdirene apresenta que:

As bases orgânicas (associações e cooperativas) levantam suas demandas regionais, através dos comitês regionais, em relação às suas dificuldades e ao seu trabalho. Essas demandas são repassadas para estadual e, depois, para nacional, que discute com os órgãos competentes e devolve para as instâncias estaduais e comitês regionais. (Valdirene, MNCR-SP, 2009)

Carlos reflete que:

As relações entre base e a direção do MNCR é conturbada, como qualquer outro lugar. Porque as posturas e os pensamentos são diferentes, se os dedos das mãos não são iguais, então é difícil. É conturbado na medida do possível em que tem estratégias de recuo e avanço, de questionamento, de posturas, de atitudes, vejo o relacionamento bom, não é ruim, mas poderia ser um pouco melhor. Há conflitos ideológicos, ou seja, entre a ideologia da direção e a ideologia da base, dentro dos seus conceitos, há contradições entre elas. (Carlos, Cora-SP, 2009)

Pelo exposto, a relação entre direção e base do MNCR é vista de forma distinta pelas lideranças. No nível nacional, é enfatizada que a direção não pode perder suas raízes com a base, mediante vínculos formais e informais, os quais, sempre que necessário, são possíveis. Igualmente, há preocupação com o investimento crescente na formação de novas lideranças, pois estas ainda são poucas, em relação às necessidades para uma direção democrática que deve se alternar regularmente.

No nível estadual, é enfatizado que a relação entre direção e base ocorre pelas vias do organograma do MNCR, na sua forma de organização. As relações entre as instâncias nacional, estadual e de base vêm se efetivando, assim, de modo adequado, sem necessidades de mudanças.

No nível da base das associações e cooperativas, é enfatizado que as relações entre direção e base são conturbadas, muitas vezes conflituosas, com entendimentos e atitudes diferentes; com dificuldades de relacionamento e construção de consensos.

Tendo em vista o processo de unidade do MNCR, a relação entre direção e base é vital, e apresenta-se como um aspecto ainda a ser discutido e equacionado na agenda do MNCR, bem como a renovação de suas lideranças, por um processo de capacitação permanente.

As relações entre direção e base no MNCR necessitam ir além dos encontros institucionais, como é o caso dos congressos, seminários e outros.

### **4.3 Percepções dos Entrevistados sobre a Ação do MNCR: Lutas, Possibilidades, Limites e Desafios**

Nesse eixo interpretativo, são apresentadas as percepções dos entrevistados quanto às lutas, possibilidades, limites e aos desafios.

Entre as lutas, cabe destacar as falas descritas a seguir.

Mateus declara que:

A primeira luta está na organização dos catadores, a segunda é a valorização do serviço prestado, a terceira está na proteção e preservação do meio ambiente. (Mateus, MNCR-MG, 2009)

Roberto ressalta que:

A primeira luta foi o reconhecimento da profissão e a questão da coleta realizada pelos catadores. Juntamente com esta coleta, está inserida a prestação de serviço à comunidade e a inserção na cadeia produtiva do processo dos materiais recicláveis. Nós ainda não temos muito claro o processo como se dará os procedimentos quanto a cadeia produtiva. Mas uma coisa é certa, nós queremos esta nesse elo de produção. Neste momento, estamos em estudos e análises sobre a viabilidade desse processo da cadeia produtiva. (Roberto, MNCR-SP, 2009)

Rosário expõe:

A principal luta do MNCR foi buscar cidadania para os catadores [...]. Que a gente possa andar de cabeça erguida, sem ter vergonha de dizer que é catador. (Rosário, Ascari-MG, 2009)

As falas acima apontam:



- A organização dos catadores em grupos, associações e cooperativas, constituindo a base orgânica do MNCR, significou um primeiro momento e o primeiro passo fundamentais e decisivos, tendo em vista a superação do trabalho de catação individual como explorado e desconsiderado socialmente;
- A organização do trabalho coletivo foi a condição de todas as demais lutas dos catadores e, mais tarde, do próprio surgimento do MNCR, que reúne presentemente mais de 800 grupos, associações e cooperativas no território nacional;
- O reconhecimento da profissão de catadores de material reciclável, pela CBO do Ministério do Trabalho, antes considerada mera atividade informal de indivíduos isolados e excluídos do mundo do trabalho;
- A valorização do serviço prestado, expressa pela remuneração do trabalho de catação de materiais recicláveis, conquistada por legislação federal. Essa valorização, no nível municipal, surge na prática contínua de obter a inclusão dos catadores e serem remunerados por esse trabalho;
- A proteção e a preservação do meio ambiente, visando à aprovação e efetivação da lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, compreendida pelo produtor das embalagens, o consumidor e o poder público municipal, que é responsável pela coleta seletiva e a destinação correta dos resíduos;
- Esse cuidado e atenção com o meio ambiente, para o MNCR, significam uma contribuição à preservação e equilíbrio do planeta terra;
- A inserção na cadeia produtiva, ou seja, que o MNCR seja parceiro no processo de industrialização dos novos produtos, advindos do material reciclável. Esta luta completa o ciclo do trabalho de reciclagem dos catadores, garantindo sua efetiva participação na economia;
- A luta pela conquista dos direitos sociais vem sendo permanentemente prioritária porque, sem eles, não é possível a efetivação da cidadania plena;
- Outras lutas do MNCR a serem mencionadas relacionam os lixões às políticas sociais, a saber: acesso à moradia, direito à aposentadoria, direito a creche para os filhos, direito a financiamento para aquisição de equipamentos e construção de galpões. Quanto aos lixões, seu fechamento

está previsto para ser efetivado até 2011 - pela Lei 12.305/2010 -, pela criação de aterros sanitários.

Nessas lutas, o MNCR vem obtendo alguns resultados, entre os quais merece destaque, principalmente, o reconhecimento da profissão. A capacidade de mobilização para essas lutas continua crescente, pois cada conquista significa um novo estímulo de luta para o MNCR.

Entre os limites do MNCR, Geralda aponta que:

A falta de consciência da população sobre a coleta seletiva, enchem as associações e cooperativas de lixo. O catador podia ganhar muito mais se a população se conscientizasse do seu papel de separar o lixo úmido do seco. Na carroça que puxamos de material, de 300 quilos, 100 quilos é lixo, nada se aproveita e acaba indo pro aterro. (Geralda, Asmare-MG, 2009)

Mateus ressalta:

As dificuldades estão em levar nossas propostas aos governantes e serem aceitas. Acho que a maior barreira é gerada quando criamos os projetos e levamos para serem apresentadas e se fica esperando e elas não acontecem na prática. (Mateus, MNCR-MG, 2009)

As lideranças reconhecem diversos limites do MNCR, dentre os quais podem ser resumidos como principais:

- a falta de consciência da população sobre a coleta seletiva;
- dificuldade de relação com os poderes públicos municipais e estaduais, o que difere do poder federal, com o qual há um canal de comunicação, através do Comitê Interministerial.

A falta de consciência da população sobre a coleta seletiva vem impedindo os catadores de realizarem um trabalho com mais qualidade e a obtenção de melhor remuneração.

As dificuldades de relacionamento com as prefeituras e os Estados, para a consideração de suas propostas, impedem que as políticas sociais sejam implementadas.

Dentre as possibilidades do MNCR, destacam-se os aspectos relatados a seguir.

Romeu narra:

A possibilidade de trabalhar em rede traz grandes benefícios ao coletivo das nossas organizações de catadores: associações e cooperativas. Por exemplo, hoje nós estamos trabalhando com 60 toneladas por mês, isso é muito pouco e pequeno para a indústria de reciclagem, que requer no mínimo 300 toneladas/dia para o processo da sua produção. Assim, se a gente se organizar em rede, reunindo o material de várias associações e cooperativas vamos conseguir chegar mais próximo das indústrias de reciclagem e eliminando o atravessador do nosso caminho. (Romeu, Cooperglicério, 2009)

Carlos relata:

Eu acredito que, para fortalecer ainda mais os catadores, é preciso nos unir, a fim de crescer cada vez mais. Por isso a importância do trabalho em rede. Em que se constituiu um ponto central e cada organização encaminha os seus materiais para serem negociados coletivamente e depois repassados os valores correspondentes ao trabalho de cada associação e cooperativa. Além disso, tem a constituição da Rede Latino-americana, que serve para troca de experiências e de um potencial de articulação e denúncias da violação dos direitos dos catadores de materiais recicláveis, em que se depara com políticas perversas ao longo do caminho de nossa jornada. (Carlos, Cora-SP, 2009)

As falas dos entrevistados enfatizam, sobretudo, a importância e o valor da constituição em redes das mais de 800 associações e cooperativas do MNCR, objetivando potencializá-las para que negociem e comercializem seus materiais recicláveis diretamente com os empresários e produtores, a fim de obter melhores preços de venda. Essa conexão em rede permite que as associações e cooperativas se aproximem da etapa final da cadeia produtiva.

Nesse sentido, são significativas as experiências da Rede Cata Sampa, de São Paulo, e Cataunidos, de Minas Gerais. A CataSampa é uma rede de economia solidária, que desenvolverá estudos e realizará o planejamento de viabilidade econômica, logística e industrialização de materiais recicláveis em todas as regiões em que atua o MNCR. A Rede Central Catasampa reúne mais de seis mil catadores paulistas. A Rede Cataunidos é formada por nove associações de

catadores, de diferentes municípios de Minas Gerais, e reúne mais de 500 associados.

Outras experiências em redes do MNCR estão se expandindo na América Latina, como a Asociación Nacional de Recicladores (ANR) da Colômbia; o Movimento Nacional de Recicladores do Chile (MNRCH); e a Unión de Clasificadores de Resíduos Urbanos Sólidos (Ucrus), do Uruguai. Essas redes têm avançado de acordo com as suas peculiaridades, e proporcionado vários acordos entre os países.

Essas possibilidades em rede articuladas pelo MNCR criam novas condições de gestão participativa e inclusiva dos catadores no processo produtivo.

Dentre os desafios do MNCR, consideram-se o destacado a seguir.

Roberto destaca:

O crescimento e a organização dos catadores em associações e cooperativas no desafio pela efetivação da contratação, de fato, dos serviços dos catadores da coleta seletiva, pelos municípios. E que, no futuro, tenhamos um grande negócio solidário, respeitando os princípios da economia solidária.

Que o MNCR terá um desafio muito árduo, pela frente, contra a instalação de incineradores, com desculpas para gerarem energia. Nós sabemos o que isso significa: tirar a nossa fonte de trabalho e renda e, ainda por cima, causar mal à saúde da população. Com certeza, teremos muitos enfrentamentos, daqui por diante, com o poder público que quiser adotar essa política, assim como as empresas querem de alguma forma se beneficiar com essa forma de “se livrar do lixo”. (Roberto, MNCR, 2009)

São muitos os desafios que se apresentam ao MNCR. As lideranças sintetizaram quatro tipos deles, a saber:

- A necessidade de expansão progressiva das associações e cooperativas do MNCR, tendo em vista a participação dos catadores na prestação de serviços nos municípios;
- A transformação crescente das associações e cooperativas do MNCR em empreendimentos solidários, na concepção do Movimento de Economia Solidária;

- O enfrentamento contra a incineração do lixo, que cessa a continuidade do trabalho dos catadores;
- A urgência de aprovação do projeto de lei sobre a aposentadoria dos catadores, semelhante ao processo de aposentadoria dos trabalhadores rurais.

Esses desafios apontam para o futuro do MNCR com vistas à afirmação e consolidação de seus objetivos e proposições.

Concluindo, as percepções dos sujeitos da pesquisa mostraram que o MNCR, nos seus dez anos de existência, vem se construindo como sujeito coletivo e político, no contexto da globalização e democratização brasileiras, visando efetivar um projeto de inclusão dos catadores nas políticas sociais, na cadeia produtiva e nas relações internacionais com outras organizações de catadores.

Nessa dinâmica, apresenta tanto aspectos fortes, como frágeis. Acima de tudo, porém, o MNCR constitui-se como um movimento social que tem como inovação ser uma alternativa no mundo do trabalho solidário e no desenvolvimento sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção da pesquisadora pelo estudo do MNCR está vinculada às inquietações referentes a um segmento de trabalhadores do setor informal, os catadores de materiais recicláveis, desprovidos de seus direitos de cidadania, que se mobiliza e se organiza para reivindicar e exigir reconhecimento da sua profissão e da sua dignidade como ser humano. Diante dessas inquietações, elaborou-se como pergunta norteadora: Qual a importância da organização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e suas repercussões?

No projeto de pesquisa, partiu-se da hipótese de que o MNCR, enquanto sujeito coletivo e político, fortalece a organização e ação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis ligadas às políticas de resíduos sólidos e, ao mesmo tempo, fortalece o processo participativo na proposição e efetivação de políticas sociais voltadas à cidadania do(a) catador(a).

O MNCR é um movimento social que tem por interlocutores o Estado, as organizações da sociedade civil e o mercado de material reciclável. A interlocução com o Estado efetiva-se na construção de políticas sociais que concretizam os direitos de cidadania dos catadores, ou seja, não só o direito ao trabalho, mas os direitos às necessidades essenciais da vida humana, como educação, creche, moradia, saúde, aposentadoria, dentre outros benefícios. Essa interlocução se dá nos níveis federal, estadual e municipal.

A interlocução com as organizações da sociedade civil, as ONGs, efetiva-se em parcerias para a formação e capacitação de lideranças da direção e da base do MNCR e com universidades para a realização de pesquisas e com outros movimentos sociais para a concretização de projetos comuns. A interlocução com o mercado efetiva-se notadamente na comercialização dos produtos derivados de materiais recicláveis.

Essas interlocuções possibilitaram ao MNCR um protagonismo não só nacional como também internacional, dando-lhe visibilidade e proporcionando-lhe

reconhecimento ao participar dos espaços de resistência à globalização neoliberal e das lutas pela democratização brasileira.

As sete lideranças entrevistadas do MNCR expressaram percepções referentes à sua individualidade, enquanto catadores, e sobre seu trabalho; sobre o entendimento do próprio MNCR, suas relações entre direção e base e suas ações de 1999 a 2009.

Os resultados apontados nessas percepções permitiram que a pergunta norteadora e a hipótese da pesquisa fossem confirmadas. Assim, a importância do MNCR ressalva-se pelos avanços que vem conquistando para o reconhecimento do trabalho dos catadores como profissão, bem como de seus direitos de cidadania, por meio da organização, mobilização, participação e ação solidária das associações e cooperativas.

Essas percepções apontaram, também, não só avanços, mas limites, fragilidades e desafios. Nas relações do MNCR entre direção e base, principalmente, foram identificados conflitos e divergências, quanto ao papel e funções das lideranças nos níveis da coordenação nacional, estadual e das associações e cooperativas ou bases orgânicas

Desde sua criação, as lideranças do MNCR são quase as mesmas, não tendo renovações, o que implica maior democratização para o surgimento de outras lideranças.

Além disso, é mister destacar a necessidade de formação e capacitação permanente do quadro diretivo e das bases.

Uma contribuição significativa, também do MNCR, vem sendo sua estratégia de ação em rede, tanto no nível nacional como no internacional, fortalecendo e ampliando suas lutas e realizações.

Cabe, ainda, salientar que, de 2003 a 2009, durante os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o MNCR recebeu apoio particularizado,

expresso na criação de um Comitê Interministerial especialmente para proporcionar a comunicação direta com as autoridades federais; de financiamentos do BNDES, da Petrobras e outros órgãos, para a construção de galpões de reciclagem, aquisição de máquinas e equipamentos; recursos do MDS, para a primeira formação e capacitação das lideranças; recursos da CEF, para a construção de moradias; aprovação de leis federais sobre o reconhecimento da profissão de catador; o direito à remuneração pelo serviço prestado em âmbito municipal; o direito à participação na coleta seletiva, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

As lideranças analisaram que essas relações próximas com o governo Lula não impediram confrontos com o Comitê Interministerial e outros órgãos públicos. No entanto, as relações do MNCR com o Governo Lula são ambíguas, comprometendo de certo modo sua autonomia de ação.

Decorrente dessa relação, é possível também constatar o espaço significativo que a mídia tem dado ao MNCR, possibilitando-lhe, assim, visibilidade.

Finalmente, o MNCR é um movimento social que vem buscando um novo modo de fazer política de frente para o Estado, para a sociedade e o mercado, com os quais realiza as parcerias possíveis e estabelece diálogos.

Outras questões surgiram na presente pesquisa, que sugerem novos estudos para o futuro, num processo de aprofundamento interpretativo do MNCR.

Em seu processo de construção, nessa primeira década, um balanço reflete que o MNCR já encetou passos relevantes, mas há ainda muitos outros a dar em seu caminhar.



## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. **A democratização no Brasil**: atores e contexto. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ALENCAR, Bertrand Sampaio de. **Emergências de novos atores no desenvolvimento sustentável**: a contribuição dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. Tese (Doutorado)- UFPE, Recife/PE, 2008.

AMORIM, Galeno, et al. **Políticas públicas do livro e leitura** – Brasília/Brasil. OEI; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. rev. ampl., São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação. Boitempo Editorial, 1999.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

AVRITZER, Leonardo. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques de pesquisa**. Tradução de Maria Luiza X. A. Borges. Revisão Técnica de Carina kuschnir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI. **Política social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.

BERTONCELO, Edison. **A campanha das diretas e a democratização**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

CADERNO N. 03. **O neoliberalismo...** O mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres. Programa Educativo de Dívida Externa, 3. ed. São Paulo: Pedex, 1995.

CAMPANA, Priscila. **O impacto do neoliberalismo no direito do trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico**. Brasília, a.37, n.147, jul./set. 2000.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Reforma do Estado e desregulamentação do trabalho no Brasil, nos anos 90. **Ensaio da FEE**, v. 23, n. 2, p. 899-922, Porto Alegre, 2002.

CASTELHANO, Laura Marques. **A perda do emprego suas implicações subjetivas e as consequências para o laço social: uma contribuição psicanalítica**. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 2006.

CESCONETO, Eugênia Aparecida. **Catadores de Lixo: uma experiência da modernidade no oeste paranaense (Toledo 1980-1999)**. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Oeste do Paraná, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo (USP), 2007.

COSTA, Fernando Braga. **Homens invisíveis: relatos de humilhação**. São Paulo: Globo, 2004.

DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (Orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, n.15, jan./abr. 2005.

\_\_\_\_\_. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FEDRIGO, Laerte. A inserção do Brasil na globalização e os rumos do crescimento e do desenvolvimento. **Pesquisa & Debate**, v. 12, n.1 (19), p. 43-64, São Paulo, 2001.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M., ARCEO, Enrique. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIALES, Buenos Aires Enrique. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/CO05Filgueiras.pdf>>.

FROMM, Eric. **Conceito marxista do homem**. Tradução de Octávio Alves Velho. 8. ed., Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1983.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3. ed., Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7. ed., São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 5. ed., São Paulo: Loyola, 2001.

GRIMBERG, Elisabeth, BLAUT, Patrícia. **Coleta seletiva**: reciclando materiais, reciclando valores. São Paulo: Instituto Pólis, 1998.

\_\_\_\_\_. **Coleta seletiva com inclusão social**: fórum lixo e cidadania na cidade de São Paulo. Experiências e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. Tradução de Márcio Seligmann Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. Interface-EHS, 2006.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era dos extremos**: o breve século XX de 1914 a 1991. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_\_. **A sociedade global**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de favelada. 10. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960

KEMP, Valéria Heloisa, CRIVELLARI, Helena M. Tarchi (Orgs.) **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2008.

LEITE, José Correia. **Fórum social mundial**: a história de uma invenção política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert S. **O Brasil desde 1980**. São Paulo: Girafa, 2007.

MACCALÓZ, Maria Salete et al. **Globalização, neoliberalismo e direitos sociais**. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.) **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio – São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômalo. 2.ed. rev., ampl., reimp., São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro: 2005.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de o capital**: resultados do processo de produção imediato. São Paulo: Moraes. 1985.

MARX, Karl. **O capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro1, v. 0212, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos de 1990. **Texto para Discussão n. 852**. Brasília, 2001. Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MONZONI, Mario. **Impacto em renda do microcrédito**. São Paulo: Peirópolis: Centro de Estudos em Sustentabilidade (CES): FGV: Easp, 2008.

MOSER, Liliane. **Geração de trabalho, renda e inclusão social: vivências de trabalhadores/as em empreendimentos econômicos solidários – Chapecó/SC**. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 2006.

OLIVEIRA, Íris Maria de. **Política social e cidadania: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira**. 2003. Disponível em: <[www.cpihts.com/2003\\_10\\_19/IrisOliveira.htm](http://www.cpihts.com/2003_10_19/IrisOliveira.htm)>.

NAKANO, Yoshiaki. Globalização, competitividade e novas regras de comércio mundial. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 04 (56), out.-dez., 1994.

PAIS, José Machado. **A vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PEDRINI, Dalila Maria. **Entre laços e nós: associativismo – autogestão -identidade coletiva: empresa/alternativa de produção socializada EAPs Brusque-Santa Catarina**. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 1998

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

RIVERO, Patrícia Silveira. **Trabalho**: opção ou necessidade?: um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte/MG: Argumentven, 2009.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec: Associação Rede Rua, 2005.

ROSSIAUD, Juan. **A democratização inacabável**: as memórias do futuro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) Os processos da globalização. In: **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Carolina Maria de Jesus**: uma escritora improvável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. 2. reimp., São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. ed., reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, YAZBEK, Maria Carmelita, GIOVANNI, di Geraldo. **A política social brasileira no século xxi**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, João Clemente, LIBERAL, Márcia Mello Costa de. **A metamorfose do trabalho na era da globalização**. São Paulo: Art Imprensa, 2004.

SOUZA, Celina. **Federalismo e descentralização na constituição de 1988**: processo decisório, conflitos e alianças. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso: em 23 abr. 2010.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Regulação social tardia**: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. VII CONGRESO INTERNACIONALE DE CLAD SOBRE LA REFORMA DE ESTADO Y ADMINISTRACIÓN PUBLICA, Lisboa, Portugal, 8-11. oct. 2002.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confrontos políticos. Tradução de Ana Maria Sallum, Petrópolis, RJ, 2009.

VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida. **Além da geração de trabalho e renda**: economia solidária e participação de cooperados/associados em Sergipe. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2007.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.



WARREN, Ilse Scherer, FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs.) **Transformações sociais e dilemas da globalização**: um diálogo Brasil/Portugal. São Paulo: Cortez, 2002.

WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia?** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado, políticas sociais e implementação do Suas. Estado de bem estar social e as políticas sociais. A política social no Brasil. In: **Brasil Capacita SUAS**, v. I, 2008.

\_\_\_\_\_. **Suas**: configurando os eixos de mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasília: MDS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2009.

#### **Documentos Consultados:**

- *O Trecheiro* jornais de 2003-2009, da ONG Associação Rede Rua – matérias sobre os catadores de materiais recicláveis.

- Cartilha de Formação – MNCR. 2005.

- *Jornal de Catador para Catador* – MNCR - n. 02. 2009.

- Site: [www.mncr.org.br](http://www.mncr.org.br)

#### **Legislação:**

**Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003.** Dispõe sobre a Organização dos Ministérios, e dá outras providências.

**Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979; 8.036, de 11 de maio de 1990; 8.666, de 21 de junho de 1993; 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n. 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências

**Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006.** Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências

**Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências

# ANEXOS

# PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

### ENTREVISTA COM OS CATADORES

#### A) Dados da Mestranda

Nome: Maria Aparecida da Silveira

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

#### B) Características do(a) Entrevistado(a):

1. Nome: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

2. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

3. Idade: \_\_\_\_\_ anos

4. Estado Civil:

( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Separado(a)

( ) Viúvo(a) ( ) Vive junto

4.1 Filhos: \_\_\_\_\_

5. Escolaridade:

( ) Analfabeto ( ) Fundamental 1 (1ª a 4ª série) ( ) Completo ( ) Incompleto

( ) Fundamental 2 (5ª a 8ª série) ( ) Completo ( ) Incompleto

( ) Ensino Médio ( ) Completo ( ) Incompleto

( ) Ensino Superior ( ) Completo ( ) Incompleto

#### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

1. Conte a sua história sobre como chegou a catador de material reciclável.
2. Que é o catar na rua e ser catador em grupo, associação e cooperativa?
3. Que é o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis?

4. Que você sabe sobre a constituição e a história do Movimento?
5. Como você entrou e participa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis?
6. Quais são as relações entre a base e a direção do Movimento?
7. Quais são as principais lutas do Movimento? E quais são as principais conquistas e dificuldades?
8. Quais são as prioridades atuais e perspectivas do Movimento?
9. Quais e como são realizadas as formações para os membros do MNCR?
10. Que outros aspectos do Movimento você acha relevante?

# CARTA DE BRASÍLIA

1º Congresso Nacional do MNCR em 2001

Os participantes do **1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de 17 estados brasileiros, e os 3.000 participantes da **1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA**, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo **Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua**, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte/MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o País, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

## **Em relação ao Poder executivo, propomos:**

1.1 Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2 Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3 Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas, etc.

1.4 Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando

os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.

1.5 Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.6 Priorização da erradicação dos lixões em todo o País, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de **Combate à Pobreza** para as ações emergenciais.

## **2 Em relação à cadeia produtiva:**

2.1 Garantir, nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

## **3 Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua**

3.1 Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o **direito à cidade**.

3.3 Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independentemente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/Aids/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias a serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

**Pelo fim dos lixões!**

**Reciclagem feita pelos catadores, já!**

Brasília, junho de 2001